

2026

RELATÓRIO FÍSICO E FINANCEIRO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO FÍSICO E FINANCEIRO DAS AÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(ano de referência 2025)

Belo Horizonte
março de 2026

Sumário

1. Apresentação	0
2. Metodologia de Monitoramento	0
3. Execução Físico-Financeira das Ações.....	0
3.1 Síntese geral	0
3.2 Heterogeneidade das métricas de execução física e seus limites analíticos.....	0
4. Análise Eixos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	0
4.1 Produção e Abastecimento Alimentar	1
4.1.1 Ações diretamente relacionadas à Produção e Abastecimento Alimentar	2
4.1.2 Dados de resultado/intermediários	4
4.1.3 Análise dos dados	7
4.2. Acesso à Alimentação	8
Classificação das ações – Acesso à Alimentação	9
4.2.1 Caracterização das ações do eixo	11
4.2.2 Dados de resultado/intermediários	11
4.2.3 Análise dos dados	12
4.3. Alimentação e Nutrição.....	14
4.3.1 Ações diretamente relacionadas à Alimentação e Nutrição	14
4.3.2 Dados de resultado e indicadores intermediários	16
4.3.3 Análise dos dados	18
4.4. Sustentabilidade Ambiental	19
4.4.1 Ações diretamente relacionadas Sustentabilidade Ambiental.....	20
4.4.2 Dados de Resultado/Intermediários.....	22
4.4.3 Análise dos dados	23
4.5. Governança e Gestão da Política de SAN.....	24
4.5.1 Ações diretamente relacionadas Governança e Gestão da Política de SAN	25
4.5.2 Dados de resultado e indicadores intermediários	26
4.5.3 Análise dos dados	26
Conclusão.....	27
5. Análise por Macrotendências da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	0

Metodologia de Classificação das Ações por Macrotendência.....	2
5.1 Hábitos Alimentares- dietas, nutrição e saúde.....	4
5.1.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)	4
Núcleo direto	5
Diretas com componente ampliado de SAN (muito relevantes)	8
5.1.2 Análise.....	9
5.2 Qualidade Ambiental – Meio Ambiente, Recursos Naturais e Produção	11
5.2.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)	11
Núcleo direto	12
5.2.2 Análise.....	21
5.3 Acesso a Alimentos- meios de subsistência, pobreza e equidade	23
5.3.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)	24
Núcleo direto	25
5.3.2 Análise.....	29
5.4 Fortalecimento da Democracia – governança.....	31
5.4.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)	32
Núcleo direto	33
5.4.2 Análise.....	36
5.5 Redes de Solidariedade – iniciativas territoriais e o debate conceitual na SAN	38
5.5.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)	39
Núcleo direto	40
5.5.2 Análise.....	42
6. Análise dos Indicadores das Ações Orçamentárias e Perspectiva de Monitoramento da Caisans-MG	0
6.1 Indicador da Ação e Relatório Físico-Financeiro e o Monitoramento da SAN.....	2
6.2 Principais Gargalos Identificados quanto aos Indicadores das Ações Orçamentárias e a Expectativa do Conselheiro em Perceber Mudanças na População	2
7. Diferenças entre Relatório Físico-Financeiro, Monitoramento do Plano e Avaliação da Política de SAN	0
7.1. Relatório Físico-Financeiro.....	0
7.2. Monitoramento do Plano Estadual de SAN.....	1
7.2. Monitoramento do Plano Estadual de SAN.....	2

7.3. Avaliação da Política de SAN	2
7.4. Avaliar a SAN no território mineiro.....	3
7.5. Conexão entre execução, monitoramento e avaliação	4
8. Considerações Finais	0
ANEXOS	0
ANEXO I- Manifestação da CAISAN-MG sobre o Relatório do GT Monitoramento e sua Articulação com o VI Plano Estadual de SAN	1
I. Reconhecimento da relevância do Relatório e do papel do Consea-MG.....	1

APRESENTAÇÃO

1. Apresentação

O presente relatório tem por finalidade apresentar o acompanhamento da execução físico-financeira das ações relacionadas à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (PESANS-MG), referente ao exercício orçamentário de 2025, contemplando os três quadrimestres do período. O documento está alinhado às diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), à Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN), ao art. 6º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, à Lei Estadual nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, e ao Decreto Estadual nº 48.298, de 12 de novembro de 2021.

O relatório foi elaborado no âmbito da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CAISAN-MG), por meio de sua Secretaria Executiva, com a participação do Grupo de Apoio e dos gestores responsáveis pelas ações orçamentárias, evidenciando o caráter intersetorial, articulado e participativo da política de SAN. Nesse contexto, a CAISAN-MG exerce papel central na coordenação intersetorial, integração das ações governamentais, assegurando a convergência entre planejamento, execução e avaliação.

Para além do registro da execução orçamentária e física, o presente documento insere-se em um esforço institucional de qualificação do monitoramento da política pública, incorporando uma leitura analítica das ações governamentais à luz das diretrizes, objetivos e estratégias estabelecidos no VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Nesse contexto, destaca-se que o conjunto de 58 ações orçamentárias monitoradas demanda revisão e análise crítica, no sentido de verificar seu grau de aderência à política de SAN, sua efetividade na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e sua contribuição para o enfrentamento das múltiplas dimensões da insegurança alimentar no território mineiro.

Tal abordagem responde à necessidade de superação de uma leitura estritamente administrativa da execução orçamentária, avançando para uma perspectiva que articula planejamento, monitoramento e avaliação, conforme preconizado pelo CONSEA e pelas diretrizes do SISAN. Assim, o relatório busca subsidiar processos decisórios no âmbito da CAISAN-MG e do CONSEA-MG, contribuindo para o aprimoramento da política pública e para o fortalecimento do controle social.

A estruturação analítica das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio dos campos Eixo SAN, Dimensão SAN, Macrotendência e Problema Público constitui instrumento fundamental para

qualificação desse processo. Tal organização não se limita a uma categorização descritiva, mas se insere em uma perspectiva metodológica alinhada às orientações do CONSEA, especialmente no que se refere à necessidade de uma leitura integrada, intersetorial e orientada por evidências. A metodologia adotada fundamenta-se no referencial “Monitoramento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável: *proposições para acompanhamento da condição da população e para monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável no estado de Minas Gerais*”, o qual orienta a construção de uma análise integrada, baseada em evidências e estruturada a partir de categorias que permitem compreender a complexidade da SAN. Nesse sentido, a organização das ações por meio dos campos Eixo SAN, Dimensão SAN, Macrotendência e Problema Público constitui elemento central da metodologia, permitindo uma leitura sistêmica da política pública.

O **Eixo SAN** representa o campo estratégico de atuação da política pública, organizando as ações conforme sua natureza predominante — produção e abastecimento, acesso à alimentação, alimentação e nutrição, sustentabilidade ambiental e governança. Essa classificação permite identificar o direcionamento das intervenções estatais, bem como possíveis desequilíbrios entre ações estruturantes e ações finalísticas. Relatórios de monitoramento do CONSEA têm reiteradamente apontado a importância dessa análise para evidenciar assimetrias, como a concentração de esforços em dimensões produtivas em detrimento de ações voltadas ao acesso direto à alimentação.

A **Dimensão SAN**, por sua vez, está ancorada no marco conceitual consolidado internacionalmente, especialmente pela FAO, e compreende quatro dimensões indissociáveis: disponibilidade, acesso, utilização biológica e estabilidade. Sua incorporação ao monitoramento permite avaliar se as ações governamentais contemplam, de forma integrada, os diferentes fatores que condicionam a segurança alimentar e nutricional, evitando análises fragmentadas e fortalecendo a abordagem sistêmica da política.

A **Macrotendência** constitui um nível analítico agregado, que permite interpretar os movimentos estruturais da política de SAN ao longo do tempo. No modelo adotado, destacam-se as tendências relacionadas aos hábitos alimentares, ao acesso a alimentos, ao fortalecimento da democracia, às redes socioterritoriais de apoio e à qualidade ambiental. Essas categorias possibilitam uma leitura estratégica do conjunto das ações, permitindo avaliar em que medida as intervenções públicas contribuem para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e orientados à garantia de direitos.

A articulação entre esses três elementos possibilita a construção de uma leitura qualificada e sistêmica da política de SAN, em consonância com os princípios da intersetorialidade, da transparência e da participação social. Conforme enfatizado pelo CONSEA, o monitoramento deve ultrapassar a lógica meramente procedimental e assumir caráter analítico e prospectivo, capaz de evidenciar tendências, lacunas, sobreposições e desafios na implementação das políticas públicas.

Importa destacar que o arquivo contendo as informações solicitadas pelo Consea-MG, relativas às ações orçamentárias, passa a integrar o presente documento na forma de Anexo II.

Dessa forma, o presente relatório não apenas busca sistematizar a execução físico-financeira das ações, mas também se constitui como instrumento estratégico para a revisão e reorientação do conjunto das 58 ações orçamentárias, à luz dos objetivos do VI Plano Estadual de SAN. Ao fazê-lo, contribui para o fortalecimento da coerência interna da política, para o aprimoramento da alocação de recursos públicos e, sobretudo, para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Estado de Minas Gerais.

METODOLOGIA

2. Metodologia de Monitoramento

O monitoramento das ações relacionadas à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PESANS-MG) foi realizado a partir de uma abordagem metodológica integrada, de caráter quantitativo e qualitativo, orientada pelas diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e pelo referencial técnico *“Monitoramento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável: proposições para acompanhamento da condição da população e para monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável no estado de Minas Gerais”*.

A metodologia adotada buscou superar uma leitura estritamente orçamentária e administrativa das ações governamentais, incorporando uma análise estruturada, intersetorial e orientada por evidências, capaz de aferir a contribuição efetiva das ações para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O processo de monitoramento foi conduzido com base na sistematização de informações provenientes das ações governamentais com interface com a SAN, organizadas segundo os seguintes eixos analíticos:

- Classificação por Eixo SAN, identificando o campo estratégico de atuação das ações (produção e abastecimento, acesso à alimentação, alimentação e nutrição, sustentabilidade ambiental e governança);
- Classificação por Dimensão da SAN, considerando as dimensões de disponibilidade, acesso, utilização biológica e estabilidade;
- Agrupamento por Macrotendências, permitindo a análise agregada das dinâmicas da política pública;
- Identificação do Problema Público, explicitando a questão social enfrentada por cada ação.

Adicionalmente, foram apresentados¹, para cada ação:

- Execução física, considerando metas e produtos realizados;
- Execução orçamentária, com base nas etapas de empenho, liquidação e pagamento;

¹ Anexo II

- Indicadores de processo e de resultado, quando disponíveis, permitindo aferir o desempenho e os efeitos das ações.

De forma complementar, registra-se que os indicadores de contexto relativos à situação de segurança alimentar e nutricional no estado de Minas Gerais encontram-se amplamente sistematizados no diagnóstico do VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, elaborado com base em fontes oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)³ e Cadastro Único (CadÚnico)⁴, entre outras.

Nesse sentido, optou-se, no presente relatório, por não reproduzir integralmente tais dados, uma vez que o Plano constitui o referencial normativo, estratégico e diagnóstico vigente da política estadual de SAN, contemplando análise aprofundada, territorializada e estruturada por linhas temáticas, em consonância com as diretrizes e proposições advindas da 8ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais.

Tal decisão metodológica visa evitar redundâncias e assegurar maior objetividade ao relatório, concentrando a análise no monitoramento da execução físico-financeira das ações orçamentárias e na avaliação de sua contribuição para a política, tomando como base o diagnóstico já consolidado no Plano.

Destaca-se, portanto, que o VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais é adotado como marco de referência para interpretação dos resultados, especialmente no que se refere à identificação de demandas, prioridades e públicos em situação de vulnerabilidade, devendo os dados nele contidos ser considerados à luz de seu recorte temporal e de sua função estruturante no ciclo de planejamento da política pública.

Importa destacar que, no processo de elaboração do VI Plano Estadual de SANS-MG, a partir de uma análise preliminar do conjunto das ações orçamentárias estaduais, foram identificadas limitações relevantes quanto à correspondência entre a estrutura orçamentária e a efetiva materialização das ações de segurança alimentar e nutricional.

² O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é o principal órgão responsável pela produção de dados estatísticos e geográficos do país, incluindo informações sobre população, renda, condições de vida e alimentação. Por meio de seus levantamentos, como o Censo Demográfico e a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o IBGE fornece subsídios essenciais para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

³ A EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) é um instrumento específico desenvolvido para medir o grau de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. Aplicada em pesquisas populacionais, ela permite identificar famílias que enfrentam dificuldades em acessar alimentos adequados, tanto em quantidade quanto em qualidade, classificando os domicílios em níveis de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Esses dados são fundamentais para o direcionamento de programas e políticas públicas de alimentação e assistência social.

⁴ O Cadastro Único (CadÚnico) é o instrumento oficial do governo federal para identificar e registrar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele funciona como base de dados para acesso a diversos programas sociais, incluindo iniciativas de transferência de renda, assistência alimentar e políticas de segurança alimentar. A integração de informações do CadÚnico com dados do IBGE e da EBIA permite que governos e gestores públicos identifiquem com precisão os grupos mais vulneráveis à fome e à insegurança alimentar, possibilitando ações territoriais e focalizadas.

Dentre essas limitações, evidencia-se a existência de ações orçamentárias de caráter “guarda-chuva”, nas quais se encontram agregadas múltiplas iniciativas, por vezes de naturezas distintas, dificultando a identificação precisa dos recursos efetivamente destinados à SAN. Nesses casos, o volume orçamentário registrado não reflete, necessariamente, o montante real aplicado em ações diretamente relacionadas à garantia do DHAA, podendo incluir despesas com baixa ou indireta aderência à política.

Adicionalmente, observa-se que determinadas ações possuem caráter instrumental, de gestão ou de apoio, não se configurando como ações finalísticas da política de SAN, embora contribuam para sua operacionalização. É o caso, por exemplo, da ação 2076 – Gestão e Monitoramento de Convênios e Parcerias, cuja finalidade está relacionada à estruturação, acompanhamento e prestação de contas de instrumentos jurídicos, sendo que seus efeitos concretos se materializam nas ações finalísticas por ela viabilizadas.

Essas características evidenciam que a análise da política de SAN não pode se restringir à leitura direta das ações orçamentárias e de seus respectivos valores financeiros, sob pena de superestimar ou subestimar a efetiva aplicação de recursos na área. Torna-se, portanto, imprescindível a adoção de uma abordagem analítica qualificada, categorizada e individualizada, capaz de ultrapassar a descrição formal constante nos instrumentos de planejamento e orçamento, de modo a identificar a real contribuição de cada ação para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, o presente monitoramento adotou como estratégia metodológica a reclassificação analítica das ações, considerando:

- sua natureza (finalística, instrumental ou guarda-chuva);
- seu grau de aderência à SAN (direta ou indireta);
- sua contribuição efetiva para as dimensões da política.

Adicionalmente, como estratégia de qualificação da análise, foi incorporada a classificação das ações quanto à sua natureza, considerando três categorias analíticas:

- Ações finalísticas: correspondem àquelas que geram entregas diretas à população, com impacto imediato ou mensurável nas condições de segurança alimentar e nutricional;
- Ações instrumentais: referem-se às iniciativas de apoio, gestão, monitoramento ou estruturação, que, embora essenciais para a operacionalização das políticas públicas, não se configuram como entrega direta de bens ou serviços relacionados à SAN;
- Ações de caráter “guarda-chuva”: agregam múltiplas iniciativas, frequentemente de naturezas distintas, sob uma mesma estrutura orçamentária, dificultando a identificação precisa dos recursos efetivamente destinados à SAN, demandando, portanto, tratamento analítico específico, com desagregação conceitual e interpretação qualitativa.

A incorporação dessa tipologia permite maior precisão analítica, evitando distorções na leitura dos dados orçamentários e contribuindo para a identificação da efetiva participação de cada ação na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Por fim, destaca-se que a metodologia adotada está orientada pelos princípios da intersetorialidade, transparência, participação social e centralidade do direito, contribuindo para que o monitoramento se constitua não apenas como instrumento de gestão, mas como ferramenta estratégica de aprimoramento da política pública e de fortalecimento do controle social.

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

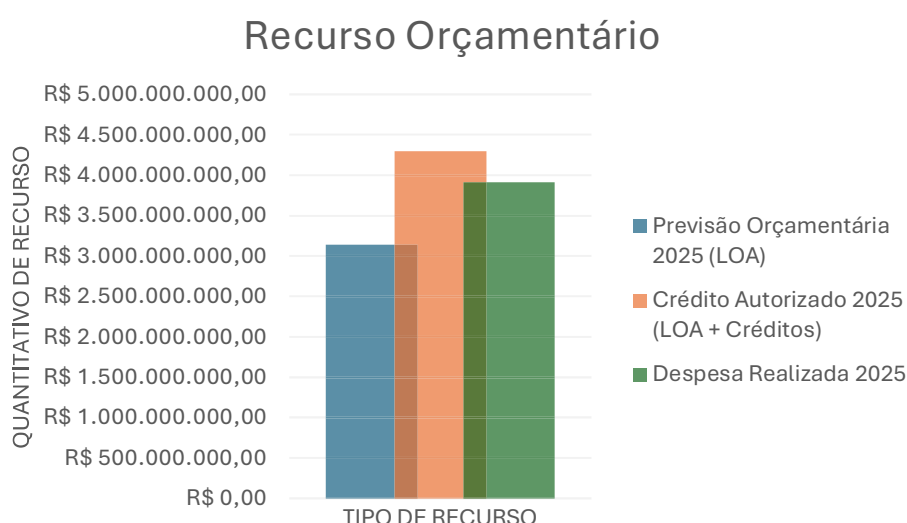
3. Execução Físico-Financeira das Ações

3.1 Síntese geral

No período analisado, foram monitoradas 58 ações orçamentárias, distribuídas entre diferentes órgãos da administração pública estadual, todas com interface direta ou indireta com a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PESANS-MG).

A análise da execução físico-financeira permite identificar tanto a alocação de recursos quanto o cumprimento das metas previstas, evidenciando o grau de efetividade da política pública. Os principais indicadores consolidam-se da seguinte forma:

- **Previsão orçamentária 2025 (LOA):** R\$ 3.139.179.893,00
- **Crédito Autorizado 2025 (LOA+Crédito):** R\$ 4.295.231.151,22
- **Despesa Realizada 2025:** R\$ 3.916.072.296,57
- **Percentual de execução em relação ao crédito autorizado:** 91,17%
- **Percentual de execução em relação à LOA inicial:** 124,75%



A análise da execução orçamentária das ações com interface à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PESANS-MG) evidencia um desempenho consistente ao longo do exercício

de 2025, tanto sob a perspectiva da capacidade de gasto quanto da responsividade da gestão pública. Em relação ao crédito autorizado, o percentual de execução atingiu 91,17%, patamar que denota elevada eficiência na utilização dos recursos disponíveis, com baixa ociosidade orçamentária e adequada condução das etapas de empenho, liquidação e pagamento.

Por sua vez, ao se considerar a previsão inicial estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA), observa-se que a despesa realizada alcançou 124,75%, indicando a incorporação de créditos adicionais ao longo do exercício. Tal dinâmica evidencia um processo de ajuste orçamentário compatível com a natureza intersetorial e sensível às demandas sociais da política de segurança alimentar e nutricional, que frequentemente requer recomposição e ampliação de recursos diante de cenários de maior pressão por atendimento.

Nesse contexto, os resultados observados refletem não apenas a capacidade operacional dos órgãos executores, mas também a flexibilidade e a adaptabilidade do arranjo orçamentário, elementos essenciais para assegurar a continuidade e a efetividade das ações voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no território mineiro.

Para melhor detalhamento e transparência dos dados analisados, apresenta-se, a seguir, a Tabela 1, contendo a planilha de execução física e financeira discriminada por ação orçamentária, estruturada com as seguintes variáveis: Código da Ação, Título da Ação, Objetivo, Público-alvo, Produto, Unidade de Medida do Produto, Previsão Orçamentária 2025 (LOA), Crédito Autorizado 2025 (LOA acrescido de créditos adicionais), Despesa Realizada 2025, Previsão Física 2025, Meta Física Reprogramada e Realização Física no exercício. Essa estrutura permite a análise integrada entre planejamento, alocação de recursos e entrega de resultados, qualificando a leitura da efetividade das ações no âmbito da política pública.

Código da Ação	Título da Ação	Objetivo	Público-alvo	Produto	Unidade de Medida do Produto	Previsão Orçamentária 2025 (LOA)	Crédito Autorizado 2025 (LOA + Créditos)	Despesa Realizada 2025	Previsão Física 2025	Meta Física Reprogramada	Realização Física 2025
1025	Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos no norte e nordeste de Minas Gerais	Promover o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à infraestrutura, especialmente o acesso a recursos hídricos, tanto para consumo quanto para produção econômica. Além de criar as condições necessárias para a atração de investimentos e o desenvolvimento do empreendedorismo local.	População da região de atuação do IDENE	Material adquirido e distribuído	Unidade	R\$ 7.454.532,00	R\$ 17.646.609,86	R\$ 16.009.718,99	3700	7300	7917
1026	Ação orçamentária inexistente no PPAG de 2025										
1028	Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte no norte e nordeste de Minas Gerais	Promover o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à infraestrutura, especialmente o acesso a recursos hídricos, tanto para consumo quanto para produção econômica. Além de criar as condições necessárias para a atração de investimentos e o desenvolvimento do	População da região de atuação do IDENE	Equipamento instalado	Unidade	R\$ 15.899.359,00	R\$ 11.283.417,74	R\$ 3.632.477,87	277	13	13

1034	Melhoramento genético de bovinos	empresendedorismo local.	Promover fomento agropecuário, contribuindo para a inclusão, no processo produtivo, de agricultores e suas formas de organização, bem como da população rural em situação de maior vulnerabilidade, abrangendo ações voltadas para a produção de alimentos e geração de renda, visando a melhoria das condições de segurança e soberania alimentar e nutricional.	Agricultores familiares, associações ou cooperativas de agricultores familiares	Agricultor familiar beneficiado	Agricultor familiar	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	15	15	0
------	----------------------------------	--------------------------	---	---	---------------------------------	---------------------	---------------	---------------	----------	----	----	---

1053	Agroextrativismo	<p>Tornar Minas Gerais um estado fácil para investir, trabalhar, reduzindo os entraves ao empreendedorismo no agronegócio, na agricultura familiar e agroecologia, difundir conhecimento aos jovens, com vistas a um maior input tecnológico nas atividades agropecuárias no médio prazo, conectar parceiros nas cadeias do agronegócio tendo como objetivo a inovação e potencializar a agricultura familiar nos municípios.</p>	<p>Produtores rurais, agricultores familiares, associações, cooperativas e agroindústrias</p>	Unidade	R\$ 6.860.000,00	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	400	754	754
1082	Minas Reurb SEDE	<p>Promover a política de regularização territorial e de gestão de ativos imobiliários alienáveis, proporcionando o direito fundamental à propriedade e a autonomia do indivíduo, o acesso ao crédito, às isenções constitucionais e valorização dos imóveis regularizados, bem como a regularização de áreas (urbanas, rurais acima de 100 hectares, terras devolutas e territórios tradicionais) e de imóveis alienáveis, contribuindo para um</p>	<p>Ocupantes de áreas urbanas irregulares</p>	Unidade	R\$ 16.885.240,00	R\$ 45.343.151,62	R\$ 18.780.317,78	7000	2199	2746

2033	Desenvolvimento do sistema de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais - SISAN MG	Desenvolver, assessorar, e apoiar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional por meio do fomento e fortalecimento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (san), do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (Sisan) e da participação social no estado de Minas Gerais, a fim de mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional nos municípios mineiros, considerando a intersectorialidade da temática de san, a soberania alimentar, o direito humano	Órgãos e entidades da administração pública municipal e estadual, Consea e cidadãos	Ações de fomento à segurança alimentar e nutricional realizadas	Ação	R\$ 22.974,00	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	66	85	91
------	--	---	---	---	------	---------------	---------------	---------------	----	----	----

2076	Gestão e monitoramento de convênios e parcerias	<p>Promover a eficácia de convênios e parcerias, desde a celebração, através da execução, monitoramento, prestação de contas, baixa contábil, bem como na recuperação de dano ao erário contribuindo para a boa e regular utilização dos recursos públicos e desenvolvimento das políticas públicas vinculadas a Sedese, mediante apoio às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e os municípios no desenvolvimento de ações de infraestrutura, aquisição de bens, manutenção e melhoria de atividades, c</p>	Organizações governamentais e não governamentais que celebrarem instrumentos jurídicos com a Sedese e famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social	Relatório/parecer emitido	Unidade	R\$ 43.272,00	R\$ 43.272,00	R\$ 0,00	2500	974	783
2079	Apoio financeiro e material às instituições na promoção do desenvolvimento social	<p>Promover a eficácia de convênios e parcerias, desde a celebração, através da execução, monitoramento, prestação de contas, baixa contábil, bem como na recuperação de dano ao erário contribuindo para a boa e regular utilização dos recursos públicos e desenvolvimento das políticas públicas vinculadas a Sedese, mediante apoio às organizações da sociedade civil sem</p>	Famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social	Parceria/convênio celebrado	Unidade	R\$ 156.908.306,00	R\$ 85.519.584,62	R\$ 83.139.431,20	803	686	527

4018	Desenvolvimento de pesquisa agropecuária e agroindustrial	Executar pesquisas nos diversos biomas de Minas Gerais para gerar, adaptar e transferir tecnologias para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, diversificação de receitas do produtor rural, promoção de novas cadeias produtivas e da agroindústria, propiciando a agregação de valor. Promover a inovação no campo pela utilização de insumos qualificados e soluções tecnológicas adaptadas às diversas condições ambientais.	Produtores rurais, agricultores familiares, técnicos da assistência técnica e extensão rural, laticinistas, pesquisadores, estudantes e agentes do setor público e privado	Tecnologia gerada	Unidade	R\$ 28.015.100,00	R\$ 37.753.646,49	R\$ 22.604.989,35	66	56	94
4019	Divulgação de tecnologia agropecuária via eventos técnico-científicos	Executar pesquisas nos diversos biomas de Minas Gerais para gerar, adaptar e transferir tecnologias para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, diversificação de receitas do produtor rural, promoção de novas cadeias produtivas e da agroindústria, propiciando a agregação de valor. Promover a inovação no campo pela utilização de insumos qualificados e soluções tecnológicas adaptadas às diversas	Produtores rurais, agricultores familiares, técnicos da assistência técnica e extensão rural, laticinistas, pesquisadores, estudantes e agentes do setor público e privado	Ações e eventos técnico-científicos realizados	Unidade	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.020.000,00	R\$ 106.617,98	2128	2548	2660

4044	Bolsa reciclagem	Atuar no desenvolvimento de instrumentos para a promoção da melhoria das políticas públicas de saneamento e gestão de resíduos, meio ambiente, visando à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e hídricos, à promoção do bem-estar social e qualidade de vida.	Catadores de materiais recicláveis, setores primário, secundário e terciário da economia que geram ou operam com resíduos sólidos ou rejeitos, discentes e docentes nos diversos níveis acadêmicos, organizações não governamentais, entidades diversas da administração pública federal, estadual ou municipal e cidadãos	Resíduos recicláveis reintroduzidos na cadeia produtiva pelas org. De catadores cadastrados no programa bolsa reciclagem	Tonelada	R\$ 3.644.614,00	R\$ 4.555.519,00	R\$ 4.554.517,50	45000	42763	53592
4126	Promoção à saúde e políticas de equidade	Assegurar à população o acesso geográfico à atenção primária, garantir a resolutividade dos serviços de atenção primária nas unidades básicas de saúde, garantir ao cidadão satisfação no serviço prestado pela atenção primária.	Usuários do SUS-MG	Município beneficiado	Município	R\$ 120.375.831,00	R\$ 132.617.203,19	R\$ 132.563.521,73	853	854	854

4147	Vigilância sanitária	<p>Coordenar o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e estabelecimento de prioridades de atuação, para melhor utilização dos recursos em busca de resultados efetivos e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, incluindo a incorporação de novas tecnologias para a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção</p>	Usuários do sus-mg	Inspeção sanitária realizada	Unidade	R\$ 44.561.993,00	R\$ 51.281.599,16	R\$ 39.883.880,50	2212	2209	1521
4151	Bolsa verde: conservação da cobertura vegetal nativa	<p>Ordenar e intensificar as atividades de preservação, conservação, recuperação e proteção da diversidade biológica, vegetal e animal, e manter o equilíbrio ecológico dos ecossistemas de domínio do estado de Minas Gerais.</p>	Proprietários ou posseiros com áreas com cobertura vegetal nativa conservada, prioritariamente agricultores familiares, proprietários ou posseiros com até quatro módulos fiscais e proprietários ou posseiros com áreas inseridas em unidades de conservação sujeitas à desapropriação	Parcela paga ou concluída a beneficiário	Unidade	R\$ 20.611.582,00	R\$ 20.611.582,00	R\$ 1.395.927,02	3405	3383	228

4154	Fomento para economia popular solidária e promoção da inclusão produtiva	Contribuir para a redução das vulnerabilidades da população de Minas Gerais no aspecto renda, facilitando sua inclusão produtiva, seja por meio de emprego formal, empreendedorismo ou economia popular solidária.	Indivíduos e famílias capazes de gerar sua própria renda e/ou em situação de vulnerabilidade	Pessoa atendida	Pessoa	R\$ 11.549.906,00	R\$ 6.924.345,81	R\$ 1.663.859,16	3930	3780	2699
4157	Fomento à inclusão produtiva de mulheres	Contribuir para a redução das vulnerabilidades da população de Minas Gerais no aspecto renda, facilitando sua inclusão produtiva, seja por meio de emprego formal, empreendedorismo ou economia popular solidária.	Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo	Pessoa atendida	Pessoa	R\$ 242.159,00	R\$ 3.252.365,25	R\$ 3.050.318,52	1038	370	270
4196	Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de segurança alimentar e nutricional sustentável	Desenvolver, assessorar, e apoiar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional por meio do fomento e fortalecimento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (san), do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (Sisan) e da participação social no estado de Minas Gerais, a fim de mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional nos municípios mineiros, considerando a intersectorialidade da temática de san, a	Municípios, agricultores familiares rurais e urbanos, famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, programas, projetos, ações e equipamentos públicos de san fomentados	Projeto de fomento à segurança alimentar e nutricional apoiados	Projeto apoiado	R\$ 2.264.596,00	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	33	17	22

4197	<p>Apoio às ações desenvolvidas pelo conselho de segurança alimentar e nutricional sustentável de Minas Gerais (Consea-MG)</p>	<p>soberania alimentar, o direito humano</p> <p>Desenvolver, assessorar, e apoiar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional por meio do fomento e fortalecimento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (san), do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (Sisan) e da participação social no estado de Minas Gerais, a fim de mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional nos municípios mineiros, considerando a intersectorialidade da temática de san, a soberania alimentar, o direito humano</p>	<p>Organizações da sociedade civil, órgãos e entidades da administração pública e cidadãos</p>	<p>Evento realizado</p>	<p>Evento</p>	<p>R\$ 454.545,00</p>	<p>R\$ 554.545,00</p>	<p>R\$ 358.920,60</p>	<p>26</p>	<p>46</p>	<p>50</p>
4202	<p>Aprimoramento da defesa sanitária - vigilância sanitária animal</p>	<p>Preservar a sanidade dos animais e dos vegetais por meio do controle e a erradicação de pragas e doenças, o controle do comércio e do uso de agrotóxicos e afins, o comércio de sementes e mudas e de produtos de uso veterinário visando aumentar a produção e a produtividade, preservar a saúde pública e o meio ambiente.</p>	<p>Produtor rural, agroindústrias, comerciante de insumos agropecuários</p>	<p>Fiscalização realizada</p>	<p>Produto fiscalizado</p>	<p>R\$ 4.876.548,00</p>	<p>R\$ 4.644.363,45</p>	<p>R\$ 2.508.086,38</p>	<p>66954</p>	<p>49287</p>	<p>51832</p>

4203	Aprimoramento da defesa sanitária - vigilância sanitária vegetal	Preservar a sanidade dos animais e dos vegetais por meio do controle e a erradicação de pragas e doenças, o controle do comércio e do uso de agrotóxicos e afins, o comércio de sementes e mudas e de produtos de uso veterinário visando aumentar a produção e a produtividade, preservar a saúde pública e o meio ambiente.	Produtor rural, comerciante de insumos agrícolas, prestador de serviços de aplicação de agrotóxicos	Fiscalização realizada	Produto fiscalizado	R\$ 531.501,00	R\$ 406.501,00	R\$ 401.586,05	30125	31342	33024
4206	Fiscalização do trânsito de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal.	Preservar a sanidade dos animais e dos vegetais por meio do controle e a erradicação de pragas e doenças, o controle do comércio e do uso de agrotóxicos e afins, o comércio de sementes e mudas e de produtos de uso veterinário visando aumentar a produção e a produtividade, preservar a saúde pública e o meio ambiente.	Produtores rurais e agroindústrias	Fiscalização realizada	Fiscalização	R\$ 1.256.845,00	R\$ 1.056.845,00	R\$ 1.055.343,31	4191	3519	3918

4235	Assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e demais públicos	<p>Prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais e demais públicos relacionados à produção agropecuária, com informações técnicas que possibilitem a oferta de alimentos, agregação de valor à produção, acesso ao mercado, promoção de melhoria no saneamento rural e à preservação e/ou recuperação dos recursos naturais.</p>	Agricultores familiares, médios e grandes produtores rurais e público urbano	Produtor atendido	Produtor	R\$ 157.279.571,00	R\$ 173.553.992,54	R\$ 108.482.880,94	350000	350000	355927
4236	Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário	<p>Promover fomento agropecuário, contribuindo para a inclusão, no processo produtivo, de agricultores e suas formas de organização, bem como da população rural em situação de maior vulnerabilidade, abrangendo ações voltadas para a produção de alimentos e geração de renda, visando a melhoria das condições de segurança e soberania alimentar e nutricional.</p>	Agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares, público urbano e periurbano	Beneficiário atendido	Beneficiário	R\$ 23.856.500,00	R\$ 38.830.636,81	R\$ 38.278.677,95	15	55650	56289

4238	Reestruturação do laboratório de química agropecuária do instituto mineiro de agropecuária.	Preservar a sanidade dos animais e dos vegetais por meio do controle e a erradicação de pragas e doenças, o controle do comércio e do uso de agrotóxicos e afins, o comércio de sementes e mudas e de produtos de uso veterinário visando aumentar a produção e a produtividade, preservar a saúde pública e o meio ambiente.	População do estado de Minas Gerais	Unidade atendida	Unidade	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1	1	
4320	Distribuição de leite adquirido da agricultura familiar, para beneficiários em insegurança alimentar	Promover o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à infraestrutura, especialmente o acesso a recursos hídricos, tanto para consumo quanto para produção econômica. Além de criar as condições necessárias para a atração de investimentos e o desenvolvimento do empreendedorismo local.	Produtores rurais da cadeia produtiva do leite e população em insegurança alimentar da área de abrangência do Idene	Leite entregue	Litro	R\$ 14.194.909,00	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	3209977	2318078	2812342

4323	<p>Apoio às feiras livres para ampliar a geração de renda e desenvolvimento econômico local</p>	<p>Promover o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à infraestrutura, especialmente o acesso a recursos hídricos, tanto para consumo quanto para produção econômica. Além de criar as condições necessárias para a atração de investimentos e o desenvolvimento do empreendedorismo local.</p>	<p>Agricultores familiares e produtores rurais</p>	<p>Item entregue</p>	<p>Unidade</p>	<p>R\$ 1.355.000,00</p>	<p>R\$ 1.211.371,30</p>	<p>R\$ 357.311,30</p>	<p>570</p>	<p>487</p>	<p>523</p>
4325	<p>Promoção do desenvolvimento socioeconômico do norte e nordeste de Minas Gerais</p>	<p>Promover o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à infraestrutura, especialmente o acesso a recursos hídricos, tanto para consumo quanto para produção econômica. Além de criar as condições necessárias para a atração de investimentos e o desenvolvimento do empreendedorismo local.</p>	<p>População da região de atuação do Idene</p>	<p>Produtor beneficiado</p>	<p>Produtor</p>	<p>R\$ 1.893.601,00</p>	<p>R\$ 2.367.990,61</p>	<p>R\$ 934.858,84</p>	<p>770</p>	<p>429</p>	<p>84</p>
4358	<p>Circuitos de comercialização</p>	<p>Promover a inserção da agricultura familiar nos diversos mercados, com ênfase nos institucionais, tendo como foco à formação continuada, a transição agroecológica, a</p>	<p>Agricultores familiares e urbanos</p>	<p>Kit entregue</p>	<p>Unidade</p>	<p>R\$ 1.015.000,00</p>	<p>R\$ 7.302.372,59</p>	<p>R\$ 3.336.477,68</p>	<p>60</p>	<p>99</p>	<p>99</p>

	<p>qualificação da gestão e a regularização e o fortalecimento das agroindústrias familiares</p>									
<p>4359</p>	<p>Promover a inserção da agricultura familiar nos diversos mercados, com ênfase nos institucionais, tendo como foco à formação continuada, a transição agroecológica, a qualificação da gestão e a regularização e o fortalecimento das agroindústrias familiares</p>	<p>Organizações de agricultores familiares, produtores rurais e agroindústrias</p>	<p>Cooperativas e agroindústrias estruturadas</p>	<p>Unidade</p>	<p>R\$ 6.000,00</p>	<p>R\$ 114.317,94</p>	<p>R\$ 3.881,20</p>	<p>20</p>	<p>20</p>	<p>20</p>
<p>4361</p>	<p>Promover a inserção da agricultura familiar nos diversos mercados, com ênfase nos institucionais, tendo como foco à formação continuada, a transição agroecológica, a qualificação da gestão e a regularização e o fortalecimento das agroindústrias familiares</p>	<p>Agricultores familiares e suas organizações e gestores públicos</p>	<p>Valor pago</p>	<p>R\$ mil</p>	<p>R\$ 1.060.000,00</p>	<p>R\$ 60.000,00</p>	<p>R\$ 6.392,50</p>	<p>6600</p>	<p>3405</p>	<p>3405</p>

4363	Regularização fundiária de imóveis rurais	Ações voltadas à regularização fundiária visando reduzir o número de propriedades sem registro, levando segurança jurídica aos produtores rurais que possuem a posse mas não a propriedade dos imóveis.	Agricultores na posse de terras públicas e/ou devolutas rurais	Título entregue	Unidade	R\$ 5.635.611,00	R\$ 10.638.924,60	R\$ 7.702.694,81	1800	3953	3953
4398	Irriga minas - agricultura irrigada sustentável	Melhorar a infraestrutura rural e promover a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional, considerando a convivência com a seca e inclusão produtiva, por meio do aumento da disponibilidade de água para usos múltiplos, tais como abastecimento humano, irrigação, controle de cheias, pesca, aquicultura e perenização dos rios, além do fomento a manutenção das estradas vicinais. Promover a irrigação sustentável da agricultura familiar e, também, a	Agricultores familiares e produtores rurais	Kits de irrigação distribuídos	Unidade	R\$ 2.506.808,00	R\$ 12.531.715,00	R\$ 11.499.658,86	5945	8458	8458

4399	Garantia safra	Garantir a renda de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e/ou em regiões em estado de emergência, ocasionada, principalmente, por intempéries climáticas e, também, assegurar a produção, promovendo sua diversificação e o aumento na agregação de valor dos produtos subvencionados.	Agricultores familiares de baixa renda do semiárido	Agricultor familiar assegurado	Unidade	R\$ 5.783.676,00	R\$ 5.998.241,00	R\$ 5.992.272,00	40000	41613	41613
4401	Ação orçamentária inexistente no PPAG de 2025										
4405	Apoio ao jovem rural	Promover a continuidade das atividades realizadas no campo, bem como geração de renda, troca de conhecimentos, saberes, tecnologias, geração de oportunidades e manutenção da força de mão de obra no campo.	Jovens do meio rural	Cursos e capacitações realizadas	Unidade	R\$ 36.162,00	R\$ 36.162,00	R\$ 4.989,10	12	15	15
4412	Acesso ao trabalho e à renda	Coordenar e fomentar estratégias de promoção do desenvolvimento social de famílias e comunidades, por meio do gerenciamento de políticas públicas intersetoriais focalizadas em municípios	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade inscritos no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo	Pessoa apoiada	Pessoa	R\$ 37.476,00	R\$ 37.476,00	R\$ 16.167,41	3024	3024	3024

4544	Regularização fundiária de territórios coletivos	Promover a política de regularização territorial e de gestão de ativos imobiliários alienáveis, proporcionando o direito fundamental à propriedade e a autonomia do indivíduo, o acesso ao crédito, às isenções constitucionais e valorização dos imóveis regularizados, bem como a regularização de áreas (urbanas, rurais acima de 100 hectares, terras devolutas e territórios tradicionais) e de imóveis alienáveis, contribuindo para um ambiente de negócios mais seguro e para estado mais eficiente.	Povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais	Rtid - relatório técnico de identificação e demarcação territorial	Unidade	R\$ 92.980,00	R\$ 92.980,00	R\$ 0,00	3	3	0
8008	Universalização dos serviços de saneamento na área da COPASA	Atuar no desenvolvimento de instrumentos para a promoção da melhoria das políticas públicas de saneamento e gestão de resíduos, meio ambiente, visando à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e hídricos, à promoção do bem-estar social e qualidade de vida.	Municípios mineiros e sociedade civil	Economia residencial atendida com abastecimento de água	Economia residencial	R\$ 1.528.000.000,00	R\$ 2.360.857.588,00	R\$ 2.316.542.956,95	95000	95000	81995

8012	Universalização dos serviços de saneamento na área de atuação da Copanor	Atuar no desenvolvimento de instrumentos para a promoção da melhoria das políticas públicas de saneamento e gestão de resíduos, meio ambiente, visando à preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais e hidricos, à promoção do bem-estar social e qualidade de vida.	Municípios mineiros e sociedade civil	Economia residencial atendida com abastecimento de água	Economia residencial	R\$ 45.000.000,00	R\$ 45.525.416,00	R\$ 43.265.568,76	4000	4000	2956
------	--	---	---------------------------------------	---	----------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------	------	------

R\$ 3.193.179.893,00 R\$ 4.295.231.151,22 R\$ 3.916.072.296,57

3.2 Heterogeneidade das métricas de execução física e seus limites analíticos

A análise da execução física das ações orçamentárias evidencia um importante desafio metodológico relacionado à heterogeneidade das unidades de medida adotadas pelos diferentes órgãos executores. As ações são mensuradas a partir de indicadores distintos — como “unidades entregues”, “pessoas atendidas”, “municípios beneficiados”, “litros distribuídos”, “eventos realizados”, “tecnologias geradas”, entre outros — o que dificulta a construção de uma leitura agregada e comparável da execução física no conjunto da política.

Essa diversidade decorre da própria natureza intersetorial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que articula iniciativas de diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, agricultura, meio ambiente e infraestrutura. Cada setor estrutura seus indicadores conforme seus objetivos específicos e suas lógicas operacionais, o que, embora adequado do ponto de vista setorial, limita a possibilidade de consolidação de métricas físicas em um indicador sintético único para a política como um todo.

Como consequência, a execução física não pode ser analisada de forma homogênea ou comparativa direta entre ações. Por exemplo, não é metodologicamente adequado comparar “número de estudantes atendidos” com “toneladas de resíduos reciclados” ou “cisternas instaladas”, ainda que todas essas ações tenham interface com a segurança alimentar e nutricional. Cada indicador expressa dimensões distintas da política pública e responde a objetivos específicos.

Dessa forma, a análise da execução física deve ser realizada de maneira contextualizada, considerando:

- o objetivo da ação;
- o público-alvo atendido;
- o tipo de produto ou serviço entregue;
- e a unidade de medida utilizada.

Nesse sentido, a leitura mais qualificada da execução física não se dá pela comparação direta entre ações, mas pela verificação do grau de cumprimento das metas estabelecidas em cada ação individualmente (relação entre previsão, reprogramação e realização física), bem como pela sua articulação com a execução financeira.

Adicionalmente, essa heterogeneidade reforça a necessidade de desenvolvimento, no âmbito do monitoramento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, de estratégias complementares que permitam integrar informações físicas e financeiras com indicadores mais amplos de resultado e contexto, sem desconsiderar as especificidades setoriais de cada ação.

ANÁLISE POR EIXO

4. Análise Eixos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A organização das ações em eixos estratégicos permite compreender a atuação do Estado de forma sistêmica e intersetorial, evidenciando como diferentes políticas públicas contribuem, de maneira complementar, para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esses eixos dialogam diretamente com as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e com a abordagem adotada nos processos de monitoramento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que enfatizam a necessidade de leitura integrada, multidimensional e orientada por evidências.

A análise por eixos possibilita identificar não apenas a distribuição das ações e dos recursos, mas também a lógica de intervenção do Estado, evidenciando prioridades, lacunas e níveis de articulação entre políticas setoriais. Nesse sentido, os eixos estruturam a política de SAN em campos estratégicos de atuação, permitindo avaliar o grau de equilíbrio entre ações voltadas à produção, ao acesso, ao consumo, à sustentabilidade e à governança.

No eixo de produção e abastecimento, concentram-se as ações voltadas ao fortalecimento dos sistemas produtivos, especialmente da agricultura familiar, à ampliação da oferta de alimentos e à estruturação de circuitos de comercialização. A análise deste eixo permite aferir a capacidade do Estado em promover a disponibilidade de alimentos, bem como em incentivar modelos produtivos sustentáveis e inclusivos. Contudo, quando analisado isoladamente, esse eixo pode não garantir o acesso efetivo à alimentação, sendo necessária sua articulação com outras dimensões da política.

O eixo de acesso à alimentação compreende as ações voltadas à garantia do acesso físico e econômico aos alimentos, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Incluem-se aqui políticas de transferência de renda, equipamentos públicos de SAN (como restaurantes populares, cozinhas solidárias e bancos de alimentos) e programas de abastecimento alimentar. Trata-se de eixo central para a efetivação do DHAA, sendo diretamente relacionado à redução da insegurança alimentar.

No eixo de alimentação e nutrição, situam-se as ações relacionadas à promoção de práticas alimentares saudáveis, à educação alimentar e nutricional, bem como à vigilância alimentar e nutricional. Esse eixo permite avaliar a qualidade do consumo alimentar e a utilização biológica dos nutrientes, sendo fundamental para a promoção da saúde e prevenção de agravos nutricionais.

O eixo de sustentabilidade ambiental incorpora as ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à promoção de práticas agroecológicas e à mitigação dos impactos ambientais dos sistemas alimentares. Sua análise é essencial para compreender a relação entre segurança alimentar e sustentabilidade, especialmente no contexto das mudanças climáticas e da necessidade de construção de sistemas alimentares resilientes.

Por fim, o eixo de governança abrange as ações relacionadas à coordenação intersetorial, ao planejamento, ao monitoramento e à participação social no âmbito da política de SAN. Esse eixo é estruturante para o funcionamento do SISAN, sendo responsável por garantir a integração entre os diferentes setores governamentais e a efetiva participação da sociedade civil, especialmente por meio do CONSEA.

A análise integrada desses eixos permite identificar assimetrias na política pública, como a concentração de ações em determinados campos em detrimento de outros, bem como lacunas na articulação intersetorial. Conforme apontado em relatórios de monitoramento do CONSEA, a efetividade da política de SAN depende do equilíbrio entre esses eixos e da capacidade do Estado de promover ações complementares e integradas.

Adicionalmente, a leitura por eixos possibilita relacionar a execução das ações com os problemas públicos identificados no diagnóstico do VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, permitindo avaliar o grau de aderência das políticas às demandas da população.

Por fim, destaca-se que a análise por eixos constitui instrumento fundamental para o monitoramento da política pública, ao permitir uma visão estruturada e estratégica da atuação estatal, subsidiando o processo de tomada de decisão, o aprimoramento das ações governamentais e o fortalecimento do controle social no âmbito do SISAN e, especialmente, do CONSEA-MG.

4.1 Produção e Abastecimento Alimentar

Este eixo compreende o conjunto de ações voltadas à produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar, dos sistemas agroalimentares locais e dos circuitos curtos de comercialização.

Inclui iniciativas relacionadas ao apoio técnico e produtivo, acesso a insumos, mecanização, inovação tecnológica, pesquisa agropecuária, regularização fundiária, infraestrutura rural e fortalecimento de mercados institucionais e territoriais.

Do ponto de vista da SAN, esse eixo está diretamente associado à dimensão da disponibilidade de alimentos, sendo fundamental para assegurar que haja oferta suficiente, regular e diversificada de alimentos. No entanto, conforme apontado em análises do CONSEA, sua efetividade depende da articulação com políticas de acesso, de modo a garantir que a produção se converta, de fato, em alimentação adequada para toda a população.

4.1.1 Ações diretamente relacionadas à Produção e Abastecimento Alimentar

As ações elencadas são classificadas como diretamente relacionadas ao eixo de Produção e Abastecimento Alimentar por incidirem de forma objetiva sobre as etapas estruturantes dos sistemas alimentares — produção, processamento, circulação, comercialização e acesso ao alimento. Trata-se de iniciativas que atuam tanto no fortalecimento da base produtiva, especialmente da agricultura familiar (como assistência técnica, fomento agropecuário, irrigação e garantia de renda), quanto na organização dos canais de escoamento e comercialização (mercados institucionais e circuitos curtos), assegurando condições para que os alimentos sejam produzidos, distribuídos e disponibilizados à população.

Adicionalmente, incluem-se nesse grupo ações que operam diretamente no acesso alimentar, especialmente aquelas vinculadas a políticas públicas estruturantes, como o PEA, o PNAE e a distribuição de leite, que promovem a oferta regular de alimentos a públicos específicos em situação de vulnerabilidade. Em conjunto, essas iniciativas materializam dimensões centrais da Segurança Alimentar e Nutricional — disponibilidade, acesso e, indiretamente, estabilidade — evidenciando sua aderência estratégica ao eixo de Produção e Abastecimento Alimentar no âmbito da PESANS-MG.

Ações diretamente relacionadas à Produção e Abastecimento Alimentar

Essas têm vínculo claro com produção, distribuição ou acesso a alimentos:

- **1034** – Melhoramento genético de bovinos
- **1053** – Agroextrativismo
- **4235** – Assistência técnica e extensão rural
- **4236** – Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário
- **4398** – Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável
- **4399** – Garantia Safra
- **4358** – Circuitos de comercialização
- **4361** – Mercados institucionais
- **4320** – Distribuição de leite (fortemente SAN – acesso direto ao alimento)
- **2101** – PEA (abastecimento alimentar direto)
- **2102** – PNAE (abastecimento alimentar direto)

➤ **Nº de ações no eixo:** 11

➤ **Valor total orçado (crédito autorizado):** R\$ 1.036.142.108,96

- **Valor executado (pago):** R\$ 897.479.011,57
- **Percentual de execução:** 86,62%

Ações fortemente aderentes (infraestrutura e suporte à produção e abastecimento)

Não são “alimentares” diretamente, mas sustentam o sistema alimentar:

- 1025 – Acesso a equipamentos hídricos
- 1028 – Infraestrutura hídrica de pequeno porte
- 1089 – Convivência com seca e estiagem
- 4420 – Mecanização no campo
- 4516 – Apoio à mecanização da produção agrícola
- 4419 – Estradas e infraestrutura rural
- 4363 – Regularização fundiária de imóveis rurais
- 4544 – Regularização de territórios coletivos
- 4018 – Pesquisa agropecuária
- 4019 – Eventos técnico-científicos agropecuários
- 4023 – Publicações técnico-científicas
- 4405 – Apoio ao jovem rural
 - **Nº de ações no eixo:** 12
 - **Valor total programado:** R\$ 378.129.747,02
 - **Valor executado (pago):** R\$ 306.785.974,07
 - **Percentual de execução:** 81,12%

Para o conjunto de ações apresentadas — tanto as diretamente relacionadas quanto as fortemente aderentes ao eixo de Produção e Abastecimento Alimentar — os dados de execução físico-financeira devem ser complementados por indicadores de resultado e intermediários, capazes de qualificar os efeitos concretos das políticas sobre os sistemas alimentares. Nesse sentido, destacam-se três dimensões analíticas centrais:

- No campo da produção, são fundamentais indicadores como o número de produtores e propriedades atendidas (especialmente via ATER, fomento agropecuário e programas como Garantia Safra), bem como a mensuração da área cultivada e do volume de produção agropecuária (litros de leite, toneladas de alimentos, entre outros). Esses dados permitem aferir a capacidade

das ações em ampliar a oferta de alimentos e fortalecer a base produtiva, com especial atenção à agricultura familiar.

- Quanto à estrutura produtiva, ganham relevância informações relacionadas ao acesso a insumos estratégicos e meios de produção, como mecanização agrícola (ações 4420 e 4516), infraestrutura hídrica (1025, 1028, 1089) e regularização fundiária (4363 e 4544), além da cobertura de assistência técnica e extensão rural (4235). Soma-se a isso o número de tecnologias geradas e difundidas (4018, 4019, 4023), elemento essencial para avaliar ganhos de produtividade, sustentabilidade e resiliência dos sistemas produtivos.
- Por fim, na dimensão da comercialização e abastecimento, é importante considerar o número de feiras e circuitos apoiados (4358), o volume de alimentos comercializados e a inserção da agricultura familiar em mercados institucionais (4361, PNAE e PEAE), bem como indicadores de distribuição direta de alimentos, como o volume de leite entregue (4320). Esses dados evidenciam a capacidade das políticas em estruturar canais de escoamento, promover renda e garantir o acesso regular a alimentos, especialmente para públicos em situação de vulnerabilidade.

A integração desses indicadores permite avançar da análise estritamente orçamentária para uma leitura mais robusta da efetividade das ações no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, evidenciando seus impactos sobre produção, acesso e dinamização dos sistemas alimentares no território mineiro.

4.1.2 Dados de resultado/intermediários

A análise do eixo de Produção e Abastecimento Alimentar não se esgota nos dados de execução físico-financeira, sendo necessária a incorporação de indicadores de resultado e intermediários que permitam qualificar os efeitos concretos das ações sobre os sistemas alimentares. Esses indicadores possibilitam uma leitura mais robusta da política pública, ao evidenciar não apenas o que foi executado, mas em que medida as ações contribuíram para o fortalecimento da produção, da estrutura produtiva e dos canais de comercialização e acesso aos alimentos.

No contexto das ações analisadas, observa-se que os dados disponíveis concentram-se majoritariamente em produtos (outputs), o que demanda o uso de variáveis proxy para a construção de indicadores intermediários. Ainda assim, é possível estruturar a análise a partir de três dimensões centrais, que dialogam diretamente com o funcionamento dos sistemas alimentares:

Tipos de dados importantes:

✓ Produção

Inclui indicadores relacionados à capacidade produtiva e ao alcance das políticas junto aos produtores rurais, tais como o número de produtores apoiados, o número de propriedades atendidas, a área cultivada e o volume de produção (em toneladas, litros ou outras unidades). Esses dados são fundamentais para aferir a ampliação da oferta de alimentos e o fortalecimento da agricultura familiar e de outras formas de produção.

Há evidências indiretas relevantes:

➤ **Nº de produtores apoiados / propriedades atendidas**

- Ação 4235 (ATER): *355.927 produtores atendidos*
- Ação 4236 (fomento agropecuário): *56.289 beneficiários*
- Ação 4399 (Garantia Safra): *41.613 agricultores assegurados*

→ Esses dados permitem inferir escala de cobertura produtiva, ainda que não distingam propriedade vs. produtor nem intensidade do atendimento.

➤ **Volume de produção (proxy indireta)**

- Ação 4320 (distribuição de leite): *2.812.342 litros distribuídos*

→ Embora seja dado de distribuição, reflete a dinâmica da cadeia produtiva do leite, especialmente da agricultura familiar.

➤ **Área cultivada**

- Não disponível diretamente → lacuna relevante

✓ **Estrutura produtiva**

Refere-se às condições estruturais que sustentam a produção de alimentos, abrangendo aspectos como o acesso à mecanização agrícola, a cobertura de assistência técnica e extensão rural (ATER) e o número de tecnologias geradas e difundidas. Esses indicadores permitem avaliar ganhos de produtividade, modernização do setor e resiliência dos sistemas produtivos, especialmente em contextos de vulnerabilidade climática e socioeconômica.

Aqui há bons indicadores indiretos:

➤ **Acesso à mecanização**

- 4420 (mecanização no campo): *81 municípios/entidades atendidas*
- 4516 (apoio à mecanização): *52 implementos entregues*

➤ **Acesso à ATER**

- 4235: cobertura expressiva (mais de 350 mil atendimentos)

➤ **Infraestrutura produtiva (hídrica)**

- 1025: *7.917 equipamentos distribuídos*
- 1028: *13 estruturas instaladas*

➤ **Tecnologias difundidas**

- 4018 (pesquisa): *94 tecnologias geradas*
- 4019 (eventos técnicos): *2.660 ações realizadas*
- 4023 (publicações): *150 publicações*

→ Esse conjunto permite uma boa leitura sobre **modernização, difusão tecnológica e capacidade produtiva instalada**.

✓ **Comercialização**

Compreende os mecanismos de escoamento da produção e de acesso aos alimentos, incluindo o número de feiras e mercados apoiados, o volume de alimentos comercializados e a participação em compras públicas, como o PAA e o PNAE. Também podem ser considerados dados de distribuição direta de alimentos, que evidenciam o alcance das políticas junto à população em situação de insegurança alimentar.

Também há dados relevantes, ainda que não sistematizados como “volume comercializado”:

➤ **Mercados e circuitos**

- 4358 (circuitos de comercialização): *99 kits/estruturas apoiadas*

➤ **Compras públicas / acesso institucional**

- 2101 (PEAE): *1.891.649 estudantes atendidos*
- 2102 (PNAE): *1.690.308 estudantes atendidos*

→ Indicam forte capacidade de absorção da produção via mercado institucional.

➤ **Distribuição direta de alimentos**

- 4320 (leite): *2,8 milhões de litros distribuídos*

➤ **Indicador atípico, mas relevante**

- 4236 (fomento agropecuário): salto expressivo de meta física (15 → 56.289)

→ Sugere ampliação significativa de escala produtiva e potencial impacto na oferta

4.1.3 Análise dos dados

Tabela 2: Ações orçamentárias com impacto direto no eixo Produção e Abastecimento Alimentar

Código	Título	Classificação	Autorizado (R\$)	Executado (R\$)	Unidade	Meta Reprogramada	Realizado
1034	Melhoramento genético	Direta	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	Agricultor	15	0
1053	Agroextrativismo	Direta	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	Unidade	754	754
4235	ATER	Direta	R\$ 173.553.992,50	R\$ 108.482.880,90	Produtor	350000	355927
4236	Fomento agropecuário	Direta	R\$ 38.830.636,81	R\$ 38.278.677,95	Beneficiário	55650	56289
4398	Irriga Minas	Direta	R\$ 12.531.715,00	R\$ 11.499.658,86	Unidade	8458	8458
4399	Garantia Safra	Direta	R\$ 5.998.241,00	R\$ 5.992.272,00	Unidade	41613	41613
4358	Circuitos comercialização	Direta	R\$ 7.302.372,59	R\$ 3.336.477,68	Unidade	99	99
4361	Mercados institucionais	Direta	R\$ 60.000,00	R\$ 6.392,50	R\$ mil	3405	3405
4320	Distribuição leite	Direta	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	Litro	2318078	2812342
2101	PEAE	Direta	R\$ 520.493.583,30	R\$ 519.971.890,10	Estudante	1891649	1891649
2102	PNAE	Direta	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1690308	1690308

A análise da execução das ações vinculadas ao eixo de Produção e Abastecimento Alimentar evidencia que foram identificadas 23 ações orçamentárias (11 diretamente relacionadas e 12 fortemente aderentes), com execução financeira total de aproximadamente R\$ 1,20 bilhão, correspondendo a parcela expressiva do conjunto das ações com interface à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no período analisado. Esse volume de recursos reforça a centralidade do eixo no fortalecimento da base produtiva, na estruturação de cadeias agroalimentares e na sustentação de políticas de abastecimento no estado.

Sob a perspectiva dos resultados, destacam-se evidências concretas de ampliação da capacidade produtiva e do alcance das políticas públicas, com o atendimento a mais de 450 mil produtores e beneficiários, considerando ações como assistência técnica e extensão rural (4235), fomento

agropecuário (4236) e Garantia Safra (4399). Observa-se ainda o fortalecimento da estrutura produtiva por meio da ampliação do acesso a infraestrutura hídrica (mais de 7.900 equipamentos distribuídos), mecanização agrícola e regularização fundiária, além da geração e difusão de conhecimento técnico, com destaque para 94 tecnologias geradas, 2.660 eventos técnico-científicos realizados e 150 publicações especializadas. Embora não haja sistematização de dados relativos à área cultivada, tais indicadores permitem inferir impactos relevantes sobre a produtividade, a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas produtivos, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

No que se refere à comercialização e ao abastecimento, verifica-se a consolidação de canais institucionais e territoriais de escoamento da produção, com destaque para o apoio a circuitos de comercialização (99 iniciativas apoiadas) e a inserção da produção em mercados institucionais. Os programas de alimentação escolar (PEAE e PNAE) alcançaram, conjuntamente, mais de 3,5 milhões de estudantes, configurando-se como instrumentos estratégicos tanto para o acesso à alimentação quanto para a dinamização da agricultura familiar. Adicionalmente, ações de distribuição direta, como a entrega de aproximadamente 2,8 milhões de litros de leite, evidenciam a articulação entre produção e atendimento a públicos em situação de vulnerabilidade alimentar.

Entretanto, a análise qualitativa indica que a contribuição deste eixo para a Segurança Alimentar e Nutricional depende de sua articulação com políticas de acesso e consumo alimentar, uma vez que o fortalecimento da produção, isoladamente, não assegura a efetiva garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Persistem lacunas relevantes, como a ausência de indicadores sistematizados sobre volume total de produção, área cultivada e volume comercializado, o que limita a mensuração direta dos impactos. Nesse contexto, reforça-se a necessidade de integração intersetorial, bem como do aprimoramento dos sistemas de monitoramento e avaliação, com vistas à incorporação de indicadores mais robustos de resultado, capazes de evidenciar, de forma mais precisa, os efeitos das políticas sobre a disponibilidade, o acesso e o consumo alimentar no território mineiro.

4.2. Acesso à Alimentação

O eixo de Acesso à Alimentação compreende o conjunto de ações e políticas públicas voltadas a assegurar que indivíduos e famílias disponham de condições econômicas, físicas e sociais para adquirir ou obter alimentos em quantidade, qualidade e regularidade adequadas, em consonância com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Abrange tanto iniciativas de acesso direto, como os programas de alimentação escolar, a distribuição de alimentos e a implementação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional — a exemplo de restaurantes populares, cozinhas solidárias e bancos de alimentos — quanto ações de natureza indireta, relacionadas à geração de renda, inclusão produtiva, fortalecimento da economia popular, transferência de renda e redução das desigualdades sociais. Essas dimensões operam de forma complementar, articulando provisão imediata de alimentos com estratégias estruturantes de autonomia e sustentabilidade.

Trata-se de um eixo central no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, por incidir diretamente sobre a capacidade das populações de acessar alimentos de forma digna e contínua. Conforme destacado em relatórios de monitoramento do CONSEA, a ampliação, qualificação e integração das ações deste eixo são determinantes para a efetividade das políticas de SAN, especialmente no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social, demandando abordagem intersetorial e territorializada.

Classificação das ações – Acesso à Alimentação

✓ Ações de ACESSO DIRETO à alimentação (DHAA imediato)

São aquelas que entregam alimento diretamente ou garantem consumo alimentar regular:

- 2101 – PEAE
- 2102 – PNAE
- 4320 – Distribuição de leite

Caracterização técnica:

Essas ações operam no nível mais imediato da SAN, atuando na disponibilidade e consumo direto de alimentos, com impacto direto sobre indicadores de insegurança alimentar, especialmente para públicos vulneráveis (estudantes e famílias em risco).

✓ Ações DETERMINANTES do acesso à alimentação

Não entregam alimento diretamente, mas criam as condições para que o acesso ocorra de forma sustentável.

a) Determinantes de renda e inclusão produtiva

- 2079 – Apoio financeiro e material
- 4154 – Economia popular solidária
- 4157 – Inclusão produtiva de mulheres
- 4412 – Acesso ao trabalho e renda
- 4474 – Artesanato empreendedor

Função: ampliam capacidade de compra (acesso econômico aos alimentos)

b) Determinantes de SAN e articulação institucional

- 2033 – SISAN MG
- 4196 – Fomento à SAN
- 4197 – CONSEA

Função: fortalecem governança, coordenação e políticas públicas de SAN

c) Determinantes de saúde e segurança alimentar

- 4126 – Promoção à saúde
- 4147 – Vigilância sanitária

Função: garantem qualidade biológica e sanitária dos alimentos e do consumo

d) Determinantes ambientais e de sustentabilidade

- 4044 – Bolsa reciclagem
- 4151 – Bolsa verde
- 4037 – Gestão de resíduos

Função: atuam sobre sustentabilidade dos sistemas alimentares

e) Determinantes estruturais (água e saneamento)

- 8008 – Saneamento COPASA
- 8012 – Saneamento COPANOR

Função: essenciais para:

- preparo dos alimentos
- saúde nutricional
- prevenção de doenças

f) Determinantes produtivos indiretos (interface com abastecimento)

- 4323 – Feiras livres
- 4325 – Desenvolvimento regional
- 4358 – Circuitos de comercialização

- 4361 – Mercados institucionais

Função: fortalecem o acesso físico aos alimentos, conectando produção e consumo

4.2.1 Caracterização das ações do eixo

O eixo de Acesso à Alimentação compreende um conjunto de ações orçamentárias voltadas tanto ao acesso direto a alimentos quanto ao fortalecimento de condições estruturais e socioeconômicas que viabilizam esse acesso, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade.

No conjunto analisado, destacam-se ações de provisão direta, como o PEAE (2101), o PNAE (2102) e a Distribuição de leite (4320), que operam como instrumentos concretos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Paralelamente, há ações complementares relacionadas à inclusão produtiva, transferência indireta de renda, SAN, saúde, saneamento e apoio social, que influenciam de forma estrutural o acesso aos alimentos.

Síntese financeira do eixo (base consolidada):

- Valor programado (crédito autorizado): R\$ 4.295.231.151,22
- Valor executado (pago): R\$ 3.916.072.296,57
- Percentual de execução: 91,17%

Esse nível de execução indica alta capacidade de operacionalização, especialmente em políticas de grande escala, como alimentação escolar e saneamento.

4.2.2 Dados de resultado/intermediários

A análise dos dados evidencia resultados relevantes organizados em três dimensões principais:

✓ Acesso direto à alimentação

- Estudantes atendidos (PEAE): 1.891.649
- Estudantes atendidos (PNAE): 1.690.308
- Leite distribuído: 2.812.342 litros

Esses dados demonstram forte capilaridade das políticas públicas de alimentação, com alcance expressivo e regularidade no atendimento.

✓ Inclusão produtiva e apoio socioeconômico

- Pessoas atendidas (inclusão produtiva geral): 2.699
- Mulheres atendidas (inclusão produtiva): 270
- Parcerias/convênios celebrados (apoio social): 527

Essas ações atuam na dimensão econômica do acesso à alimentação, ao ampliar renda e autonomia das famílias.

✓ Estrutura e condições para acesso (determinantes sociais)

- Municípios atendidos em saúde (APS): 854
- Economias residenciais com acesso à água (COPASA): 81.995
- Economias atendidas (COPANOR): 2.956
- Municípios com gestão de resíduos atendida: 606

Esses indicadores evidenciam que o acesso à alimentação depende também de fatores estruturais como água, saneamento e saúde pública, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional.

4.2.3 Análise dos dados

Tabela 3: Ações orçamentárias com impacto direto no eixo Acesso à Alimentação

Código	Título	Classificação	Autorizado (R\$)	Executado (R\$)	Unidade	Meta Reprogramada	Realizado
2101	PEAE	Acesso direto	R\$ 520.493.583,28	R\$ 519.971.890,05	Estudante	1.891.649	1.891.649
2102	PNAE	Acesso direto	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1.690.308	1.690.308
4320	Distribuição de leite	Acesso direto	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	Litros	2.318.078	2.812.342
2079	Apoio financeiro e material	Determinante (renda)	R\$ 85.519.584,62	R\$ 83.139.431,20	Unidade	686	527
4154	Inclusão produtiva	Determinante (renda)	R\$ 6.924.345,81	R\$ 1.663.859,16	Pessoa	3.780	2.699
4157	Inclusão produtiva de mulheres	Determinante (renda)	R\$ 3.252.365,25	R\$ 3.050.318,52	Pessoa	370	270
2033	SISAN MG	Determinante (governança SAN)	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	Ação	85	91
4196	Fomento à SAN	Determinante (governança SAN)	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	Projeto	17	22
4197	CONSEA-MG	Determinante (governança SAN)	R\$ 554.545,00	R\$ 358.920,60	Evento	46	50
4126	Promoção à saúde	Determinante (saúde)	R\$ 132.617.203,19	R\$ 132.563.521,73	Município	854	854
4147	Vigilância sanitária	Determinante (saúde)	R\$ 51.281.599,16	R\$ 39.883.880,50	Unidade	2.209	1.521
4037	Gestão de resíduos	Determinante (ambiental)	R\$ 22.268.186,59	R\$ 3.995.031,62	Município	606	606

4044	Bolsa reciclagem	Determinante (ambiental)	R\$ 4.555.519,00	R\$ 4.554.517,50	Tonelada	42.763	53.592
4151	Bolsa verde	Determinante (ambiental)	R\$ 20.611.582,00	R\$ 1.395.927,02	Unidade	3.383	228
8008	Saneamento COPASA	Determinante (estrutura)	R\$ 2.360.857.588,00	R\$ 2.316.542.956,95	Unidade	95.000	81.995
8012	Saneamento COPANOR	Determinante (estrutura)	R\$ 45.525.416,00	R\$ 43.265.568,76	Unidade	4.000	2.956
4323	Feiras livres	Determinante (abastecimento)	R\$ 1.211.371,30	R\$ 357.311,30	Unidade	487	523
4358	Circuitos de comercialização	Determinante (abastecimento)	R\$ 7.302.372,59	R\$ 3.336.477,68	Unidade	99	99
4361	Mercados institucionais	Determinante (abastecimento)	R\$ 60.000,00	R\$ 6.392,50	R\$ mil	3.405	3.405

análise dos dados do eixo 4.2 – Acesso à Alimentação evidencia a coexistência de dois conjuntos de ações com naturezas distintas e complementares: aquelas voltadas ao acesso direto aos alimentos e aquelas relacionadas aos determinantes do acesso, como renda, infraestrutura, saúde e abastecimento.

No que se refere às ações de acesso direto, destacam-se o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a distribuição de leite, que concentram volume expressivo de execução e elevada realização física. Essas iniciativas possuem capilaridade territorial e incidência direta sobre o consumo alimentar, especialmente de públicos em situação de vulnerabilidade, como estudantes da rede pública e famílias em insegurança alimentar. Observa-se, inclusive, aderência entre metas e resultados, com alcance significativo do público-alvo previsto.

Por outro lado, as ações classificadas como determinantes do acesso concentram a maior parte dos recursos financeiros e abrangem políticas estruturais, como saneamento básico, promoção à saúde, inclusão produtiva, apoio financeiro e fortalecimento institucional da Segurança Alimentar e Nutricional. Essas ações são essenciais para a melhoria das condições de vida da população e para a criação de bases sustentáveis de acesso à alimentação, embora sua relação com o consumo alimentar seja indireta e de médio a longo prazo.

No campo da inclusão produtiva e geração de renda, observa-se desempenho heterogêneo entre as ações, indicando diferentes níveis de capacidade de execução e alcance dos públicos previstos. Já as ações de governança da SAN, embora apresentem menor volume orçamentário, demonstram relevância estratégica ao fortalecer a articulação intersetorial, o controle social e a institucionalização das políticas públicas no território.

As iniciativas relacionadas ao abastecimento alimentar e comercialização, como apoio a feiras livres, circuitos de comercialização e mercados institucionais, apresentam execução mais limitada quando comparadas ao seu potencial estratégico. Essas ações são fundamentais para aproximar produção e consumo, fortalecer a agricultura familiar e ampliar o acesso a alimentos in natura e minimamente processados, especialmente em territórios vulneráveis.

De maneira geral, a análise indica que, embora haja um conjunto robusto de políticas atuando sobre os determinantes do acesso, as ações de acesso direto aos alimentos permanecem centrais para o enfrentamento imediato da fome. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de maior articulação entre as dimensões estrutural e finalística, de modo a potencializar os efeitos das políticas públicas e assegurar o acesso regular e adequado à alimentação, em consonância com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada.

4.3. Alimentação e Nutrição

Este eixo contempla ações voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável, à prevenção de agravos nutricionais e à melhoria das condições de saúde relacionadas à alimentação.

Inclui políticas de educação alimentar e nutricional, vigilância alimentar e nutricional, promoção da saúde, controle de qualidade dos alimentos e ações de prevenção e cuidado relacionadas à desnutrição, ao sobrepeso e às doenças crônicas não transmissíveis.

Relaciona-se principalmente à dimensão da utilização biológica dos alimentos, considerando que não basta ter acesso ao alimento — é necessário que ele seja consumido de forma adequada, segura e em condições que permitam seu pleno aproveitamento pelo organismo.

O CONSEA ressalta que esse eixo é estratégico para a consolidação de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, sendo essencial para enfrentar simultaneamente à fome, a má nutrição e os problemas relacionados à alimentação inadequada.

4.3.1 Ações diretamente relacionadas à Alimentação e Nutrição

No âmbito do eixo de Alimentação e Nutrição, foram identificadas ações orçamentárias que incidem diretamente sobre o consumo alimentar, a qualidade nutricional dos alimentos e as condições de saúde que influenciam o estado nutricional da população. Essas iniciativas estão alinhadas à dimensão da utilização biológica dos alimentos, contemplando tanto a oferta de alimentação adequada quanto a promoção da saúde e o controle sanitário.

Destacam-se, nesse contexto, as seguintes ações diretamente relacionadas:

- **2101 – Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)**

Voltado à oferta de alimentação adequada e saudável aos estudantes da rede pública estadual, contribuindo para o atendimento das necessidades nutricionais e para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

- **2102 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Executado em articulação com o governo federal, assegura a alimentação escolar como direito dos estudantes, com diretrizes voltadas à qualidade nutricional e à aquisição de alimentos da agricultura familiar.

- **4126 – Promoção à saúde e políticas de equidade**

Ação voltada à ampliação do acesso à atenção primária e à promoção da saúde, com impacto direto sobre os determinantes do estado nutricional da população.

- **4147 – Vigilância sanitária**

Responsável pela execução de ações de controle, monitoramento e fiscalização sanitária, fundamentais para garantir a qualidade e a segurança dos alimentos consumidos pela população.

- **4320 – Distribuição de leite adquirido da agricultura familiar para beneficiários em insegurança alimentar**

Iniciativa de acesso direto à alimentação, com foco em populações vulneráveis, promovendo simultaneamente a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de segurança alimentar e nutricional sustentável**

Ação voltada ao fortalecimento do SISAN e dos equipamentos públicos de SAN, com impacto na promoção da alimentação adequada e saudável.

- **2033 – Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – SISAN-MG**

Direcionada à estruturação e consolidação da política de SAN no estado, incluindo ações de apoio à gestão, participação social e promoção da alimentação adequada.

- **4197 – Apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG)**

Voltada ao fortalecimento do controle social e da participação na formulação e monitoramento das políticas de alimentação e nutrição.

Observa-se que essas ações compõem o núcleo estruturante do eixo, combinando intervenções diretas de oferta alimentar, ações de promoção da saúde e instrumentos de regulação e governança, evidenciando a natureza intersetorial da política de Segurança Alimentar e Nutricional

- **Nº de ações no eixo:** 8
- **Valor total orçado (crédito autorizado):** R\$ 978.035.663,97
- **Valor executado (pago):** R\$ 900.500.904,62
- **Percentual de execução:** 92,1%

4.3.2 Dados de resultado e indicadores intermediários

No eixo de Alimentação e Nutrição, além das ações diretamente voltadas à oferta de alimentos, existem iniciativas cujos efeitos se manifestam de forma intermediária, ou seja, contribuem para o acesso, a qualidade e a segurança alimentar de maneira indireta, impactando determinantes sociais, econômicos e técnicos da produção e distribuição de alimentos. Esses indicadores intermediários permitem acompanhar a eficácia das políticas públicas antes que seus efeitos finais sobre a segurança alimentar e nutricional sejam plenamente observados.

As ações orçamentárias consideradas nesse grupo incluem programas e projetos voltados à produção, distribuição, fomento e capacitação, com impacto na melhoria do abastecimento, da gestão de recursos e da inclusão produtiva. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- **1025 – Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos no norte e nordeste de Minas Gerais**

Proporciona infraestrutura para consumo e produção econômica, fortalecendo o abastecimento de alimentos e a segurança hídrica da população.

- **1028 – Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte no norte e nordeste de Minas Gerais**

Contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, criando condições para produção agrícola sustentável e aumento da disponibilidade de alimentos.

- **1034 – Melhoramento genético de bovinos**

Fomenta a produção agropecuária, promovendo inclusão produtiva e geração de renda, impactando indiretamente a disponibilidade e qualidade alimentar.

- **1053 – Agroextrativismo**

Incentiva cadeias produtivas sustentáveis, fortalecendo a agricultura familiar e agroindustrial, com repercussão na oferta de alimentos e no desenvolvimento econômico local.

- **4323 – Apoio às feiras livres para ampliar a geração de renda e desenvolvimento econômico local**

Estimula a comercialização de produtos da agricultura familiar, fortalecendo o acesso a alimentos de qualidade e promovendo renda local.

- **4358 – Circuitos de comercialização**

Visa à inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais e privados, fortalecendo a produção, agregação de valor e distribuição de alimentos.

- **4398 – Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável**

Amplia a disponibilidade de água para produção agrícola, promovendo a sustentabilidade, o aumento da produção e a segurança alimentar regional.

- **4399 – Garantia Safra**

Assegura a renda de agricultores familiares vulneráveis, garantindo a continuidade da produção e o abastecimento alimentar mesmo em situações climáticas adversas.

- **4235 – Assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e demais públicos**

Apoia práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, promovendo melhor oferta e qualidade de alimentos.

- **4236 – Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário**

Contribui para inclusão produtiva, ampliação da produção e fortalecimento da agricultura familiar, impactando o acesso a alimentos de forma indireta.

- **4416 – Raízes de Minas**

Apoia municípios e comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais, fortalecendo a produção local e o acesso à alimentação adequada.

Essas ações são consideradas intermediárias porque não garantem imediatamente o consumo alimentar, mas atuam em fatores que influenciam a disponibilidade, qualidade, distribuição e acesso a alimentos, compondo a base para resultados finais de segurança alimentar e nutricional.

- **Nº de ações:** 11

4.3.3 Análise dos dados

Tabela 4: Ações orçamentárias com impacto direto no eixo Alimentação e Nutrição

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
2101	Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)	Direta	R\$ 520.493.583,28	R\$ 519.971.890,05	Estudante	1.891.649	1.891.649
2102	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Direta	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1.690.308	1.690.308
4126	Promoção à saúde e políticas de equidade	Direta	R\$ 132.617.203,19	R\$ 132.563.521,73	Município	854	854
4147	Vigilância sanitária	Direta	R\$ 51.281.599,16	R\$ 39.883.880,50	Unidade	2.209	1.521
4320	Distribuição de leite da agricultura familiar	Direta	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	Litro	2.318.078	2.812.342
4196	Apoio, fomento e articulação em SAN	Direta	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	Projeto apoiado	17	22
2033	Desenvolvimento do SISAN-MG	Direta	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	Ação	85	91
4197	Apoio às ações do CONSEA-MG	Direta	R\$ 554.545,00	R\$ 358.920,60	Evento	46	50
1025	Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos	Intermediária	R\$ 17.646.609,86	R\$ 16.009.718,99	Unidade	7.300	7.917
1028	Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte	Intermediária	R\$ 11.283.417,74	R\$ 3.632.477,87	Unidade	13	13
1034	Melhoramento genético de bovinos	Intermediária	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	Agricultor familiar	15	0
1053	Agroextrativismo	Intermediária	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	Unidade	754	754
4323	Apoio às feiras livres	Intermediária	R\$ 1.211.371,30	R\$ 357.311,30	Unidade	487	523
4358	Circuitos de comercialização	Intermediária	R\$ 7.302.372,59	R\$ 3.336.477,68	Unidade	99	99
4398	Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável	Intermediária	R\$ 12.531.715,00	R\$ 11.499.658,86	Unidade	8.458	8.458
4399	Garantia Safra	Intermediária	R\$ 5.998.241,00	R\$ 5.992.272,00	Unidade	41.613	41.613

4235	Assistência técnica e extensão rural	Intermediária	R\$ 173.553.992,54	R\$ 108.482.880,94	Produtor	350.000	355.927
4236	Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário	Intermediária	R\$ 38.830.636,81	R\$ 38.278.677,95	Beneficiário	55.650	56.289
4416	Raízes de Minas	Intermediária	R\$ 435.400,00	R\$ 434.400,00	Município	56	56

No eixo de Alimentação e Nutrição, as ações orçamentárias identificadas apresentam impactos tanto diretos quanto indiretos sobre a segurança alimentar e nutricional da população mineira. As ações diretas incidem imediatamente sobre o consumo alimentar, a qualidade nutricional e os determinantes do estado nutricional da população, abrangendo programas de oferta alimentar, promoção da saúde, vigilância sanitária e fortalecimento de políticas públicas de alimentação e nutrição. Entre elas destacam-se o Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que asseguram alimentação adequada aos estudantes da rede pública e estimulam a aquisição de alimentos da agricultura familiar; a Promoção à Saúde e Políticas de Equidade, que amplia o acesso à atenção primária e contribui para a melhoria das condições nutricionais; a Vigilância Sanitária, responsável pelo controle da qualidade e segurança dos alimentos; a Distribuição de Leite da Agricultura Familiar, voltada a populações vulneráveis; e ações de fomento e articulação, como o SISAN-MG e o Consea-MG, que fortalecem o controle social e a governança do sistema de segurança alimentar.

Complementarmente, as ações intermediárias atuam de forma indireta, influenciando os determinantes do acesso a alimentos, a produção e o abastecimento alimentar. Entre essas ações estão iniciativas de infraestrutura hídrica e apoio à produção agrícola, como a Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos, a Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte, o Melhoramento genético de bovinos, o Agroextrativismo, a Assistência Técnica e Extensão Rural, e o Fomento ao desenvolvimento do setor agropecuário. Além disso, ações voltadas à comercialização e inclusão produtiva, como o Apoio às feiras livres, os Circuitos de Comercialização e o programa Raízes de Minas, fortalecem a geração de renda e a inserção dos agricultores familiares nos mercados locais. Programas de sustentabilidade e proteção social, como a Irriga Minas e a Garantia Safra, garantem a continuidade da produção e a segurança econômica das famílias rurais.

Essas ações, somadas, demonstram uma abordagem integrada e intersetorial, articulando medidas de impacto imediato sobre a alimentação da população com iniciativas estruturantes que fortalecem a produção, a comercialização e o acesso sustentável aos alimentos. O crédito autorizado total das ações no eixo é de R\$ 1.290.904.189,60, com despesa executada de R\$ 1.132.823.771,73, evidenciando a efetividade das políticas implementadas e o compromisso com a promoção da segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais.

4.4. Sustentabilidade Ambiental

O eixo de Sustentabilidade Ambiental engloba ações estratégicas voltadas a garantir que os sistemas alimentares de Minas Gerais sejam ambientalmente sustentáveis, resilientes e duradouros,

assegurando que a produção e o acesso aos alimentos não comprometam os recursos naturais nem as condições das futuras gerações.

As iniciativas contempladas neste eixo incluem a conservação ambiental, a gestão eficiente dos recursos hídricos, o manejo sustentável do solo, a redução e gestão de resíduos, a promoção da agroecologia, a adaptação às mudanças climáticas e políticas de pagamento por serviços ambientais. Tais medidas são fundamentais para manter a estabilidade da segurança alimentar e nutricional, prevenindo que fatores ambientais, climáticos ou ecológicos interrompam a produção e a disponibilidade de alimentos.

Nos relatórios e processos de monitoramento do CONSEA, a sustentabilidade ambiental é destacada como elemento estruturante da SAN, considerando os impactos das mudanças climáticas e a pressão sobre os ecossistemas naturais. A integração de ações de preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais fortalece a resiliência dos sistemas produtivos, protege a biodiversidade e contribui para a segurança alimentar de populações urbanas e rurais, garantindo, assim, um desenvolvimento socioeconômico que respeite os limites ambientais e promova a equidade intergeracional.

4.4.1 Ações diretamente relacionadas Sustentabilidade Ambiental

No âmbito do eixo de Sustentabilidade Ambiental, foram identificadas ações orçamentárias que atuam diretamente na conservação ambiental, na gestão de recursos naturais, na redução de impactos ambientais da produção e no fortalecimento de práticas sustentáveis. Essas iniciativas contribuem para a estabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), garantindo que os sistemas produtivos e o abastecimento alimentar sejam resilientes frente às mudanças climáticas e aos riscos ambientais, ao mesmo tempo em que preservam os recursos naturais para as futuras gerações.

As ações diretamente relacionadas à sustentabilidade ambiental incluem:

- **4151 – Bolsa Verde: Conservação da cobertura vegetal nativa**

Voltada à preservação da vegetação nativa e à manutenção do equilíbrio ecológico em propriedades rurais, especialmente aquelas com agricultores familiares e unidades de conservação. Promove incentivos financeiros para a conservação ambiental, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a manutenção da biodiversidade.

- **4037 – Gestão de resíduos e Centro Mineiro de Referência em Resíduos**

Implementa soluções de destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, promovendo a redução de impactos ambientais e o uso sustentável dos recursos naturais, além de atuar na melhoria das políticas públicas de saneamento e gestão de resíduos.

- **4044 – Bolsa Reciclagem**

Apoia catadores de materiais recicláveis, promovendo a reinserção de resíduos na cadeia produtiva e contribuindo para a economia circular, a redução de resíduos e a valorização social desses trabalhadores.

- **8008 – Universalização dos serviços de saneamento na área da COPASA**

Amplia o acesso da população aos serviços de abastecimento de água e saneamento básico, garantindo a preservação dos recursos hídricos e a saúde pública, com impactos diretos na sustentabilidade ambiental e na qualidade de vida das comunidades.

- **8012 – Universalização dos serviços de saneamento na área da Copanor**

Semelhante à ação 8008, promove a expansão do saneamento básico em municípios de atuação da Copanor, garantindo cobertura adequada de água tratada e infraestrutura sanitária, fortalecendo a gestão sustentável dos recursos hídricos.

- **1089 – Projeto Convivência com a Seca e Estiagem**

Contribui para a adaptação às mudanças climáticas, promovendo ações de prevenção, gestão de riscos e mitigação dos impactos da seca sobre comunidades rurais, fortalecendo a resiliência ambiental e social.

- **4398 – Irriga Minas – Agricultura irrigada sustentável**

Fomenta a irrigação sustentável da agricultura familiar, promovendo o uso eficiente da água, conservação de recursos hídricos e aumento da produtividade agrícola, em consonância com práticas ambientalmente responsáveis.

- **4544 – Regularização fundiária de territórios coletivos**

Garantia de direitos territoriais a povos e comunidades tradicionais, assegurando a preservação ambiental e a gestão sustentável das áreas coletivas, promovendo o equilíbrio entre uso social, cultural e ecológico do território.

Essas ações demonstram a articulação entre conservação ambiental, gestão de recursos naturais e promoção da sustentabilidade nos processos de produção e abastecimento alimentar. Elas são fundamentais para assegurar que os sistemas alimentares em Minas Gerais permaneçam resilientes,

ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivos, alinhando as políticas públicas estaduais aos objetivos de longo prazo da SAN e da sustentabilidade ambiental.

- **Nº de ações no eixo:** 8
- **Valor total orçado (crédito autorizado):** R\$ 2.538.396.501,24
- **Valor executado (pago):** R\$ 2.452.937.798,27

4.4.2 Dados de Resultado/Intermediários

As ações orçamentárias vinculadas ao eixo de Sustentabilidade Ambiental apresentam resultados tanto diretos quanto intermediários, refletindo os impactos sobre a conservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a mitigação dos efeitos de eventos climáticos extremos.

Os resultados diretos correspondem às ações que geram benefícios imediatos e tangíveis, como a entrega de equipamentos, implementação de infraestrutura hídrica, fiscalização ambiental, regularização fundiária e distribuição de incentivos financeiros para conservação ambiental. Já os resultados intermediários evidenciam efeitos progressivos e de médio prazo, como a ampliação da cobertura de saneamento básico, a melhoria da capacidade de gestão ambiental, a promoção da inclusão produtiva com base em práticas sustentáveis, e o fortalecimento de capacidades técnicas e institucionais para manejo ambiental e adaptação às mudanças climáticas.

Entre os principais resultados e indicadores intermediários observados destacam-se:

- Ampliação do acesso à água potável e serviços de saneamento básico em municípios atendidos pelas ações 8008 e 8012, com impacto positivo na preservação dos recursos hídricos e na saúde da população;
- Conservação de áreas com vegetação nativa por meio do Bolsa Verde (4151), garantindo manutenção da biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas;
- Reintrodução de resíduos na cadeia produtiva via Bolsa Reciclagem (4044) e soluções de destinação de resíduos sólidos urbanos (4037), promovendo economia circular e redução de impactos ambientais;
- Fortalecimento da irrigação sustentável na agricultura familiar (4398 – Irriga Minas), aumentando a resiliência da produção agrícola frente a eventos climáticos adversos;
- Apoio a comunidades vulneráveis na adaptação às condições de seca e estiagem (1089 – Projeto Convivência com a Seca), promovendo segurança hídrica e manutenção da atividade produtiva;
- Consolidação de territórios coletivos e regularização fundiária (4544), garantindo proteção ambiental e sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelos povos e comunidades tradicionais.

Esses resultados demonstram a articulação entre ações de curto prazo e efeitos intermediários, evidenciando que o eixo de Sustentabilidade Ambiental não apenas promove intervenções concretas, mas também fortalece a capacidade do Estado e da sociedade em gerenciar recursos naturais, prevenir impactos ambientais e garantir a continuidade da Segurança Alimentar e Nutricional no território mineiro.

4.4.3 Análise dos dados

Tabela 5: Ações orçamentárias com impacto direto no eixo Sustentabilidade Ambiental

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
1025	Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos	Direta	R\$ 17.646.609,86	R\$ 16.009.718,99	Unidade	7.300	7.917
1028	Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte	Direta	R\$ 11.283.417,74	R\$ 3.632.477,87	Unidade	13	13
1034	Melhoramento genético de bovinos	Direta	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	Agricultor familiar	15	0
1053	Agroextrativismo	Direta	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	Unidade	754	754
4037	Gestão de resíduos e centro mineiro de referência em resíduos	Direta	R\$ 22.268.186,59	R\$ 3.995.031,62	Município	606	606
4044	Bolsa Reciclagem	Direta	R\$ 4.555.519,00	R\$ 4.554.517,50	Tonelada	42.763	53.592
4151	Bolsa Verde: conservação da cobertura vegetal nativa	Direta	R\$ 20.611.582,00	R\$ 1.395.927,02	Unidade	3.405	228
4416	Raízes de Minas	Direta	R\$ 435.400,00	R\$ 434.400,00	Município	56	56
4544	Regularização fundiária de territórios coletivos	Direta	R\$ 92.980,00	R\$ 0,00	Unidade	3	0
8008	Universalização dos serviços de saneamento – COPASA	Direta	R\$ 2.360.857.588,00	R\$ 2.316.542.956,95	Economia residencial	95.000	81.995
8012	Universalização dos serviços de saneamento – COPANOR	Direta	R\$ 45.525.416,00	R\$ 43.265.568,76	Economia residencial	4.000	2.956

O eixo de Sustentabilidade Ambiental concentra ações voltadas à preservação e uso responsável dos recursos naturais, à promoção de sistemas alimentares resilientes e à manutenção da qualidade de vida da população, por meio de intervenções que garantem infraestrutura hídrica, manejo sustentável do solo, conservação da cobertura vegetal, gestão de resíduos e universalização do saneamento. As iniciativas contempladas apresentam natureza essencialmente direta, com impactos tangíveis sobre a estabilidade ambiental e a resiliência socioeconômica das comunidades atendidas.

A análise das ações evidencia que o crédito autorizado para este eixo totalizou R\$ 4,30 bilhões, abrangendo programas de grande relevância, como a universalização dos serviços de saneamento prestados pela COPASA e COPANOR, a promoção do acesso a cisternas e equipamentos de

armazenamento de água no norte e nordeste do estado, além de ações voltadas à conservação da cobertura vegetal e à gestão de resíduos sólidos urbanos. A execução financeira atingiu R\$ 3,92 bilhões, indicando significativa realização dos recursos disponíveis, embora algumas ações apresentem execução parcial, seja por desafios operacionais, seja por questões de implementação local, como no caso de programas de fomento agropecuário de menor escala ou iniciativas de pagamento por serviços ambientais.

Do ponto de vista físico, grande parte das metas previstas foi alcançada ou superada, destacando-se a distribuição de cisternas, kits de irrigação e implementos agrícolas, bem como a realização de ações de capacitação e extensão rural. Algumas ações, entretanto, registraram execução inferior às metas, como observou-se na universalização de serviços de saneamento em determinadas localidades, o que indica a necessidade de acompanhamento contínuo e ajustes operacionais para garantir a cobertura plena dos beneficiários.

O conjunto das ações demonstra a intersectorialidade do eixo, articulando políticas de infraestrutura, produção agrícola, gestão ambiental e inclusão produtiva. Esta abordagem permite que a sustentabilidade ambiental seja reconhecida como fator estruturante para a estabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando que a produção e o acesso aos alimentos não sejam comprometidos por fatores climáticos, ambientais ou ecológicos, além de promover a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Em síntese, os resultados obtidos evidenciam avanços significativos na implementação de ações ambientais estratégicas, com impacto direto na qualidade de vida das populações beneficiadas e na resiliência dos sistemas produtivos e ecológicos, reforçando a importância da sustentabilidade ambiental como eixo central das políticas públicas de Minas Gerais.

4.5. Governança e Gestão da Política de SAN

O eixo de Governança e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) abrange ações voltadas à coordenação, articulação, monitoramento, avaliação e fortalecimento institucional das políticas públicas no âmbito da SAN. Inclui o funcionamento e a consolidação de instâncias colegiadas, como o CAISAN e o CONSEA, a elaboração e implementação de instrumentos de planejamento estratégico — como os planos de SAN —, bem como a estruturação de sistemas de informação, monitoramento e avaliação que apoiem a gestão efetiva das políticas.

Além disso, este eixo engloba o suporte técnico e institucional para a adesão e implementação do SISAN nos entes federados, promovendo a integração entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade civil. Por sua natureza transversal, a governança não se vincula a uma única dimensão da SAN, mas sustenta todas elas, assegurando a coerência, a efetividade e a articulação intersectorial das ações governamentais.

Conforme enfatizado pelo CONSEA, uma governança sólida é condição essencial para garantir a transparência, a accountability e a participação social na formulação e implementação das políticas de SAN, consolidando o SISAN como instrumento estratégico para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

4.5.1 Ações diretamente relacionadas Governança e Gestão da Política de SAN

No eixo de Governança e Gestão da Política de SAN, foram identificadas ações orçamentárias que atuam diretamente na coordenação, monitoramento, articulação e fortalecimento institucional das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas ações são fundamentais para consolidar a estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assegurando participação social, transparência, integração intersetorial e efetividade das políticas públicas.

Destacam-se, nesse contexto, as seguintes ações diretamente relacionadas:

- **2033 – Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais (SISAN-MG)**

Voltada à estruturação, implementação e fortalecimento da política estadual de SAN, incluindo apoio técnico a órgãos e entidades da administração pública, participação social e articulação intersetorial para mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de SAN sustentável**

Destinada ao fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN, ao fomento de projetos e programas e à integração com políticas intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e garantindo a sustentabilidade das ações implementadas.

- **4197 – Apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG)**

Voltada ao fortalecimento do controle social, da participação cidadã e da formulação e monitoramento das políticas públicas de SAN, assegurando que as demandas da sociedade civil sejam incorporadas à gestão e ao planejamento estratégico estadual.

Observação: algumas ações orçamentárias, como gestão de convênios e apoio financeiro a instituições (códigos 2076 e 2079), embora não estejam diretamente vinculadas à SAN, atuam em áreas correlatas, contribuindo de forma indireta para o fortalecimento institucional e a implementação das políticas públicas intersetoriais relacionadas à alimentação e nutrição.

Essas ações estruturam a governança da SAN no estado, combinando instrumentos de planejamento, monitoramento, fomento e participação social, evidenciando a transversalidade do eixo e sua relevância para a consolidação do SISAN e para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

- **Nº de ações no eixo:** 3
- **Valor total orçado (crédito autorizado):** R\$ 42.202.969,79
- **Valor executado (pago):** R\$ 35.399.747,48

4.5.2 Dados de resultado e indicadores intermediários

No eixo de Governança e Gestão da Política de SAN, os dados de resultado e os indicadores intermediários permitem acompanhar tanto a execução das ações quanto o efeito de sua implementação sobre o fortalecimento institucional, a participação social e a consolidação do SISAN em Minas Gerais.

As ações diretamente relacionadas, como o desenvolvimento do SISAN-MG (2033), o apoio ao fomento e articulação de programas de SAN sustentável (4196) e o suporte às ações do Consea-MG (4197), produzem resultados concretos, tais como: realização de projetos de fomento à SAN, eventos de capacitação e fortalecimento do controle social. Esses resultados indicam o alcance físico das ações previstas, medido pelo número de projetos apoiados, ações realizadas, eventos realizados e participação de órgãos, entidades e cidadãos.

De forma complementar, os indicadores intermediários permitem avaliar avanços no fortalecimento institucional e na implementação do SISAN, mesmo antes de resultados finais na segurança alimentar. Entre esses indicadores destacam-se: participação de municípios e órgãos públicos, adesão a sistemas de informação, implementação de instrumentos de monitoramento, número de reuniões do Consea-MG e projetos fomentados. Esses indicadores refletem o progresso das ações na construção de capacidades, na integração intersetorial e no fortalecimento da governança do sistema, sendo fundamentais para a consolidação das políticas públicas de SAN e para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

4.5.3 Análise dos dados

Tabela 6: Ações orçamentárias com impacto direto no eixo Governança e Gestão da Política de SAN

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
2033	Desenvolvimento do SISAN-MG	Direta	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	Ação	85	91
4196	Apoio, fomento e articulação em SAN	Direta	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	Projeto apoiado	17	22

4197	Apoio às ações do Consea-MG	Direta	R\$ 554.545,00	R\$ 358.920,60	Evento	46	50
------	-----------------------------	--------	----------------	----------------	--------	----	----

O eixo de Governança e Gestão da Política de SAN concentra-se em ações que fortalecem a coordenação, articulação e implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais. Essas iniciativas são essenciais para assegurar a integração intersetorial entre diferentes órgãos e níveis de governo, bem como para garantir a coerência das ações com os princípios do SISAN e o direito humano à alimentação adequada. As ações contempladas neste eixo incluem tanto o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e sistemas de monitoramento quanto o apoio à participação social e à consolidação das instâncias de governança, como o Consea-MG.

O acompanhamento dos indicadores revela que as ações voltadas ao desenvolvimento do SISAN-MG e ao apoio ao Consea-MG apresentam execução consistente, com cumprimento e, em alguns casos, superação das metas físicas previstas. O fomento e a articulação de projetos estratégicos, por meio da ação 4196, evidenciam a capacidade do Estado de apoiar equipamentos públicos de SAN e municípios, promovendo a implementação de iniciativas locais de forma integrada e eficiente. O apoio às ações do Consea-MG (4197) reforça a participação cidadã e o controle social, demonstrando engajamento efetivo da sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas de SAN.

Essas ações refletem a transversalidade do eixo de governança, sustentando todas as dimensões da SAN — disponibilidade, acesso, utilização biológica e estabilidade. Ao garantir transparência, efetividade e articulação intersetorial, o eixo contribui para a consolidação de políticas públicas consistentes e para a manutenção de um sistema de segurança alimentar e nutricional robusto, capaz de responder às demandas da população e promover o direito humano à alimentação adequada em Minas Gerais.

Conclusão

A análise dos eixos da Política de SAN permite compreender a amplitude e a diversidade das ações implementadas pelo Estado, destacando as iniciativas voltadas para Alimentação e Nutrição, Sustentabilidade Ambiental e Governança e Gestão da Política de SAN. Cada eixo apresenta intervenções estratégicas, que vão desde a oferta direta de alimentos e promoção da saúde, passando pelo fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, até o desenvolvimento de mecanismos institucionais de governança, participação social e monitoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse panorama evidencia o caráter intersetorial da política, articulando diferentes dimensões da segurança alimentar e nutricional e promovendo impactos socioeconômicos e ambientais significativos nos territórios atendidos.

Observa-se, no entanto, que os dados analisados refletem informações constantes em registros orçamentários e nas descrições formais das ações, e não necessariamente detalham a execução completa ou os resultados concretos percebidos pelos gestores. Algumas ações funcionam como “guarda-chuvas”, agrupando iniciativas distintas sob um mesmo código, o que pode diluir a percepção

da execução específica de cada ação de SAN. Além disso, a realidade orçamentária e de implementação pode variar em função de ajustes administrativos, reprogramações financeiras ou alterações nas metas físicas, reforçando a necessidade de interpretação cautelosa das informações apresentadas.

Portanto, esta análise deve ser entendida como um retrato preliminar, que identifica tendências, prioridades e áreas de atuação da política, mas que não substitui o acompanhamento detalhado realizado pelos gestores das ações. O monitoramento contínuo, aliado à atualização das informações e à articulação com os responsáveis técnicos, é essencial para aprimorar a eficácia das políticas públicas de SAN e garantir a efetividade das ações voltadas à segurança alimentar e nutricional da população mineira.

ANÁLISE POR MACROTENDÊNCIA

5. Análise por Macrotendências da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

No âmbito do monitoramento da SAN e do debate contemporâneo sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o artigo “The State of Food Systems Worldwide in the Countdown to 2030”, de Schneider et al. (2023), citado no Relatório *Monitoramento de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável* do CONSEA-MG, oferece um referencial analítico robusto para compreender a centralidade dos sistemas alimentares na Agenda 2030. As autoras e autores partem do entendimento de que a superação da fome, da má nutrição e das desigualdades associadas ao acesso aos alimentos exige uma abordagem integrada, que considere as múltiplas dimensões — sociais, econômicas, ambientais e institucionais — que estruturam os sistemas alimentares.

Nesse sentido, o estudo propõe um conjunto de **50 indicadores** organizados em cinco eixos interdependentes — (i) dietas, nutrição e saúde; (ii) meio ambiente, recursos naturais e produção; (iii) meios de subsistência, pobreza e equidade; (iv) governança; e (v) resiliência — com o objetivo de monitorar o desempenho dos países na transformação de seus sistemas alimentares. Tal proposição dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reforça a necessidade de que os países avancem na formulação de estratégias nacionais capazes de reverter trajetórias marcadas por insustentabilidade, iniquidade e vulnerabilidade sistêmica.

O mesmo pode ser observado no que respeita ao artigo publicado por Kate Schneider et al (2023), “The state of food systems worldwide in the countdown to 2030” (O estado dos sistemas alimentares em todo o mundo na contagem regressiva para 2030). O trabalho traz proposta de estrutura de indicadores para avaliar o estado dos sistemas alimentares, ao nível dos países, tendo em conta os ODS. Na perspectiva dos e das autoras, a partir dos resultados alcançados pelas Nações Unidas no âmbito da Primeira Cúpula dos Sistemas Alimentares, em 2021 e das várias cúpulas já realizadas em torno da temática das mudanças climáticas, os sistemas alimentares estão interligados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abrindo caminho para os países desenvolverem estratégias nacionais para a transformação do sistema alimentar. Este contexto oferece um impulso crescente para influenciar as ações das políticas públicas, do setor privado e da sociedade civil para transformar os sistemas alimentares das suas atuais trajetórias insustentáveis e injustas para um futuro mais saudável, mais equitativo, sustentável e resiliente. Trata-se de buscar caminhar rapidamente em direção ao alcance dos ODS até 2030, em meio a crescentes desafios sociais, políticos, de saúde e ecológicos. Para tanto, “é mais urgente do que nunca” transformar os sistemas alimentares para apoiar dietas saudáveis de forma sustentável, resiliente, justa e equitativa. Desde essa perspectiva, surgiu a necessidade de se criar mecanismos de monitoramento dos sistemas alimentares por meio de 50 indicadores, que abarcam cinco temas distintos, mas interrelacionados. São eles: (1) dietas,

nutrição e saúde; (2) meio ambiente, recursos naturais e produção; (3) meios de subsistência, pobreza e equidade; (4) governança; e (5) resiliência.

Tais temas convergem em relação ao que acima se pontuou acerca das relações entre SAN e os processos em curso nos territórios. Com efeito, as relações mencionadas e que, para efeitos do presente Relatório, foram transformadas em macrotendências, são as seguintes: 1) SAN e meio ambiente (Piora da qualidade ambiental); 2) SAN, saúde e nutrição (Tendência relacionada com hábitos alimentares e impactos na saúde das pessoas); 3) SAN e condições socioeconômicas determinantes do acesso aos alimentos (Piora nas condições de acesso aos alimentos e ampliação da vulnerabilidade social); 4) SAN e condições políticoinstitucionais para a participação social na definição de políticas públicas (Esvaziamento da política e comprometimento da democracia); e 5) SAN, redes públicas de solidariedade e vulnerabilidade social (Enfraquecimento das redes públicas de solidariedade, com ampliação das incerteza em relação às políticas públicas, acrescidas do aumento da violência). RELATÓRIO CONSEA

Importa estabelecer que o artigo “The State of Food Systems Worldwide in the Countdown to 2030”, de Schneider et al. (2023), parte do reconhecimento de que os desafios contemporâneos relacionados à fome, à má nutrição e à sustentabilidade não podem ser compreendidos de forma isolada, exigindo uma abordagem sistêmica sobre os chamados sistemas alimentares. Esses sistemas abrangem o conjunto de processos e atores envolvidos na produção, processamento, distribuição, acesso e consumo de alimentos, bem como seus efeitos sobre a saúde humana, o meio ambiente e as dinâmicas socioeconômicas. Nesse sentido, o estudo dialoga diretamente com a Agenda 2030 das Nações Unidas, ao evidenciar que os sistemas alimentares estão intrinsecamente conectados a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como a erradicação da pobreza (ODS 1), a fome zero (ODS 2), a saúde e bem-estar (ODS 3), a redução das desigualdades (ODS 10) e a ação contra a mudança global do clima (ODS 13).

A partir dos desdobramentos da Primeira Cúpula dos Sistemas Alimentares, realizada em 2021, e dos compromissos internacionais firmados em torno das mudanças climáticas, os autores destacam a necessidade de os países estruturarem estratégias nacionais orientadas à transformação de seus sistemas alimentares. Tal transformação pressupõe a superação de modelos atuais marcados por insustentabilidade ambiental, iniquidades no acesso aos alimentos e impactos negativos à saúde da população. Nesse contexto, ganha centralidade o papel das políticas públicas, da atuação do setor privado e da mobilização da sociedade civil, que, de forma articulada, podem induzir mudanças estruturais capazes de promover sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis, resilientes e socialmente justos.

A leitura dessas dimensões, quando articulada ao campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), evidencia que os sistemas alimentares refletem e, ao mesmo tempo, condicionam os processos territoriais em curso. Assim, é possível identificar convergências analíticas que se expressam em macrotendências relevantes para a compreensão da realidade brasileira e, em particular, de contextos subnacionais como o de Minas Gerais. Entre essas tendências, destaca-se, primeiramente, a relação entre SAN e meio ambiente, marcada pela degradação dos recursos naturais, pelas mudanças climáticas e seus impactos diretos sobre a produção e disponibilidade de alimentos. Em segundo lugar, observa-se a interface entre SAN, saúde e nutrição, com a crescente incidência de padrões alimentares

inadequados e o avanço simultâneo de diferentes formas de má nutrição, como a desnutrição e a obesidade.

Adicionalmente, evidencia-se a relação entre SAN e as condições socioeconômicas que determinam o acesso aos alimentos, especialmente em contextos de aumento da pobreza, do desemprego e da informalidade, que restringem a capacidade das famílias de garantir uma alimentação adequada. Soma-se a isso a dimensão político-institucional, na qual o enfraquecimento de espaços de participação social e de instâncias de governança, como conselhos e câmaras intersetoriais, compromete a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes e democráticas no campo da SAN. Por fim, destaca-se a importância das redes públicas de solidariedade e proteção social, cujo enfraquecimento amplia a vulnerabilidade de populações já expostas a múltiplas privações, ao mesmo tempo em que compromete respostas coletivas frente a crises.

Dessa forma, o estudo de Schneider et al. (2023) reforça a compreensão de que a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional exige intervenções estruturais e integradas, capazes de transformar os sistemas alimentares em múltiplas dimensões. Mais do que ampliar a oferta de alimentos, trata-se de reconfigurar as bases sociais, econômicas, ambientais e institucionais que sustentam esses sistemas, orientando-os para a garantia do direito humano à alimentação adequada. Nesse cenário, o monitoramento contínuo, por meio de indicadores robustos, assume papel central na qualificação das políticas públicas e na construção de trajetórias mais sustentáveis, equitativas e resilientes rumo ao cumprimento dos ODS até 2030.

Metodologia de Classificação das Ações por Macrotendência

Para fins de monitoramento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), as ações orçamentárias foram analisadas à luz de macrotendências que expressam dimensões estruturantes dos sistemas alimentares. A análise considerou o universo de **58 ações orçamentárias selecionadas**, configurando um recorte analítico específico, não representativo da totalidade das ações do Estado.

1. Classificação Multidimensional das Ações

Considerando a natureza intersetorial da SAN, uma mesma ação pode ser relacionada a mais de uma macrotendência, na medida em que os sistemas alimentares são compostos por dimensões interdependentes, como produção, acesso, consumo, meio ambiente e governança.

Dessa forma, não se adotou a classificação por exclusividade, mas sim uma abordagem que reconhece as múltiplas interfaces das políticas públicas.

2. Distinção entre Incidência Direta e Indireta

Para garantir maior precisão analítica e evitar a perda de capacidade interpretativa decorrente da sobreposição, as ações foram classificadas, em cada macrotendência, segundo o tipo de incidência:

- **Incidência direta:** quando a ação atua de forma imediata e intencional sobre o objeto da macrotendência
- *Exemplo:* ações de alimentação escolar e educação alimentar e nutricional na macrotendência de hábitos alimentares.
- **Incidência indireta:** quando a ação influencia a macrotendência de forma mediada, por meio de determinantes estruturais.
Exemplo: ações de geração de renda ou apoio à produção que afetam os hábitos alimentares por meio da ampliação do acesso aos alimentos.

Essa distinção permite **preservar a abordagem sistêmica**, ao mesmo tempo em que assegura **diferenciação analítica entre níveis de impacto**.

3. Base Conceitual

A metodologia adotada está alinhada a abordagens contemporâneas de análise dos sistemas alimentares, como a proposta por Schneider et al. (2023), que reconhece a interdependência entre diferentes dimensões. Ao mesmo tempo, dialoga com a perspectiva do CONSEA, que enfatiza os determinantes ampliados da SAN, incorporando fatores sociais, econômicos e ambientais na análise dos hábitos alimentares.

4. Implicações Analíticas

A adoção dessa abordagem permite:

- evidenciar tanto a **incidência direta das políticas públicas** quanto seus efeitos estruturais;
- reduzir distorções decorrentes da classificação exclusiva;
- e qualificar a leitura das macrotendências, evitando interpretações simplificadas.

Por outro lado, reconhece-se que a **classificação indireta pode ampliar a presença de ações em determinadas macrotendências**, o que exige cautela na interpretação dos resultados, especialmente quanto à identificação de lacunas específicas.

5. Limitações

Destaca-se que, em razão da multidimensionalidade das ações, a classificação envolve certo grau de interpretação analítica. Ademais, os resultados referem-se exclusivamente ao conjunto das ações analisadas, não sendo generalizáveis para o total das políticas públicas estaduais.

5.1 Hábitos Alimentares- dietas, nutrição e saúde

Esta macrotendência refere-se aos padrões de consumo alimentar da população, contemplando dimensões como a qualidade nutricional da dieta, a diversidade e adequação dos alimentos consumidos, a regularidade das refeições, a comensalidade, bem como a valorização da cultura alimentar e dos sistemas alimentares locais. Trata-se de um eixo central para a compreensão das interações entre alimentação e saúde, especialmente em contextos marcados pela transição nutricional e pela crescente complexificação dos ambientes alimentares.

No âmbito das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, essa macrotendência abrange um conjunto articulado de ações voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável, incluindo iniciativas de educação alimentar e nutricional, estratégias de regulação e controle da oferta e da publicidade de alimentos — especialmente os ultraprocessados —, além de medidas de prevenção e controle de agravos relacionados à má alimentação, tais como a desnutrição, as deficiências de micronutrientes, o sobrepeso, a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis.

Do ponto de vista analítico, essa categoria permite aferir em que medida as políticas públicas têm sido capazes de induzir mudanças positivas nos padrões alimentares da população, contribuindo para a construção de ambientes alimentares mais saudáveis, acessíveis e promotores de escolhas informadas. Ademais, possibilita avaliar o grau de incorporação de diretrizes como as estabelecidas no Guia Alimentar para a População Brasileira, que preconiza o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, o respeito à cultura alimentar e a redução do consumo de produtos ultraprocessados.

Conforme enfatizado pelo CONSEA, a transformação dos hábitos alimentares constitui elemento estruturante para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), na medida em que não se limita ao acesso físico e econômico aos alimentos, mas envolve também a qualidade, a adequação cultural e os impactos à saúde. Nesse contexto, destaca-se o desafio imposto pela expansão dos sistemas alimentares industrializados, que favorecem a disseminação de padrões alimentares pouco saudáveis, em detrimento de práticas alimentares tradicionais. Assim, o fortalecimento de políticas intersetoriais que promovam ambientes alimentares saudáveis, aliados à valorização da cultura alimentar e à ampliação do acesso à informação qualificada, revela-se fundamental para reverter tendências negativas e promover melhores condições de saúde e bem-estar da população.

5.1.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)

No âmbito da macrotendência 5.1 – Hábitos Alimentares, Dietas, Nutrição e Saúde, foram identificadas, entre as ações orçamentárias analisadas, aquelas que apresentam incidência direta ou forte aderência sobre os padrões de consumo alimentar e as condições de saúde e nutrição da população. Tais ações se caracterizam por atuar de forma intencional e imediata na promoção da alimentação adequada e saudável, na formação de hábitos alimentares, na garantia da qualidade dos alimentos e na prevenção de agravos relacionados à má alimentação.

De modo geral, essas iniciativas concentram-se em três eixos principais: (i) oferta institucional de alimentação com intencionalidade nutricional, como no caso dos programas de alimentação escolar; (ii) promoção da saúde e educação alimentar e nutricional, voltadas à indução de escolhas alimentares mais saudáveis e à prevenção de doenças; e (iii) regulação e controle sanitário de alimentos, assegurando a qualidade e a inocuidade dos produtos consumidos pela população.

Destacam-se, nesse conjunto, os programas de alimentação escolar — Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) — que, além de garantirem o acesso regular a refeições adequadas, desempenham papel estratégico na formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo do ciclo de vida, em consonância com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e com a legislação vigente. Soma-se a esses, as ações de promoção da saúde e políticas de equidade, que incorporam a dimensão alimentar como determinante central das condições de saúde, bem como as iniciativas de vigilância sanitária e monitoramento da qualidade dos alimentos, fundamentais para a prevenção de riscos e agravos associados ao consumo alimentar.

Adicionalmente, incluem-se ações estruturantes da política de SAN que contemplam, de forma explícita, estratégias de educação alimentar e nutricional, incentivo ao consumo de alimentos saudáveis e valorização da cultura alimentar, reforçando a abordagem integrada entre saúde, alimentação e sistemas alimentares sustentáveis.

A presença dessas ações no conjunto analisado evidencia a existência de instrumentos relevantes para a promoção de hábitos alimentares saudáveis no âmbito das políticas públicas estaduais. No entanto, quando consideradas em relação ao total das ações avaliadas, observa-se que sua participação é relativamente limitada, o que reforça a importância de sua valorização, ampliação e integração intersetorial, especialmente diante dos desafios impostos pela transição nutricional e pela crescente influência de ambientes alimentares não saudáveis.

Assim, as ações aqui destacadas configuram o núcleo mais diretamente relacionado à efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na dimensão da qualidade da dieta e da promoção da saúde, sendo fundamentais para a reorientação dos padrões alimentares da população e para o avanço de sistemas alimentares mais saudáveis, equitativos e sustentáveis.

Núcleo direto

O Núcleo Direto compreende o conjunto de ações que possuem impacto imediato e direto sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Essas iniciativas estão centradas na oferta de alimentos, na promoção da saúde, na garantia da qualidade nutricional e no fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, configurando-se como o eixo estruturante da política de SAN. Cada ação do Núcleo Direto reflete intervenções estratégicas que se materializam em benefícios concretos para os grupos mais vulneráveis, assegurando o acesso a uma alimentação adequada, saudável e segura.

As ações incluídas neste núcleo incidem diretamente sobre os determinantes do estado nutricional e da segurança alimentar, combinando medidas de caráter preventivo, educativo e assistencial. Elas abrangem desde programas de alimentação escolar, distribuição de alimentos e fortalecimento de cadeias produtivas, até iniciativas de vigilância sanitária e fomento à produção local, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento alimentar. Dessa forma, essas ações promovem efeitos tangíveis na vida das populações, atendendo simultaneamente às dimensões biológica, econômica e social da SAN.

Além de sua atuação direta, o Núcleo Direto estabelece conexões estratégicas com ações intermediárias e complementares, fortalecendo a intersectorialidade da política de SAN. Essa articulação contribui para a consolidação de um sistema integrado de segurança alimentar, capaz de responder de maneira eficaz às vulnerabilidades da população, mitigar riscos decorrentes de contingências econômicas e ambientais, e promover a sustentabilidade social e nutricional de Minas Gerais.

- **2101 – Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)**
- **2102 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Ambos os programas configuram-se como ações de incidência direta e estruturante na macrotendência de hábitos alimentares, na medida em que asseguram a oferta regular de alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, articulada à formação de práticas alimentares ao longo do ciclo de vida. Para além do atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes, essas iniciativas desempenham papel estratégico na construção e consolidação de hábitos alimentares saudáveis, ao promover o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, respeitando a cultura alimentar e incentivando práticas alimentares sustentáveis.

Adicionalmente, apresentam elevado grau de aderência ao Guia Alimentar para a População Brasileira, ao incorporarem diretrizes relacionadas à qualidade da alimentação, à valorização da comida de verdade e à promoção de ambientes alimentares saudáveis no espaço escolar. Também se alinham de forma consistente ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ao garantirem não apenas o acesso à alimentação, mas sua qualidade nutricional, regularidade e adequação cultural.

Destaca-se, ainda, o caráter intersectorial desses programas, que articulam educação, saúde, agricultura familiar e desenvolvimento local, contribuindo simultaneamente para a promoção da SAN e para o fortalecimento de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

- **4126 – Promoção à Saúde e Políticas de Equidade**

Trata-se de ação com forte aderência à macrotendência de hábitos alimentares, na medida em que incorpora a alimentação e a nutrição como determinantes centrais das condições de saúde da

população, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde. A iniciativa contempla o desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde, nas quais se inserem ações voltadas à alimentação adequada e saudável, com potencial de incidir diretamente sobre os padrões alimentares e os fatores de risco associados.

Nesse contexto, a ação pode envolver a implementação de atividades de educação alimentar e nutricional (EAN), orientação à população quanto a práticas alimentares saudáveis e incentivo à adoção de hábitos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. Ademais, apresenta relevância na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) — como obesidade, diabetes e hipertensão —, fortemente associadas a padrões alimentares inadequados.

Destaca-se, ainda, sua contribuição para a redução das iniquidades em saúde, ao priorizar públicos em situação de vulnerabilidade, reforçando o caráter equitativo das políticas públicas e sua articulação com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

- **4147 – Vigilância Sanitária**

Configura-se como ação de incidência direta na macrotendência de hábitos alimentares, ao atuar sobre a qualidade, segurança e inocuidade dos alimentos disponíveis para consumo. Por meio de atividades de regulação, fiscalização e controle sanitário, a ação busca prevenir riscos à saúde decorrentes da produção, manipulação, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos.

Sua relevância no campo da Segurança Alimentar e Nutricional decorre do papel estratégico na proteção da saúde da população, assegurando que os alimentos consumidos atendam a padrões sanitários adequados. Dessa forma, contribui diretamente para a promoção de ambientes alimentares mais seguros e para a redução de agravos relacionados ao consumo de alimentos contaminados ou inadequados.

Além disso, a vigilância sanitária integra o conjunto de políticas públicas que sustentam a dimensão qualitativa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ao garantir que o acesso à alimentação esteja associado não apenas à disponibilidade, mas também à sua qualidade sanitária e segurança para o consumo.

- **4238 – Monitoramento de contaminantes em alimentos**

Caracteriza-se como ação de incidência direta na macrotendência de hábitos alimentares, ao focalizar a qualidade sanitária e a inocuidade dos alimentos produzidos e consumidos. Por meio do monitoramento de contaminantes — como resíduos de agrotóxicos, metais pesados e outras substâncias potencialmente nocivas —, a ação contribui para a identificação, controle e mitigação de riscos à saúde associados ao consumo alimentar.

Sua atuação possui interface direta com os campos da saúde e da nutrição, na medida em que a presença de contaminantes nos alimentos impacta negativamente a qualidade da dieta e pode desencadear agravos à saúde, tanto agudos quanto crônicos. Assim, o monitoramento sistemático desses elementos constitui instrumento essencial para a vigilância em saúde e para a qualificação das políticas de segurança alimentar.

Adicionalmente, a ação fortalece a dimensão qualitativa da Segurança Alimentar e Nutricional, ao assegurar que os alimentos disponíveis à população não apenas atendam às necessidades nutricionais, mas também sejam seguros para o consumo, em consonância com os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Diretas com componente ampliado de SAN (muito relevantes)

As ações classificadas como Diretas com Componente Ampliado de SAN representam iniciativas estratégicas que, embora possuam foco central em algum determinante específico da segurança alimentar e nutricional, incorporam múltiplos elementos da política de SAN, ampliando seu impacto social e territorial. Essas ações vão além da oferta imediata de alimentos ou do atendimento direto à população, integrando componentes de promoção da saúde, educação alimentar, fortalecimento de cadeias produtivas, proteção ambiental, equidade social e desenvolvimento comunitário.

Por sua natureza ampliada, essas ações são consideradas de alta relevância, pois promovem efeitos estruturantes e duradouros na segurança alimentar e nutricional. Elas articulam dimensões biológicas, econômicas, sociais e ambientais, garantindo que os benefícios não se limitem à população atendida diretamente, mas também repercutam em territórios e grupos vulneráveis de forma mais ampla. Além disso, favorecem a intersetorialidade, conectando diferentes políticas públicas e fortalecendo os instrumentos de governança, monitoramento e participação social, elementos essenciais para a consolidação do SISAN e a efetividade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Essas ações demandam atenção especial na programação orçamentária e no acompanhamento físico-financeiro, uma vez que seu alcance e complexidade exigem maior integração entre gestores, operadores e parceiros institucionais. Ao contemplar aspectos de caráter preventivo, educativo e assistencial de forma combinada, as Diretas com Componente Ampliado de SAN se consolidam como pilares da política estadual, sendo essenciais para enfrentar vulnerabilidades persistentes, reduzir desigualdades e promover a segurança alimentar e nutricional de forma sustentável, estruturada e contínua.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações de SAN**

Trata-se de ação com incidência direta e caráter estruturante na macrotendência de hábitos alimentares, ao articular um conjunto abrangente de iniciativas voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável. Destaca-se por incorporar, de forma explícita, estratégias de

educação alimentar e nutricional (EAN), incentivo ao consumo de alimentos saudáveis e valorização da cultura alimentar, elementos centrais para a transformação dos padrões de consumo.

Sua relevância decorre do fato de operar de maneira integrada e intersetorial, conectando ações de produção, abastecimento e consumo com diretrizes de promoção da saúde e sustentabilidade. Ao contemplar também o fortalecimento de equipamentos públicos de SAN — como cozinhas comunitárias, cozinhas solidárias e bancos de alimentos —, a ação amplia sua capacidade de incidência sobre os ambientes alimentares, favorecendo o acesso a refeições adequadas e a disseminação de práticas alimentares saudáveis.

Nesse sentido, configura-se como uma das iniciativas mais completas no âmbito desta macrotendência, ao combinar dimensões educativas, culturais, sociais e estruturais, contribuindo de forma consistente para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e para a promoção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

5.1.2 Análise

Tabela 7: Ações orçamentárias com impacto direto na macrotendência “Hábitos Alimentares: dietas, nutrição e saúde”

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
2101	Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAE	Direta	R\$ 500.000.000,00	R\$ 520.493.583,28	Estudante	2.427.866	1.891.649
2102	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Direta	R\$ 245.664.581,00	R\$ 245.648.301,00	Estudante	1.712.910	1.690.308
4126	Promoção à Saúde e Políticas de Equidade	Direta	R\$ 120.375.831,00	R\$ 132.617.203,19	Município	853	854
4147	Vigilância Sanitária	Direta	R\$ 44.561.993,00	R\$ 51.281.599,16	Unidade	2.212	1.521
4196	Apoio, fomento e articulação de ações de SAN	Direta com componente ampliado	R\$ 2.264.596,00	R\$ 2.548.143,60	Projeto apoiado	33	22
4238	Reestruturação do Laboratório de Química Agropecuária do Instituto Mineiro de Agropecuária	Direta	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	Unidade	1	1

A tabela 5.1.2 apresenta informações detalhadas sobre as ações orçamentárias diretamente relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Minas Gerais, permitindo observar tanto a dimensão financeira quanto os resultados físicos alcançados. No caso do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE – Código 2101), o crédito autorizado foi de R\$ 500.000.000,00, com

despesa executada de R\$ 520.493.583,28, indicando um desembolso superior ao previsto, reflexo do esforço em atender de forma abrangente a 1.891.649 estudantes, embora a meta física reprogramada fosse de 2.427.866. Isso demonstra execução robusta, apesar de desafios logísticos na cobertura total da meta planejada. De maneira semelhante, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE – Código 2102) executou R\$ 186.178.265,00 de um crédito autorizado de R\$ 245.664.581,00, beneficiando 1.690.308 estudantes, número ligeiramente inferior à meta física, mas ainda expressivo em termos de alcance populacional e impacto nutricional.

A Promoção à Saúde e Políticas de Equidade (Código 4126) apresenta execução financeira superior ao crédito autorizado (R\$ 132.563.521,73 executados frente a R\$ 120.375.831,00 autorizados), com cobertura de 854 municípios, alcançando ligeiramente acima da meta prevista (853). Este resultado evidencia a capacidade do programa de ampliar sua atuação e responder às demandas municipais, fortalecendo a equidade no acesso à atenção primária e às ações de promoção da alimentação adequada e saudável. Por outro lado, a Vigilância Sanitária (Código 4147) executou R\$ 39.883.880,50 de um crédito autorizado de R\$ 44.561.993,00, realizando 1.521 inspeções de um total previsto de 2.212, indicando limitações operacionais na execução das metas físicas, possivelmente devido a restrições de pessoal ou desafios logísticos, mas mantendo impacto direto sobre a qualidade e segurança dos alimentos consumidos pela população.

As ações classificadas como Diretas com Componente Ampliado de SAN, como o Apoio, fomento e articulação de ações de SAN (Código 4196), mostram execução financeira de R\$ 1.527.732,22 frente a R\$ 2.264.596,00 autorizados, com realização de 22 projetos apoiados de 33 previstos. Apesar de metas físicas menores, a ação é estratégica, pois articula diferentes dimensões da SAN, incluindo promoção da saúde, educação alimentar, fortalecimento de cadeias produtivas e apoio a equipamentos públicos, gerando efeitos estruturantes para os territórios atendidos. Finalmente, a Reestruturação do Laboratório de Química Agropecuária (Código 4238) apresentou execução nula, porém a meta física de atendimento a uma unidade foi cumprida, indicando que a ação é pontual e de caráter técnico-institucional, com impacto indireto na SAN, ao garantir segurança alimentar por meio do controle de contaminantes e qualidade sanitária de produtos de origem animal e vegetal.

Em síntese, a análise da tabela evidencia que as ações de SAN mais diretamente impactantes (PEAE e PNAE) alcançam grandes contingentes populacionais e apresentam execução financeira adequada, enquanto ações de caráter estratégico e ampliado (4196) desempenham papel estruturante, embora com metas físicas menores e execução parcial do crédito. Já iniciativas de monitoramento e fiscalização (4147 e 4238) mostram resultados heterogêneos, refletindo desafios operacionais, mas permanecem fundamentais para a garantia da qualidade e segurança dos alimentos. No conjunto, os dados reforçam a importância de integração entre oferta, promoção e monitoramento, destacando áreas de fortalecimento, lacunas de cobertura e oportunidades de aprimoramento na mensuração de resultados em SAN.

5.2 Qualidade Ambiental – Meio Ambiente, Recursos Naturais e Produção

Esta macrotendência refere-se às condições ambientais que sustentam os sistemas alimentares, abrangendo dimensões como o uso e a conservação dos recursos naturais, a qualidade da água, do solo e do ar, a manutenção da biodiversidade e os impactos decorrentes das mudanças climáticas. Trata-se de um eixo estruturante para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), na medida em que os processos ecológicos condicionam diretamente a capacidade de produção, disponibilidade e qualidade dos alimentos, bem como os riscos associados à saúde humana.

No âmbito das políticas públicas, essa macrotendência engloba iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade ambiental, incluindo ações de agroecologia, manejo sustentável dos recursos naturais, conservação de ecossistemas, gestão de resíduos sólidos, redução de impactos ambientais e estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Tais ações são fundamentais para assegurar a continuidade dos sistemas produtivos em bases sustentáveis, especialmente diante de cenários de crescente pressão sobre os recursos naturais.

Conforme destacado nos relatórios do CONSEA, a qualidade ambiental constitui um elemento estruturante da SAN, uma vez que a degradação ambiental — expressa, por exemplo, na perda de fertilidade do solo, na escassez hídrica, na contaminação ambiental e na redução da biodiversidade — compromete não apenas a produção de alimentos, mas também sua qualidade e segurança, além de impactar diretamente as condições de saúde da população.

Do ponto de vista analítico, essa macrotendência permite avaliar em que medida as políticas públicas estão orientadas para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e resiliente, capaz de equilibrar produção de alimentos, conservação ambiental e justiça social. Nesse sentido, destaca-se sua relação intrínseca com a produção sustentável, ao incentivar práticas produtivas que respeitem os limites ecológicos, e com os impactos ambientais no acesso à alimentação, considerando que eventos climáticos extremos, degradação de recursos e desequilíbrios ambientais tendem a afetar a disponibilidade, os preços e a regularidade do acesso aos alimentos.

Assim, a análise da qualidade ambiental no contexto da SAN evidencia a necessidade de integração entre políticas ambientais, agrícolas e sociais, reforçando a compreensão de que a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) depende, de forma indissociável, da preservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

5.2.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)

No âmbito da macrotendência Qualidade Ambiental, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Produção, foram identificadas, entre as ações orçamentárias analisadas, aquelas que apresentam incidência direta ou forte aderência sobre as condições ambientais que sustentam os sistemas alimentares. Essas ações se caracterizam por atuar de forma imediata na preservação, recuperação ou uso sustentável dos recursos naturais, bem como na mitigação de impactos ambientais que afetam a produção de alimentos e a saúde da população.

De modo geral, essas iniciativas concentram-se em eixos como: (i) gestão e conservação ambiental, incluindo proteção de ecossistemas e biodiversidade; (ii) gestão sustentável de recursos naturais, especialmente água e solo; (iii) controle de riscos ambientais e sanitários associados à produção de alimentos; e (iv) promoção de práticas produtivas sustentáveis, com menor impacto ambiental e maior resiliência às mudanças climáticas.

Entre as ações com maior aderência, destacam-se aquelas voltadas à gestão de resíduos sólidos, que contribuem para a redução de impactos ambientais e sanitários; os programas de incentivo à conservação da vegetação nativa, fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos; e as iniciativas de monitoramento e controle de contaminantes e insumos na produção agropecuária, que atuam diretamente na interface entre meio ambiente, produção e saúde.

Também se inserem nesse grupo ações relacionadas à estruturação de sistemas sustentáveis de produção e manejo, que, embora nem sempre explicitamente denominadas como ambientais, promovem o uso racional dos recursos naturais e contribuem para a sustentabilidade dos sistemas alimentares no médio e longo prazo.

A presença dessas ações no conjunto analisado evidencia o reconhecimento, no âmbito das políticas públicas, da centralidade da dimensão ambiental para a Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, assim como observado em outras macrotendências, sua efetividade depende do grau de integração com políticas de produção, abastecimento e saúde, de modo a assegurar que os ganhos ambientais se traduzam em melhoria concreta das condições de acesso, qualidade e estabilidade da alimentação.

Dessa forma, as ações aqui classificadas como diretas ou fortemente aderentes constituem a base para a construção de sistemas alimentares ambientalmente sustentáveis e resilientes, sendo essenciais para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela degradação dos recursos naturais e pelas crescentes pressões sobre os territórios.

Núcleo direto

O Núcleo Direto compreende o conjunto de ações que possuem impacto imediato e direto sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Essas iniciativas estão centradas na oferta de alimentos, na promoção da saúde, na garantia da qualidade nutricional e no fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, configurando-se como o eixo estruturante da política de SAN. Cada ação do Núcleo Direto reflete intervenções estratégicas que se materializam em benefícios concretos para os grupos mais vulneráveis, assegurando o acesso a uma alimentação adequada, saudável e segura.

As ações incluídas neste núcleo incidem diretamente sobre os determinantes do estado nutricional e da segurança alimentar, combinando medidas de caráter preventivo, educativo e assistencial. Elas abrangem desde programas de alimentação escolar, distribuição de alimentos e fortalecimento de cadeias produtivas, até iniciativas de vigilância sanitária e fomento à produção local, garantindo a

qualidade e a regularidade do abastecimento alimentar. Dessa forma, essas ações promovem efeitos tangíveis na vida das populações, atendendo simultaneamente às dimensões biológica, econômica e social da SAN.

Além de sua atuação direta, o Núcleo Direto estabelece conexões estratégicas com ações intermediárias e complementares, fortalecendo a intersetorialidade da política de SAN. Essa articulação contribui para a consolidação de um sistema integrado de segurança alimentar, capaz de responder de maneira eficaz às vulnerabilidades da população, mitigar riscos decorrentes de contingências econômicas e ambientais, e promover a sustentabilidade social e nutricional de Minas Gerais.

- **1025 – Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos (IDENE)**

A ação 1025 – Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos, executada pelo IDENE, configura-se como uma iniciativa de incidência direta sobre a macrotendência de Qualidade Ambiental, ao atuar de forma estruturante na ampliação do acesso à água para consumo humano e para a produção, especialmente em territórios marcados pela escassez hídrica, como o Norte e o Nordeste de Minas Gerais.

Ao viabilizar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água, a ação contribui para a mitigação dos impactos de eventos climáticos adversos, como secas e estiagens prolongadas, fortalecendo a resiliência das populações vulneráveis e dos sistemas produtivos locais. Nesse sentido, promove não apenas melhores condições de vida, mas também estabilidade na produção de alimentos, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

Sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, trata-se de uma ação com nexo causal claro com a segurança hídrica, entendida como elemento estruturante dos sistemas alimentares, uma vez que a disponibilidade e o acesso à água são condições indispensáveis para a produção, o preparo e o consumo adequado de alimentos. Assim, sua classificação como direta ou fortemente aderente justifica-se pela sua contribuição objetiva para a sustentabilidade ambiental e para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

- **1028 – Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte (IDENE)**

A ação 1028 – Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte, executada pelo IDENE, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover a implantação de soluções estruturais de acesso à água, como poços artesianos, sistemas de abastecimento e tecnologias de armazenagem hídrica em comunidades, especialmente rurais e em territórios de maior vulnerabilidade.

Ao viabilizar o acesso contínuo e minimamente seguro à água, a ação contribui para o fortalecimento da resiliência hídrica local, reduzindo a dependência de fontes precárias e a exposição a eventos climáticos adversos, como períodos prolongados de seca. Essa dimensão é particularmente relevante em regiões do semiárido mineiro, onde a disponibilidade hídrica é um fator limitante para a reprodução social e produtiva das famílias.

No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, a ação estabelece um nexo direto com a produção de alimentos e com a subsistência das famílias, ao garantir condições básicas para o cultivo, a criação de animais e o uso doméstico da água. Dessa forma, sua classificação como direta ou fortemente aderente justifica-se por sua contribuição estruturante para a segurança hídrica e, conseqüentemente, para a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

• 1034 – Melhoramento genético de bovinos (EMATER-MG)

A ação 1034 – Melhoramento genético de bovinos, executada pela EMATER-MG, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao promover o aprimoramento dos sistemas produtivos pecuários sob uma perspectiva de maior eficiência e sustentabilidade.

Ao fomentar a melhoria genética do rebanho, a ação contribui para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos de origem animal, possibilitando maior produção com menor necessidade de expansão de áreas ou de intensificação predatória do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, apresenta potencial de redução da pressão ambiental, ao otimizar o uso de insumos, pastagens e demais recursos envolvidos na atividade pecuária.

Sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, trata-se de uma ação com contribuição indireta qualificada, uma vez que impacta a oferta e a estabilidade da produção de alimentos, especialmente proteínas de origem animal. Embora não tenha como finalidade principal a SAN, sua interface com a sustentabilidade produtiva e com a eficiência dos sistemas agropecuários justifica sua classificação como fortemente aderente, sobretudo quando considerada no contexto de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

• 1053 – Agroextrativismo (SEAPA)

A ação 1053 – Agroextrativismo, executada pela SEAPA, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover o uso sustentável da biodiversidade, especialmente no bioma Cerrado, articulando conservação ambiental e geração de renda.

Ao incentivar o cultivo, a extração, a transformação e a comercialização de frutos e produtos nativos, a ação fortalece cadeias produtivas baseadas em recursos naturais locais, contribuindo para a valorização dos saberes tradicionais e para a manutenção dos ecossistemas. Esse modelo produtivo se

diferencia por sua baixa pressão sobre os recursos naturais, favorecendo a conservação da agrobiodiversidade e o uso sustentável do território.

No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, a ação estabelece um nexo direto com a produção de alimentos, ao ampliar a diversidade alimentar e promover sistemas produtivos mais sustentáveis e resilientes. Além disso, contribui para a soberania alimentar e para o fortalecimento de economias locais. Dessa forma, sua classificação como direta ou fortemente aderente justifica-se pela integração entre conservação ambiental, produção alimentar e desenvolvimento territorial sustentável.

- **1089 – Projeto Convivência com a Seca e Estiagem (GMG)**

A ação 1089 – Projeto Convivência com a Seca e Estiagem, executada pelo Gabinete Militar do Governador, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao estruturar respostas e estratégias permanentes de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente em regiões historicamente afetadas pela escassez hídrica. Ao promover soluções de captação, armazenamento e distribuição de água, a iniciativa assegura condições mínimas de acesso hídrico em contextos de vulnerabilidade, contribuindo para a redução de riscos à produção agropecuária e ao abastecimento alimentar. Sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece um nexo direto com a resiliência dos sistemas alimentares, sendo, portanto, classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4037 – Gestão de resíduos sólidos (SEMAD)**

A ação 4037 – Gestão de resíduos sólidos, executada pela SEMAD, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao promover a adequada gestão, redução, reutilização e destinação final de resíduos. Sua atuação contribui para a proteção de recursos naturais essenciais, como solo e água, reduzindo contaminações que impactam diretamente os sistemas produtivos e a saúde da população. Ainda que não atue diretamente na produção de alimentos, apresenta interface relevante com a saúde ambiental e a qualidade dos sistemas alimentares, justificando sua classificação como fortemente aderente, em função de seu caráter estruturante.

- **4044 – Bolsa Reciclagem (SEMAD)**

A ação 4044 – Bolsa Reciclagem, também executada pela SEMAD, contribui para a macrotendência de Qualidade Ambiental ao incentivar práticas de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos, promovendo a preservação de recursos naturais e a diminuição da pressão sobre os ecossistemas. Adicionalmente, a iniciativa incorpora um componente de inclusão socioproductiva de catadores, articulando dimensões ambiental e social. No contexto da SAN, sua contribuição se dá de forma indireta, ao favorecer ambientes mais saudáveis e sustentáveis, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4151 – Bolsa Verde: conservação da cobertura vegetal nativa (IEF)**

A ação 4151 – Bolsa Verde: conservação da cobertura vegetal nativa, executada pelo Instituto Estadual de Florestas, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao instituir mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) voltados à conservação dos ecossistemas. Ao incentivar a manutenção da vegetação nativa, a ação contribui para a regulação climática, a proteção da biodiversidade e a conservação de recursos essenciais à produção de alimentos, como água e solo. No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, trata-se de uma ação com nexo estrutural com a sustentabilidade dos sistemas alimentares, sendo classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações de SAN (SEDESE)**

A ação 4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, executada pela SEDESE, configura-se como uma das iniciativas mais abrangentes e estruturantes no campo da SAN, com incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental. Ao promover a produção sustentável e agroecológica, fortalecer a agricultura familiar e apoiar equipamentos públicos de SAN, a ação integra de forma explícita as dimensões de produção, acesso e consumo alimentar, incorporando princípios de sustentabilidade ambiental, respeito à cultura alimentar e valorização da agrobiodiversidade. Dessa forma, apresenta aderência plena e direta, sendo estratégica para a consolidação de sistemas alimentares sustentáveis e para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

- **4202 – Defesa sanitária animal (IMA)**

A ação 4202 – Defesa sanitária animal, executada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao atuar na proteção da saúde dos rebanhos e na integridade das cadeias produtivas pecuárias. Ao prevenir e controlar doenças, contribui para a estabilidade da produção de alimentos de origem animal, reduzindo perdas produtivas e riscos sanitários. No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece um nexo direto com a oferta segura e contínua de alimentos, sendo classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4203 – Defesa sanitária vegetal (IMA)**

A ação 4203 – Defesa sanitária vegetal, também executada pelo IMA, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao garantir a sanidade das lavouras por meio do controle de pragas e doenças. Essa atuação é fundamental para a manutenção da produtividade agrícola e da qualidade dos alimentos produzidos, contribuindo para a estabilidade dos sistemas alimentares. Assim, apresenta

relação direta com a produção sustentável de alimentos, justificando sua classificação como direta ou fortemente aderente.

- **4235 – Assistência técnica e extensão rural (EMATER-MG)**

A ação 4235 – Assistência técnica e extensão rural, executada pela EMATER-MG, apresenta forte aderência à macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover a difusão de tecnologias, práticas sustentáveis e orientações técnicas voltadas à agricultura familiar. Ao incentivar o uso racional dos recursos naturais e apoiar a organização produtiva, a ação contribui para a ampliação da produção de alimentos de forma sustentável, fortalecendo sistemas produtivos resilientes. No contexto da SAN, possui nexos diretos com a sustentabilidade da produção alimentar, sendo classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4236 – Fomento ao desenvolvimento do setor agropecuário (EMATER-MG)**

A ação 4236 – Fomento ao desenvolvimento do setor agropecuário, também executada pela EMATER-MG, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao apoiar a estrutura produtiva com foco no desenvolvimento sustentável. Por meio do fornecimento de insumos, equipamentos e apoio técnico, contribui para o aumento da produção de alimentos associado ao uso mais eficiente dos recursos naturais. Ainda que sua abordagem possa variar conforme a execução, apresenta aderência qualificada à sustentabilidade produtiva, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4238 – Monitoramento de contaminantes em alimentos (IMA)**

A ação 4238 – Monitoramento de contaminantes em alimentos, executada pelo IMA, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao atuar no controle da presença de contaminantes, como resíduos químicos e metais pesados, nos alimentos produzidos no estado. Essa ação estabelece uma interface estruturante entre meio ambiente, produção agropecuária e saúde pública, na medida em que monitora impactos ambientais que se refletem diretamente na qualidade dos alimentos. Ao reduzir riscos associados à contaminação ambiental, contribui para a inocuidade dos alimentos e a proteção da saúde da população, sendo classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4323 – Apoio às feiras livres (IDENE)**

A ação 4323 – Apoio às feiras livres, executada pelo IDENE, apresenta aderência relevante à macrotendência de Qualidade Ambiental, ao fortalecer circuitos curtos de comercialização e incentivar a produção e o consumo local. Ao reduzir a necessidade de transporte de longa distância, contribui para a diminuição de impactos ambientais logísticos, além de valorizar sistemas produtivos locais,

frequentemente mais diversificados e sustentáveis. No âmbito da SAN, articula produção e acesso, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4358 – Circuitos de comercialização (SEAPA)**

A ação 4358 – Circuitos de comercialização, executada pela SEAPA, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao promover mecanismos que encurtam as cadeias de abastecimento, aproximando produtores e consumidores. Essa estratégia contribui para a redução de intermediários, otimização logística e menor impacto ambiental, além de fortalecer a comercialização de produtos da agricultura familiar. Ao integrar produção sustentável e consumo, apresenta aderência consistente à lógica de sistemas alimentares sustentáveis, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4361 – Mercados institucionais (SEAPA)**

A ação 4361 – Mercados institucionais, executada pela SEAPA, apresenta forte aderência à macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover o acesso da agricultura familiar a canais estruturados de comercialização, como os programas institucionais de compras públicas. Ao estimular a inserção produtiva de agricultores familiares, a ação favorece a adoção de práticas produtivas mais sustentáveis, especialmente quando articulada a políticas que priorizam a diversificação, a produção local e a qualidade dos alimentos.

No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, a iniciativa fortalece sistemas alimentares locais e territorializados, promovendo a integração entre produção e abastecimento. Ainda que sua incidência ambiental seja indireta, ela se consolida como fortemente aderente, ao induzir dinâmicas produtivas mais sustentáveis e resilientes.

- **4398 – Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável (SEAPA)**

A ação 4398 – Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável, executada pela SEAPA, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao fomentar o uso eficiente e racional da água na produção agrícola. Ao incentivar tecnologias de irrigação mais sustentáveis, contribui para a otimização do uso dos recursos hídricos, reduzindo desperdícios e promovendo maior eficiência produtiva.

Além disso, a ação se configura como uma importante estratégia de adaptação às mudanças climáticas, especialmente em regiões com variabilidade hídrica. No contexto da SAN, fortalece a estabilidade da produção de alimentos, sendo classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4399 – Garantia Safra (SEAPA)**

A ação 4399 – Garantia Safra, executada pela SEAPA, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao atuar na proteção da produção agrícola frente a eventos climáticos adversos, como secas e estiagens. Ao assegurar renda mínima aos agricultores familiares em situações de perda de safra, a ação contribui para a redução da vulnerabilidade socioeconômica e produtiva desses grupos.

Sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, promove a estabilidade da produção e da oferta de alimentos, ao permitir a continuidade das atividades produtivas mesmo em contextos de crise climática. Dessa forma, apresenta aderência qualificada, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4416 – Raízes de Minas (SEDESE)**

A ação 4416 – Raízes de Minas, executada pela SEDESE, apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover a produção sustentável de alimentos em articulação com estratégias de desenvolvimento territorial. A iniciativa apoia agricultores familiares e comunidades tradicionais, incentivando práticas produtivas alinhadas à sustentabilidade ambiental e à valorização dos saberes locais.

Além disso, a ação integra de forma consistente as dimensões de produção, acesso e consumo alimentar, contribuindo para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em nível local. Por sua abordagem estruturante e intersetorial, é classificada como direta ou fortemente aderente.

- **4420 – Mecanização no campo (SEAPA)**

A ação 4420 – Mecanização no campo, executada pela SEAPA, apresenta aderência à macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover a modernização das atividades agropecuárias por meio do uso de máquinas e equipamentos. Quando orientada por critérios técnicos adequados, a mecanização pode contribuir para a otimização do uso do solo e dos recursos produtivos, ampliando a eficiência das atividades agrícolas.

Entretanto, seus impactos ambientais dependem fortemente da forma de implementação, podendo tanto reduzir quanto intensificar pressões sobre os recursos naturais. Ainda assim, no contexto de políticas de desenvolvimento rural sustentável, apresenta aderência qualificada, sendo classificada como fortemente aderente.

- **4516 – Apoio à mecanização da produção agrícola (IDENE)**

A ação 4516 – Apoio à mecanização da produção agrícola, executada pelo IDENE, insere-se na macrotendência de Qualidade Ambiental ao fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar por meio do acesso a equipamentos e implementos agrícolas. Essa iniciativa contribui para a melhoria

da eficiência produtiva e do uso dos recursos naturais, especialmente em regiões de menor desenvolvimento.

Assim como outras ações de mecanização, seus efeitos ambientais estão condicionados às práticas adotadas. No entanto, ao possibilitar maior produtividade e organização da produção, apresenta contribuição relevante para a sustentabilidade dos sistemas produtivos, sendo classificada como fortemente aderente.

• **8008 – Universalização do saneamento (COPASA)**

A ação 8008 – Universalização dos serviços de saneamento (COPASA) apresenta incidência direta na macrotendência de Qualidade Ambiental, ao promover o acesso da população aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Essa atuação é fundamental para a melhoria das condições ambientais, especialmente no que se refere à qualidade da água e à redução da poluição.

No contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, a ação possui impacto estruturante, ao contribuir para a prevenção de doenças, a melhoria das condições de saúde e a redução de contaminações ambientais que afetam os alimentos. Dessa forma, é classificada como direta ou fortemente aderente.

• **8012 – Universalização do saneamento (COPANOR)**

A ação 8012 – Universalização dos serviços de saneamento (COPANOR) apresenta características semelhantes, com foco em regiões específicas de maior vulnerabilidade, ampliando o acesso a serviços de água e esgotamento sanitário. Ao atuar na proteção dos recursos hídricos e na melhoria das condições ambientais, contribui para a sustentabilidade dos territórios e dos sistemas produtivos locais.

Sob a ótica da SAN, trata-se de uma ação de caráter estruturante, uma vez que o acesso à água de qualidade e ao saneamento adequado é condição essencial para a saúde, a produção e o consumo seguro de alimentos. Assim, sua classificação como direta ou fortemente aderente é plenamente justificada.

Distribuição e natureza das ações

As ações podem ser agrupadas em cinco grandes blocos:

1. **Infraestrutura hídrica e desenvolvimento socioeconômico do norte e nordeste de Minas Gerais**
 - Ações: 1025, 1028, 4325, 4320, 4419, 4516
 - Foco: acesso a água para consumo e produção, irrigação sustentável, distribuição de leite e apoio à agricultura familiar.

- Público-alvo: produtores rurais, população em insegurança alimentar e famílias atendidas pelo IDENE.

2. Agropecuária e produção familiar

- Ações: 1034, 1053, 4016, 4018, 4019, 4023, 4235, 4236, 4358, 4359, 4361, 4398, 4399, 4405
- Foco: extensão rural, assistência técnica, inovação tecnológica, mecanização, formação e fomento agropecuário.
- Público-alvo: agricultores familiares, cooperativas, estudantes, técnicos e agroindústrias.

3. Gestão ambiental e sustentabilidade

- Ações: 4037, 4044, 4151, 4154, 4157
- Foco: gestão de resíduos sólidos, economia circular, conservação da cobertura vegetal, inclusão produtiva.
- Público-alvo: catadores, proprietários de áreas com cobertura vegetal, população geral.

4. Regularização fundiária e políticas territoriais

- Ações: 1082, 4363, 4544
- Foco: títulos de propriedade, regularização fundiária de imóveis e territórios coletivos.
- Público-alvo: agricultores, posseiros, povos e comunidades tradicionais.

5. Saneamento e infraestrutura urbana

- Ações: 8008, 8012
- Foco: universalização do abastecimento de água em Minas Gerais.
- Público-alvo: população urbana e rural atendida pelos serviços da COPASA e COPANOR.

5.2.2 Análise

Tabela 8: Ações orçamentárias com impacto direto na macrotendência “Qualidade Ambiental: Meio Ambiente, Recursos Naturais e Produção”

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
--------	--------	---------------	--------------------------	-------------------------	---------	--------------------------	-----------

1025	Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos	Meio Ambiente / Recursos Naturais	17.646.609,86	16.009.718,99	Unidade	7.300	7.917
1028	Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte	Meio Ambiente / Recursos Naturais	11.283.417,74	3.632.477,87	Unidade	13	13
1034	Melhoramento genético de bovinos	Produção / Agropecuária	15.000,00	0	Agricultor familiar	15	0
1053	Agroextrativismo	Produção / Agropecuária	6.855.260,00	3.747.771,63	Unidade	754	754
4037	Gestão de resíduos e centro mineiro de referência em resíduos	Meio Ambiente / Saneamento	22.268.186,59	3.995.031,62	Município	606	606
4044	Bolsa reciclagem	Meio Ambiente / Recursos Naturais	4.555.519,00	4.554.517,50	Tonelada	42.763	53.592
4151	Bolsa verde: conservação da cobertura vegetal nativa	Meio Ambiente / Recursos Naturais	20.611.582,00	1.395.927,02	Unidade	3.383	228
4235	Assistência técnica e extensão rural	Produção / Agropecuária	173.553.992,54	108.482.880,94	Produtor	350.000	355.927
4236	Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário	Produção / Agropecuária	38.830.636,81	38.278.677,95	Beneficiário	55.650	56.289
4398	Irriga Minas – agricultura irrigada sustentável	Produção / Agropecuária	12.531.715,00	11.499.658,86	Unidade	8.458	8.458
4399	Garantia Safra	Produção / Agropecuária	5.998.241,00	5.992.272,00	Unidade	41.613	41.613
4516	Apoio à mecanização da produção agrícola	Produção / Agropecuária	20.445.755,76	5.153.581,74	Unidade	10	52
8008	Universalização dos serviços de saneamento – COPASA	Meio Ambiente / Saneamento	2.360.857.588,00	2.316.542.956,95	Economia residencial	95.000	81.995
8012	Universalização dos serviços de saneamento – COPANOR	Meio Ambiente / Saneamento	45.525.416,00	43.265.568,76	Economia residencial	4.000	2.956

A análise das ações ambientais, de recursos naturais e de produção em Minas Gerais para 2025 revela um cenário heterogêneo, com diferenças relevantes entre o planejamento orçamentário e a execução prática. No total, o crédito autorizado para essas ações atingiu aproximadamente R\$ 4,3 bilhões, dos quais cerca de R\$ 3,9 bilhões foram efetivamente executados, indicando boa aderência entre o orçamento previsto e os recursos aplicados. No entanto, algumas iniciativas apresentaram execução muito acima ou abaixo do previsto. Programas como Bolsa Reciclagem e Garantia Safra tiveram execução quase integral dos recursos, refletindo planejamento e operação eficientes, enquanto ações como Bolsa Verde, com execução de apenas 7% do valor autorizado, evidenciam dificuldades na implementação ou baixa adesão dos beneficiários, sinalizando necessidade de ajustes metodológicos e reforço na mobilização.

A análise das metas físicas demonstra que algumas ações superaram os indicadores planejados, enquanto outras ficaram aquém do esperado. Bolsas e programas de irrigação, como a Bolsa Reciclagem e Irriga Minas, superaram suas metas, ampliando o alcance previsto. Em contrapartida, a Bolsa Verde e determinadas ações de infraestrutura hídrica de pequeno porte ficaram muito abaixo das metas, sugerindo barreiras logísticas ou dificuldades no acesso aos beneficiários. Programas de mecanização, assistência técnica e extensão rural apresentaram metas atingidas ou ligeiramente superadas, refletindo efetividade na oferta de serviços técnicos e acesso a tecnologias para agricultores familiares.

Do ponto de vista estratégico, essas ações têm papel complementar no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado. Iniciativas de preservação da vegetação nativa, manejo de resíduos e universalização do saneamento contribuem para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Programas voltados à produção agrícola e agropecuária fortalecem a agricultura familiar, promovem segurança alimentar e ampliam oportunidades econômicas em regiões vulneráveis. A articulação entre infraestrutura hídrica, irrigação sustentável e mecanização rural evidencia a integração entre sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva e desenvolvimento regional, especialmente em áreas afetadas por seca e vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar dos resultados positivos em várias frentes, persistem desafios relevantes. Disparidades entre execução financeira e física em algumas ações indicam a necessidade de aprimorar metodologia, logística e mobilização de beneficiários. A heterogeneidade na execução de infraestrutura hídrica e mecanização sugere que ajustes no planejamento e monitoramento são essenciais para uniformizar os resultados e ampliar o alcance das ações. Além disso, a mensuração de impacto social e ambiental ainda demanda indicadores mais robustos, de modo que o cumprimento das metas físicas se traduza em melhorias efetivas na qualidade de vida e na sustentabilidade.

Em síntese, as ações ambientais, de recursos naturais e de produção em Minas Gerais em 2025 apresentam execução orçamentária robusta e resultados físicos consistentes em muitas iniciativas estratégicas, especialmente aquelas voltadas à agricultura familiar, irrigação e saneamento. Ao mesmo tempo, há oportunidades claras de aprimoramento em programas com execução física ou financeira aquém do esperado. A integração entre preservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e fortalecimento da produção rural mostra-se essencial para o desenvolvimento sustentável do estado, reduzindo vulnerabilidades socioeconômicas e promovendo inclusão produtiva.

5.3 Acesso a Alimentos- meios de subsistência, pobreza e equidade

A macrotendência de acesso a alimentos – meios de subsistência, pobreza e equidade refere-se ao conjunto de condições socioeconômicas que viabilizam às pessoas obter alimentos de forma regular, permanente e digna, seja por meio da renda, da produção própria, de políticas públicas ou de mecanismos institucionais de abastecimento. Trata-se de um eixo central da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma vez que a existência de alimentos disponíveis não garante, por si só, que a

população consiga acessá-los, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, pobreza e exclusão produtiva.

No âmbito das políticas públicas, essa macrotendência abrange iniciativas relacionadas à geração de renda, inclusão produtiva, fortalecimento da agricultura familiar, acesso a mercados, políticas de transferência de renda, programas de abastecimento alimentar e equipamentos públicos de SAN. Inclui, ainda, estratégias voltadas à redução das desigualdades estruturais, com foco em públicos historicamente vulnerabilizados, como famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, populações rurais, povos e comunidades tradicionais, mulheres e trabalhadores informais. Tais ações são fundamentais para assegurar não apenas o acesso físico e econômico aos alimentos, mas também a autonomia dos indivíduos e famílias na provisão de seus meios de vida.

Conforme destacado nos relatórios do CONSEA, o acesso à alimentação constitui uma dimensão crítica para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo diretamente influenciado por fatores como renda, emprego, preços dos alimentos, políticas públicas e redes de proteção social. A insegurança alimentar, nesse sentido, expressa não apenas a falta de alimentos, mas sobretudo a incapacidade de acessá-los em função de limitações econômicas e sociais. Assim, políticas que atuam sobre os meios de subsistência e a redução da pobreza desempenham papel estruturante no enfrentamento da fome.

Do ponto de vista analítico, essa macrotendência permite avaliar em que medida as políticas públicas estão efetivamente incidindo sobre as causas estruturais da insegurança alimentar, promovendo inclusão econômica, equidade social e acesso a oportunidades. Destaca-se sua relação direta com a redução da pobreza e com a promoção da equidade, ao considerar que grupos sociais distintos enfrentam barreiras diferenciadas de acesso à alimentação, exigindo respostas específicas e territorializadas. Além disso, evidencia-se sua interface com os sistemas de abastecimento e com os mercados institucionais, que podem funcionar como instrumentos estratégicos para conectar produção e consumo, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

Assim, a análise do acesso a alimentos sob a perspectiva dos meios de subsistência e da equidade reforça a necessidade de integração entre políticas econômicas, sociais e de abastecimento, evidenciando que a garantia do DHAA depende não apenas da oferta de alimentos, mas da capacidade concreta da população de acessá-los em condições dignas, estáveis e socialmente justas.

5.3.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)

No âmbito da macrotendência **Acesso a Alimentos – meios de subsistência, pobreza e equidade**, foram identificadas, entre as ações orçamentárias analisadas, aquelas que apresentam incidência direta ou forte aderência sobre as condições socioeconômicas que sustentam o acesso à alimentação. Essas ações se caracterizam por atuar de forma imediata na melhoria da renda, geração de emprego, inclusão produtiva e proteção social, promovendo mecanismos que reduzem a vulnerabilidade

econômica e fortalecem a capacidade das famílias e comunidades de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

De modo geral, essas iniciativas concentram-se em eixos como: (i) políticas de transferência de renda e proteção social, que garantem meios mínimos de subsistência às populações em situação de vulnerabilidade; (ii) fomento à agricultura familiar e à produção local de alimentos, fortalecendo a renda e o abastecimento alimentar; (iii) programas de capacitação profissional e inclusão produtiva, que aumentam oportunidades de emprego e geração de renda; e (iv) articulação de redes de solidariedade e equipamentos públicos de SAN, como cozinhas solidárias, bancos de alimentos e feiras locais, que atuam diretamente na provisão de alimentos a quem mais necessita.

Entre as ações com maior aderência, destacam-se aquelas voltadas à distribuição de alimentos adquiridos da agricultura familiar para beneficiários em insegurança alimentar, que garantem acesso imediato à alimentação; os programas de alimentação escolar, que contribuem para a nutrição de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que fortalecem os mercados locais; e as iniciativas de apoio à inclusão produtiva e geração de renda, que atuam diretamente na ampliação da autonomia econômica e na redução da pobreza.

Também se inserem nesse grupo ações relacionadas ao fortalecimento de estruturas comunitárias e municipais voltadas à SAN, como unidades produtivas, feiras e cooperativas, que, embora nem sempre explicitamente classificadas como medidas de combate à pobreza, promovem a estabilidade socioeconômica e o acesso contínuo a alimentos de qualidade.

A presença dessas ações no conjunto analisado evidencia o reconhecimento, no âmbito das políticas públicas, da centralidade da dimensão socioeconômica para a Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, assim como observado em outras macrotendências, sua efetividade depende do grau de integração com políticas de produção, abastecimento, educação alimentar e saúde, de modo a assegurar que os ganhos de renda e inclusão produtiva se traduzam em melhoria concreta do acesso à alimentação.

Dessa forma, as ações aqui classificadas como diretas ou fortemente aderentes constituem a base para a construção de sistemas alimentares socialmente inclusivos e equitativos, sendo essenciais para enfrentar os desafios impostos pela pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica no contexto mineiro.

Núcleo direto

O Núcleo Direto compreende o conjunto de ações que possuem impacto imediato e direto sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Essas iniciativas estão centradas na oferta de alimentos, na promoção da saúde, na garantia da qualidade nutricional e no fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, configurando-se como o eixo estruturante da política de SAN. Cada ação do Núcleo Direto reflete intervenções estratégicas que se materializam em benefícios

concretos para os grupos mais vulneráveis, assegurando o acesso a uma alimentação adequada, saudável e segura.

As ações incluídas neste núcleo incidem diretamente sobre os determinantes do estado nutricional e da segurança alimentar, combinando medidas de caráter preventivo, educativo e assistencial. Elas abrangem desde programas de alimentação escolar, distribuição de alimentos e fortalecimento de cadeias produtivas, até iniciativas de vigilância sanitária e fomento à produção local, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento alimentar. Dessa forma, essas ações promovem efeitos tangíveis na vida das populações, atendendo simultaneamente às dimensões biológica, econômica e social da SAN.

Além de sua atuação direta, o Núcleo Direto estabelece conexões estratégicas com ações intermediárias e complementares, fortalecendo a intersetorialidade da política de SAN. Essa articulação contribui para a consolidação de um sistema integrado de segurança alimentar, capaz de responder de maneira eficaz às vulnerabilidades da população, mitigar riscos decorrentes de contingências econômicas e ambientais, e promover a sustentabilidade social e nutricional de Minas Gerais.

- **1025 – Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos (IDENE)**

A ação atua diretamente sobre um determinante estrutural do acesso à alimentação: a disponibilidade hídrica para consumo humano e produção de alimentos. Ao viabilizar a armazenagem e distribuição de água em regiões historicamente vulneráveis, especialmente no Norte e Nordeste de Minas Gerais, contribui para reduzir a insegurança hídrica, que é um dos principais fatores associados à insegurança alimentar nessas localidades.

Além disso, ao permitir o uso da água para atividades produtivas, a ação fortalece meios de subsistência, sobretudo da agricultura familiar, promovendo geração de renda e autonomia das famílias. Trata-se, portanto, de uma intervenção com forte aderência à SAN, ao articular acesso direto a recursos essenciais com estratégias de enfrentamento à pobreza e redução de desigualdades territoriais.

- **1028 – Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte (IDENE)**

Essa ação amplia o acesso à água por meio da implantação de soluções descentralizadas, como poços artesianos e sistemas simplificados de abastecimento, o que a configura como estratégica para a garantia de condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Sua relevância para a SAN reside no fato de que a água é insumo indispensável tanto para o consumo quanto para a produção de alimentos.

No campo dos meios de subsistência, a ação contribui diretamente para a permanência das famílias no território, reduzindo vulnerabilidades associadas à seca e promovendo condições para o

desenvolvimento de atividades produtivas. Dessa forma, apresenta forte aderência à macrotendência de acesso a alimentos, especialmente no que se refere à equidade territorial e ao enfrentamento da pobreza rural.

- **1034 – Melhoria genética de bovinos (EMATER-MG)**

A ação está voltada ao aumento da produtividade e eficiência da pecuária, com impactos indiretos, porém relevantes, na disponibilidade de alimentos e na geração de renda. Ao fortalecer cadeias produtivas estratégicas, como leite e carne, contribui para a sustentabilidade econômica de produtores rurais, incluindo agricultores familiares.

Sob a perspectiva do acesso a alimentos, sua aderência se dá principalmente pelo fortalecimento dos meios de subsistência e pela ampliação da renda, elementos fundamentais para garantir o acesso econômico à alimentação. No entanto, trata-se de uma contribuição indireta, dependente de como os ganhos produtivos se traduzem em melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.

- **1053 – Agroextrativismo (SEAPA)**

A ação promove cadeias produtivas baseadas no uso sustentável de recursos nativos, especialmente do Cerrado, contribuindo para a geração de renda em territórios tradicionais e comunidades vulneráveis. Ao valorizar práticas produtivas locais, fortalece estratégias de subsistência alinhadas à sociobiodiversidade.

No contexto da SAN, apresenta forte aderência ao eixo de acesso, ao articular produção, renda e valorização cultural. Além disso, contribui para a equidade ao reconhecer e fomentar modos de vida historicamente marginalizados, promovendo inclusão produtiva e acesso a mercados de forma sustentável.

- **1082 – Minas Reurb Sede (SEDE)**

A regularização fundiária urbana contribui para a segurança jurídica da posse e propriedade, o que impacta indiretamente as condições de vida e acesso a direitos básicos, incluindo a alimentação. Ao garantir estabilidade territorial, a ação cria condições para o acesso a políticas públicas e serviços essenciais.

Embora não seja uma ação diretamente voltada à SAN, sua contribuição ocorre no campo estrutural da redução da pobreza e das desigualdades. A segurança da moradia e do território é um fator relevante para a estabilidade socioeconômica, influenciando a capacidade das famílias de acessar alimentos de forma regular.

- **1089 – Projeto Convivência com a Seca e Estiagem (GMG)**

A ação se insere no enfrentamento de eventos climáticos extremos, com foco na mitigação dos impactos da seca sobre populações vulneráveis. Ao garantir acesso emergencial e estrutural à água, contribui diretamente para a segurança alimentar em contextos críticos.

Além disso, fortalece a resiliência dos meios de subsistência, especialmente em regiões semiáridas, reduzindo perdas produtivas e assegurando condições mínimas de sobrevivência. Sua aderência à macrotendência é elevada, ao atuar simultaneamente sobre acesso à água, proteção social e estabilidade produtiva.

- **2079 – Apoio financeiro e material às instituições (SEDESE)**

A ação promove suporte a organizações e municípios na execução de políticas sociais, incluindo iniciativas de segurança alimentar e inclusão produtiva. Ao viabilizar projetos voltados à redução de vulnerabilidades, contribui diretamente para o acesso à alimentação.

Sua relevância na SAN está na capacidade de fortalecer redes locais de proteção social e geração de renda, impactando positivamente populações em situação de pobreza. A aderência é significativa, especialmente quando os recursos são direcionados a iniciativas de acesso direto a alimentos ou inclusão produtiva.

- **2101 – Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)**

O programa assegura o acesso regular à alimentação adequada no ambiente escolar, configurando-se como uma das principais políticas públicas de acesso direto à alimentação. Atua tanto na dimensão nutricional quanto na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Além disso, ao priorizar a aquisição de alimentos da agricultura familiar, integra produção e consumo, fortalecendo economias locais e meios de subsistência. Trata-se de uma ação central na SAN, com forte impacto na redução da insegurança alimentar entre crianças e adolescentes.

- **2102 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Semelhante ao PEAE, o PNAE é uma política estruturante de garantia do direito à alimentação no contexto educacional. Sua execução assegura acesso contínuo a refeições adequadas, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade.

A ação também promove inclusão produtiva ao integrar agricultores familiares às compras públicas, fortalecendo circuitos locais de produção e abastecimento. Sua aderência à macrotendência é direta e altamente relevante.

- **4320 – Distribuição de leite (IDENE)**

A ação combina acesso direto à alimentação com fortalecimento da produção local, ao adquirir leite da agricultura familiar e distribuí-lo a populações em insegurança alimentar. Trata-se de uma estratégia clássica de política pública integrada de SAN.

Ao mesmo tempo em que combate à fome, promove geração de renda e dinamiza cadeias produtivas locais. Sua aderência à macrotendência é elevada, com impacto direto na redução da pobreza e na melhoria das condições nutricionais.

- **4399 – Garantia Safra (SEAPA)**

A ação assegura renda mínima a agricultores familiares afetados por perdas de produção decorrentes de eventos climáticos. Atua como mecanismo de proteção social e estabilidade econômica em contextos de vulnerabilidade.

Sua contribuição para a SAN ocorre por meio da manutenção dos meios de subsistência e da capacidade de acesso a alimentos, mesmo em situações adversas. Trata-se de uma política essencial para a redução da insegurança alimentar no meio rural.

- **4412 – Acesso ao trabalho e à renda (SEDESE)**

A ação foca diretamente na inclusão produtiva e geração de renda para populações vulneráveis, sendo central para o acesso econômico à alimentação. Ao ampliar a capacidade de obtenção de renda, fortalece a autonomia das famílias.

No âmbito da SAN, sua aderência é estrutural, uma vez que o acesso à alimentação está diretamente condicionado às condições socioeconômicas. Contribui de forma significativa para a redução da pobreza e das desigualdades.

5.3.2 Análise

Tabela 9: Ações orçamentárias com impacto direto na macrotendência “Acesso a Alimentos: meios de subsistência, pobreza e equidade”

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
1025	Promoção do acesso a equipamentos de armazenagem e distribuição de recursos hídricos	Indireta / Subsistência e Pobreza	R\$ 17.646.609,86	R\$ 16.009.718,99	Unidade	7.300	7.917
1028	Promoção de infraestrutura hídrica de pequeno porte	Indireta / Subsistência e Pobreza	R\$ 11.283.417,74	R\$ 3.632.477,87	Unidade	13	13

1034	Melhoramento genético de bovinos	Indireta / Pobreza e Equidade	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	Agricultor familiar	15	0
1053	Agroextrativismo	Indireta / Pobreza e Equidade	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	Unidade	754	754
1082	Minas Reurb SEDE	Indireta / Equidade	R\$ 45.343.151,62	R\$ 18.780.317,78	Unidade	2.199	2.746
1089	Projeto convivência com a seca e estiagem	Direta / Subsistência e Pobreza	R\$ 9.769.231,52	R\$ 7.300.520,10	Unidade	0	0
2079	Apoio financeiro e material às instituições	Indireta / Pobreza e Equidade	R\$ 85.519.584,62	R\$ 83.139.431,20	Unidade	686	527
2101	Programa Estadual de Alimentação Escolar – PEAE	Direta / Subsistência e Pobreza	R\$ 520.493.583,28	R\$ 519.971.890,05	Estudante	1.891.649	1.891.649
2102	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Direta / Subsistência e Pobreza	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1.690.308	1.690.308
4320	Distribuição de leite	Direta / Subsistência e Pobreza	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	Litro	2.318.078	2.812.342
4399	Garantia Safra	Direta / Subsistência e Pobreza	R\$ 5.998.241,00	R\$ 5.992.272,00	Unidade	41.613	41.613
4412	Acesso ao trabalho e à renda	Indireta / Pobreza e Equidade	R\$ 37.476,00	R\$ 16.167,41	Pessoa	3.024	3.024

A análise da execução das ações de acesso a alimentos em Minas Gerais em 2025 demonstra um conjunto diversificado de iniciativas voltadas para a promoção da segurança alimentar, mitigação da pobreza e promoção da equidade. Entre as ações, observa-se uma distinção entre medidas diretas — voltadas à entrega imediata de bens e serviços, como a distribuição de leite, programas de alimentação escolar (PEAE e PNAE) e a garantia safra — e medidas indiretas, que visam criar condições estruturais para a melhoria das condições de vida, como o fortalecimento da agricultura familiar, o acesso a infraestrutura hídrica, regularização fundiária e fomento a cooperativas e associações.

As ações diretas concentram-se principalmente na subsistência e combate à pobreza, atendendo de forma imediata às necessidades nutricionais de estudantes, famílias vulneráveis e agricultores familiares em situação de insegurança alimentar. Programas como a distribuição de leite e a alimentação escolar apresentam elevados montantes de execução financeira, com uma realização física significativa, evidenciando a capacidade do Estado em operacionalizar rapidamente essas políticas para a população em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, as ações indiretas, relacionadas a pobreza, equidade e desenvolvimento produtivo, incluem iniciativas como o acesso a equipamentos de armazenamento e distribuição de recursos hídricos, melhoramento genético de bovinos, agroextrativismo, apoio a feiras livres e promoção da

agricultura irrigada. Essas ações apresentam metas físicas amplas e, em alguns casos, níveis de execução financeira ainda aquém da previsão orçamentária, refletindo o caráter estruturante e de médio a longo prazo dessas medidas. Tais iniciativas buscam não apenas melhorar a renda e as condições de subsistência, mas também fortalecer a autonomia das comunidades e reduzir desigualdades regionais, contribuindo para uma abordagem integrada de equidade social e econômica.

É relevante destacar que algumas ações apresentaram execução física limitada ou atraso, como o Projeto Convivência com a Seca e Estiagem (1089), que, apesar de alta dotação orçamentária, não registrou realização física no período. Esse descompasso evidencia desafios operacionais, logísticos ou de captação de beneficiários em programas de maior complexidade ou infraestrutura, sendo um ponto de atenção para a gestão e reprogramação das metas.

No conjunto, a análise evidencia um equilíbrio estratégico entre ações imediatas, voltadas à subsistência da população em vulnerabilidade, e ações estruturantes, voltadas ao fortalecimento de meios de subsistência e à promoção da equidade. A execução financeira geral mostra comprometimento com os objetivos das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, ainda que algumas iniciativas demandem ajustes operacionais para atingir integralmente suas metas físicas. A classificação das ações em direta/indireta e em subsistência, pobreza e equidade permite uma leitura integrada sobre os impactos sociais, econômicos e territoriais, reforçando a importância de monitoramento contínuo e articulação intersetorial para maximizar resultados e reduzir desigualdades no estado.

5.4 Fortalecimento da Democracia – governança

A macrotendência de fortalecimento da democracia – governança refere-se ao conjunto de condições institucionais, políticas e participativas que viabilizam a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de forma transparente, intersetorial e orientada por direitos. Trata-se de um eixo estruturante da SAN, na medida em que a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) depende não apenas da existência de políticas públicas, mas da capacidade do Estado e da sociedade de construí-las de forma democrática, com participação social qualificada e mecanismos efetivos de controle social.

No âmbito das políticas públicas, essa macrotendência abrange iniciativas relacionadas ao funcionamento e fortalecimento de instâncias de governança, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs), bem como a realização de conferências, fóruns e espaços participativos. Inclui, ainda, ações voltadas à institucionalização de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação, à promoção da transparência, ao acesso à informação e ao fortalecimento da intersetorialidade entre diferentes áreas governamentais. Esses elementos são essenciais para assegurar a coordenação das políticas de SAN e a integração entre seus diversos eixos.

Conforme destacado nos relatórios do CONSEA, a segurança alimentar e nutricional está intrinsecamente vinculada à democracia, uma vez que a efetivação do DHAA pressupõe a existência de canais institucionais que permitam à sociedade civil incidir sobre as decisões públicas. A participação social, nesse contexto, não se limita a um princípio normativo, mas constitui um mecanismo concreto de qualificação das políticas, de identificação de demandas territoriais e de fortalecimento do controle social. A ausência ou fragilidade desses espaços tende a comprometer a aderência das políticas às reais necessidades da população e a reduzir sua efetividade.

Do ponto de vista analítico, essa macrotendência permite avaliar o grau de institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), especialmente no que se refere à sua capacidade de articulação intersetorial e de incorporação da participação social nos processos decisórios. Destaca-se sua relação com a governança democrática, ao considerar aspectos como a regularidade de funcionamento dos conselhos, a diversidade de representação social, a capacidade deliberativa das instâncias e a existência de mecanismos de transparência e prestação de contas. Ademais, evidencia-se sua interface com a intersectorialidade, elemento indispensável para a abordagem sistêmica da SAN.

Assim, a análise do fortalecimento da democracia no contexto da SAN evidencia que a garantia do DHAA está diretamente condicionada à qualidade das estruturas de governança e à efetividade dos espaços de participação social. Mais do que um componente acessório, a governança democrática constitui um pilar fundamental para a consolidação de políticas públicas integradas, legítimas e sustentáveis, capazes de responder às complexas determinações da fome e da insegurança alimentar.

5.4.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)

No âmbito da macrotendência **Fortalecimento da Democracia – governança**, foram identificadas, entre as ações orçamentárias analisadas, aquelas que apresentam incidência direta ou forte aderência sobre os mecanismos de participação social, transparência, controle social e articulação interinstitucional. Essas ações se caracterizam por atuar de forma imediata no fortalecimento das estruturas democráticas, na promoção da participação cidadã e na criação de espaços de decisão e monitoramento das políticas públicas, garantindo que os direitos da população, incluindo o direito humano à alimentação adequada, sejam efetivamente reconhecidos e respeitados.

De modo geral, essas iniciativas concentram-se em eixos como: (i) criação e manutenção de conselhos, comitês e fóruns de participação social, que permitem o acompanhamento e a deliberação sobre políticas públicas; (ii) fortalecimento de sistemas de controle social e monitoramento de políticas e recursos, garantindo transparência e accountability; (iii) articulação intersetorial entre órgãos públicos e sociedade civil, promovendo integração entre diferentes esferas de governo e políticas; e (iv) apoio à capacitação de gestores e conselheiros, visando ampliar a eficácia das ações de governança e o engajamento comunitário.

Entre as ações com maior aderência, destacam-se aquelas voltadas ao apoio e fomento ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CONSEA-MG), que constitui espaço central de

participação social e monitoramento da SAN; programas de acompanhamento e avaliação de políticas públicas estaduais, que asseguram maior transparência e efetividade das ações; e iniciativas de promoção de articulação entre órgãos, entidades e sociedade civil, garantindo que decisões sejam orientadas por dados, evidências e demandas reais da população.

Também se inserem nesse grupo ações voltadas à estruturação de sistemas de governança e mecanismos de exigibilidade de direitos, que, embora nem sempre explicitamente denominadas como democráticas, fortalecem a participação cidadã, a responsabilização institucional e a capacidade de resposta das políticas públicas às demandas sociais.

A presença dessas ações no conjunto analisado evidencia o reconhecimento, no âmbito das políticas públicas, da centralidade da governança e do controle social para a efetividade das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e para o fortalecimento da democracia. No entanto, sua efetividade depende do grau de integração com políticas de produção, acesso à alimentação, educação e saúde, de modo a assegurar que os mecanismos de governança resultem em decisões concretas que beneficiem a população de forma equitativa e sustentável.

Dessa forma, as ações aqui classificadas como diretas ou fortemente aderentes constituem a base para a construção de sistemas de governança participativos, transparentes e responsivos, sendo essenciais para enfrentar os desafios relacionados à desigualdade, à vulnerabilidade social e à efetivação dos direitos humanos em Minas Gerais.

Núcleo direto

O Núcleo Direto compreende o conjunto de ações que possuem impacto imediato e direto sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Essas iniciativas estão centradas na oferta de alimentos, na promoção da saúde, na garantia da qualidade nutricional e no fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, configurando-se como o eixo estruturante da política de SAN. Cada ação do Núcleo Direto reflete intervenções estratégicas que se materializam em benefícios concretos para os grupos mais vulneráveis, assegurando o acesso a uma alimentação adequada, saudável e segura.

As ações incluídas neste núcleo incidem diretamente sobre os determinantes do estado nutricional e da segurança alimentar, combinando medidas de caráter preventivo, educativo e assistencial. Elas abrangem desde programas de alimentação escolar, distribuição de alimentos e fortalecimento de cadeias produtivas, até iniciativas de vigilância sanitária e fomento à produção local, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento alimentar. Dessa forma, essas ações promovem efeitos tangíveis na vida das populações, atendendo simultaneamente às dimensões biológica, econômica e social da SAN.

Além de sua atuação direta, o Núcleo Direto estabelece conexões estratégicas com ações intermediárias e complementares, fortalecendo a intersetorialidade da política de SAN. Essa articulação contribui para a consolidação de um sistema integrado de segurança alimentar, capaz de

responder de maneira eficaz às vulnerabilidades da população, mitigar riscos decorrentes de contingências econômicas e ambientais, e promover a sustentabilidade social e nutricional de Minas Gerais.

- **2033 – Desenvolvimento do SISAN MG**

Trata-se de uma ação diretamente vinculada ao eixo de governança da SAN, sendo um dos principais instrumentos de estruturação institucional da política no estado. Ao desenvolver indicadores, instrumentos de gestão e mecanismos de monitoramento, a ação fortalece a capacidade do Estado de planejar, executar e avaliar políticas de forma integrada e orientada por direitos.

Além disso, ao promover a articulação entre órgãos governamentais e o CONSEA-MG, a iniciativa incorpora a participação social como elemento central da governança. Essa integração entre Estado e sociedade civil é fundamental para a efetivação do DHAA, garantindo transparência, controle social e legitimidade às políticas de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais.

- **2076 – Gestão e monitoramento de convênios e parcerias**

A ação apresenta forte aderência à governança da SAN, ao estruturar mecanismos de acompanhamento, prestação de contas e controle da aplicação de recursos públicos. Esses elementos são essenciais para assegurar a transparência, a eficiência e a legalidade na execução de políticas, especialmente aquelas implementadas em parceria com municípios e organizações da sociedade civil.

No âmbito da SAN, a ação contribui para o fortalecimento das capacidades institucionais e para a qualificação da gestão pública, garantindo que os recursos destinados à promoção da segurança alimentar sejam aplicados de forma adequada e com resultados efetivos. Também favorece a construção de relações mais transparentes e colaborativas entre Estado e sociedade civil, elemento central da governança democrática.

- **2101 – Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)**

A ação apresenta forte aderência à governança da SAN, ao articular políticas de educação, alimentação e agricultura familiar em um arranjo institucional robusto e normatizado. A execução do programa exige planejamento, controle social, monitoramento nutricional e cumprimento de marcos legais, como a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, evidenciando sua inserção direta na governança pública.

Além disso, o programa incorpora mecanismos de participação social e intersetorialidade, fundamentais para a efetividade do DHAA. Ao integrar diferentes atores e promover a aquisição de alimentos da agricultura familiar, fortalece a governança ao alinhar produção, abastecimento e consumo, contribuindo para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos.

- **2102 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

De forma semelhante ao PEAE, o PNAE constitui uma ação diretamente vinculada à governança da SAN, sendo um dos principais programas estruturantes da política no Brasil. Sua execução envolve uma complexa rede de atores, normas e instrumentos de gestão, que garantem a oferta de alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

A governança do programa se destaca pela institucionalização de mecanismos de controle social, como os Conselhos de Alimentação Escolar, e pela integração com políticas de agricultura familiar. Dessa forma, o PNAE contribui para a consolidação de uma governança participativa, transparente e orientada por direitos, com impactos diretos na segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes.

- **1053 – Agroextrativismo**

Essa ação apresenta forte aderência ao eixo de governança da SAN, especialmente por envolver processos de deliberação, monitoramento e controle de políticas públicas voltadas a populações e territórios específicos, como comunidades tradicionais do Cerrado. Ao estruturar diretrizes e apoiar a execução de políticas, a iniciativa contribui diretamente para o fortalecimento institucional e para a construção de arranjos intersetoriais que integram produção, cultura alimentar e conservação ambiental.

Além disso, a ação incorpora elementos centrais da governança democrática, como o reconhecimento de saberes tradicionais, a valorização da sociobiodiversidade e a necessidade de participação social nos processos decisórios. Ao fomentar cadeias produtivas sustentáveis e culturalmente referenciadas, reforça a articulação entre Estado e sociedade civil, contribuindo para a efetividade do DHAA por meio de políticas construídas de forma participativa e territorializada.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável**

A ação 4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável se caracteriza como uma iniciativa de forte aderência à governança da SAN, na medida em que atua diretamente na coordenação, integração e fortalecimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais. Por meio do apoio e fomento a programas, projetos e ações voltados à produção sustentável de alimentos da agricultura familiar rural, periurbana e urbana, esta ação contribui para consolidar os equipamentos públicos de SAN, como bancos de alimentos, unidades produtivas comunitárias e cozinhas solidárias, garantindo que esses serviços estejam articulados, estruturados e acessíveis à população em situação de vulnerabilidade. Além disso, ao promover iniciativas de educação alimentar, sensibilização para o consumo de alimentos saudáveis e valorização da agrobiodiversidade e da cultura alimentar, a ação

fortalece a participação social qualificada, um elemento central para a governança efetiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Adicionalmente, a ação 4196 permite a universalização do acesso a alimentos de qualidade e em quantidade adequada, integrando dimensões de produção, distribuição, consumo e educação alimentar de forma intersetorial e estratégica. Ao fomentar a produção agroecológica e apoiar bancos de sementes crioulas, a iniciativa garante que a política de SAN não seja apenas operacional, mas também estruturante, promovendo sustentabilidade, soberania alimentar e resiliência dos agrossistemas. Dessa forma, a ação contribui para consolidar mecanismos de governança que asseguram que o Estado e a sociedade possam planejar, monitorar e avaliar as políticas de SAN de forma democrática, transparente e orientada por direitos, fortalecendo o arcabouço institucional necessário para a efetivação do DHAA em Minas Gerais.

5.4.2 Análise

Tabela 10: Ações orçamentárias com impacto direto na macrotendência “Fortalecimento da Democracia: governança”

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
2033	Desenvolvimento do SISAN MG	Direta – Governança	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	Ação	85	91
2076	Gestão e monitoramento de convênios e parcerias	Direta – Governança	R\$ 43.272,00	R\$ 0,00	Unidade	974	783
2101	Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)	Direta – Governança	R\$ 520.493.583,28	R\$ 519.971.890,05	Estudante	1.891.649	1.891.649
2102	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Direta – Governança	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1.690.308	1.690.308
1053	Agroextrativismo	Direta – Governança	R\$ 6.855.260,00	R\$ 3.747.771,63	Unidade	754	754
4196	Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à SAN sustentável	Direta – Governança	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	Projeto apoiado	17	22

A tabela apresentada reúne as principais ações orçamentárias vinculadas ao fortalecimento da governança da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Minas Gerais. Todas as ações possuem classificação direta no eixo de governança, refletindo a importância do Estado em consolidar instrumentos institucionais, mecanismos de controle e participação social para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Observa-se grande variação nos valores de crédito autorizado e execução financeira entre as ações, o que reflete a diversidade de escopo, abrangência e complexidade das iniciativas. O Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) concentram os maiores volumes financeiros, respectivamente R\$ 520,5 milhões e R\$ 245,6 milhões, atendendo, respectivamente, 1.891.649 e

1.690.308 estudantes. Essas ações destacam-se não apenas pelo impacto direto na alimentação de crianças e adolescentes, mas também por sua complexa governança, articulando políticas de educação, agricultura familiar e controle social. A execução financeira próxima ao crédito autorizado evidencia boa capacidade de planejamento e implementação.

A ação Desenvolvimento do SISAN MG, embora de menor valor absoluto, desempenha papel estratégico ao coordenar, assessorar e apoiar políticas públicas de SAN, fortalecendo capacidades institucionais e promovendo a integração entre órgãos governamentais e sociedade civil. Por outro lado, a ação Gestão e monitoramento de convênios e parcerias apresenta execução financeira zero em relação ao crédito autorizado, o que indica que sua implementação depende de procedimentos administrativos, monitoramento e relatórios ainda em andamento. Já ações voltadas a iniciativas produtivas, como Agroextrativismo e Apoio, fomento e articulação de ações relativas à SAN sustentável, combinam objetivos de governança com impactos diretos em territórios e comunidades vulneráveis, evidenciando a interseção entre políticas de gestão, sustentabilidade e inclusão social, com execução financeira parcial em relação ao crédito autorizado, possivelmente em função de desafios logísticos e descentralização da implementação.

A análise da meta física reprogramada versus realizada permite avaliar a eficiência e aderência ao planejamento. O SISAN MG, por exemplo, superou a meta física reprogramada, indicando execução mais eficiente ou expansão de atividades não inicialmente previstas, enquanto o PEA e o PNAE atingiram integralmente suas metas, reforçando a capacidade do Estado de implementar programas estruturantes e normatizados com ampla articulação intersetorial. Algumas ações, como Gestão e monitoramento de convênios e Agroextrativismo, apresentaram divergências entre metas planejadas e realizadas, evidenciando os desafios típicos de ações com múltiplos atores e execução descentralizada.

Em termos de impacto na governança, todas as ações analisadas promovem a integração entre Estado e sociedade civil, consolidam mecanismos de controle social e monitoramento, e contribuem para a institucionalização de práticas transparentes e orientadas por direitos. Programas estruturantes como PEA e PNAE incorporam conselhos de alimentação escolar, garantindo participação qualificada da sociedade civil e integração com cadeias produtivas locais, incluindo a agricultura familiar. Ações como SISAN MG e o fomento à SAN sustentável consolidam a infraestrutura institucional necessária para planejamento, monitoramento e avaliação sistemática das políticas públicas, reforçando a efetividade do DHAA em Minas Gerais.

Em síntese, a análise evidencia que o conjunto de ações do eixo Fortalecimento da Democracia – Governança combina estratégias financeiras, físicas e institucionais de forma alinhada. A execução orçamentária é satisfatória nas ações estruturantes de maior impacto, garantindo atendimento direto a estudantes e apoio a programas de alimentação, enquanto algumas ações ainda apresentam execução parcial, demandando acompanhamento contínuo. O conjunto das iniciativas demonstra alinhamento robusto entre planejamento financeiro, execução física e fortalecimento institucional, consolidando Minas Gerais como um estado comprometido com a efetivação do direito à alimentação adequada e com a participação social no processo decisório.

5.5 Redes de Solidariedade – iniciativas territoriais e o debate conceitual na SAN

A macrotendência denominada “redes de solidariedade” refere-se a um conjunto de iniciativas coletivas, comunitárias e territoriais voltadas ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Incluem-se nesse campo ações como cozinhas solidárias, bancos de alimentos, campanhas de doação, articulações comunitárias e estratégias locais de apoio mútuo, caracterizadas por elevada capilaridade territorial e forte mobilização social. Essas iniciativas desempenham papel relevante na mitigação imediata da fome, mobilizando recursos locais e alcançando populações frequentemente à margem das políticas públicas formais, conforme destacado em relatórios do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

No entanto, do ponto de vista conceitual e normativo, a categorização dessas ações sob o rótulo de “redes de solidariedade” requer problematização. Grande parte das iniciativas incluídas nessa macrotendência — como cozinhas solidárias, bancos de alimentos e restaurantes populares — constitui-se na prática como Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN), inseridos em políticas públicas estruturadas, com diretrizes institucionais, financiamento e responsabilidades definidas pelo Estado. Nos termos da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN), a alimentação adequada é um direito fundamental, e sua garantia é dever do poder público, devendo tais equipamentos ser compreendidos como instrumentos de efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), e não apenas como expressões de solidariedade voluntária ou assistencial.

A manutenção da nomenclatura “redes de solidariedade” sem qualificação adequada pode gerar distorções analíticas e políticas. Entre os principais riscos, destacam-se o deslocamento da responsabilidade estatal para a esfera da voluntariedade e a naturalização da fome como resultado de ações filantrópicas, em detrimento de políticas públicas estruturadas. Esse debate apresenta paralelos com a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil, que historicamente superou o paradigma da caridade para se afirmar como política pública de direito, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). No SUAS, consolidou-se o entendimento de que a proteção social é direito do cidadão e dever do Estado; analogamente, associar indevidamente EPSAN à lógica da solidariedade pode representar um retrocesso conceitual.

Do ponto de vista analítico, essa macrotendência permite avaliar tanto a presença e capilaridade das iniciativas territoriais quanto os limites de sua categorização. Destaca-se sua interface com a participação social e a governança, evidenciando o protagonismo da sociedade civil na implementação e no controle das políticas de SAN. Entretanto, é fundamental reconhecer que a origem comunitária dessas iniciativas não substitui a ação estatal, mas expressa a participação social e o controle democrático previstos pelo SISAN.

Diante disso, o desafio não é desconsiderar a dimensão solidária, mas reposicionar essas ações no campo das políticas públicas de direito. A classificação analítica deve refletir a função institucional das iniciativas na garantia do DHAA, integrando-as aos eixos de acesso à alimentação e à governança,

conforme sua natureza e finalidade. Recomenda-se, portanto, revisar ou qualificar o uso da categoria “redes de solidariedade”, podendo substituí-la por denominações mais precisas, como “equipamentos públicos e estratégias institucionais de acesso à alimentação” ou “ações estruturadas de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no território”.

Esse reposicionamento conceitual não reduz a importância das redes comunitárias, mas fortalece a leitura da SAN como política pública de Estado baseada em direitos, reforçando a responsabilidade do poder público e a função do CONSEA na defesa da alimentação como direito fundamental, ao mesmo tempo em que valoriza a participação social e as articulações territoriais como complementos estratégicos à garantia do DHAA.

5.5.1 Ações que podem ser classificadas (diretas ou fortemente aderentes)

No âmbito da macrotendência Redes de Solidariedade e Ações Comunitárias em Segurança Alimentar e Nutricional, foram identificadas, entre as ações orçamentárias analisadas, aquelas que apresentam incidência direta ou forte aderência sobre a promoção do acesso à alimentação adequada e o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar em territórios vulneráveis. Essas ações se caracterizam por atuar de forma imediata no fortalecimento de mecanismos de apoio comunitário, na mobilização da sociedade civil organizada e na articulação entre atores públicos e privados para garantir a distribuição de alimentos, a geração de renda e o apoio social às populações em situação de vulnerabilidade.

De modo geral, essas iniciativas concentram-se em eixos como: (i) promoção de equipamentos públicos de SAN, como cozinhas solidárias, bancos de alimentos e unidades produtivas comunitárias; (ii) articulação de programas de doação e campanhas locais de solidariedade; (iii) fomento à economia popular e solidária, com ênfase na agricultura familiar e no acesso a mercados institucionais; e (iv) desenvolvimento de estratégias comunitárias de apoio mútuo e inclusão social, que fortalecem a coesão territorial e ampliam a resiliência das populações frente a crises alimentares e socioeconômicas.

Entre as ações com maior aderência, destacam-se aquelas voltadas ao apoio direto a cozinhas solidárias e bancos de alimentos, que contribuem para a universalização do acesso à alimentação; os programas de incentivo à produção e comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar, que fortalecem cadeias produtivas locais; e as iniciativas de capacitação e articulação comunitária, que promovem a inclusão social e o empoderamento das redes locais de solidariedade, atuando diretamente na interface entre cidadania, economia local e segurança alimentar.

Também se inserem nesse grupo ações relacionadas à estruturação e monitoramento de programas públicos e parcerias com organizações da sociedade civil, que, embora nem sempre explicitamente denominadas como “solidariedade”, promovem o uso eficiente de recursos comunitários e contribuem para a sustentação de sistemas alimentares resilientes e inclusivos no médio e longo prazo.

A presença dessas ações no conjunto analisado evidencia o reconhecimento, no âmbito das políticas públicas, da centralidade das redes comunitárias e da participação social para a Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, assim como observado em outras macrotendências, sua efetividade depende do grau de integração com políticas de produção, abastecimento, educação e saúde, de modo a assegurar que os esforços comunitários se traduzam em melhoria concreta das condições de acesso, qualidade e estabilidade da alimentação.

Dessa forma, as ações aqui classificadas como diretas ou fortemente aderentes constituem a base para a construção de sistemas alimentares mais solidários, resilientes e inclusivos, sendo essenciais para enfrentar os desafios impostos pela vulnerabilidade social, pelas desigualdades territoriais e pelas crises alimentares e econômicas.

Núcleo direto

O Núcleo Direto compreende o conjunto de ações que possuem impacto imediato e direto sobre a segurança alimentar e nutricional da população. Essas iniciativas estão centradas na oferta de alimentos, na promoção da saúde, na garantia da qualidade nutricional e no fortalecimento da produção e abastecimento sustentável, configurando-se como o eixo estruturante da política de SAN. Cada ação do Núcleo Direto reflete intervenções estratégicas que se materializam em benefícios concretos para os grupos mais vulneráveis, assegurando o acesso a uma alimentação adequada, saudável e segura.

As ações incluídas neste núcleo incidem diretamente sobre os determinantes do estado nutricional e da segurança alimentar, combinando medidas de caráter preventivo, educativo e assistencial. Elas abrangem desde programas de alimentação escolar, distribuição de alimentos e fortalecimento de cadeias produtivas, até iniciativas de vigilância sanitária e fomento à produção local, garantindo a qualidade e a regularidade do abastecimento alimentar. Dessa forma, essas ações promovem efeitos tangíveis na vida das populações, atendendo simultaneamente às dimensões biológica, econômica e social da SAN.

Além de sua atuação direta, o Núcleo Direto estabelece conexões estratégicas com ações intermediárias e complementares, fortalecendo a intersetorialidade da política de SAN. Essa articulação contribui para a consolidação de um sistema integrado de segurança alimentar, capaz de responder de maneira eficaz às vulnerabilidades da população, mitigar riscos decorrentes de contingências econômicas e ambientais, e promover a sustentabilidade social e nutricional de Minas Gerais.

- **2033 – Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – SISAN MG**

O desenvolvimento e fortalecimento do SISAN em Minas Gerais constitui uma ação estratégica de caráter direto, pois estabelece os instrumentos e indicadores de gestão, monitoramento e avaliação

da Política e do Plano Estadual de SAN (PLESANS), permitindo a integração das iniciativas públicas em nível estadual e municipal. A ação fortalece a articulação entre órgãos governamentais, conselhos e sociedade civil, promovendo mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e ampliando a capacidade de resposta às demandas locais por segurança alimentar.

Além disso, o SISAN MG contribui para a universalização do acesso a alimentos de qualidade, ao organizar informações sobre vulnerabilidades sociais, planejar ações intersetoriais e promover monitoramento sistemático. Por meio de sua estrutura, é possível apoiar políticas públicas que envolvam agricultura familiar, produção comunitária, distribuição alimentar e programas de apoio à população em insegurança alimentar, consolidando-se como ferramenta central para o enfrentamento da fome e da pobreza em Minas Gerais.

- **4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de SAN sustentável**

Essa ação atua diretamente no fortalecimento da produção sustentável de alimentos da agricultura familiar rural, periurbana e urbana, bem como em equipamentos públicos de SAN, como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e solidárias. Por meio de articulação, apoio e fomento, a ação promove o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, incentivando a agroecologia, a agrobiodiversidade e a educação alimentar e nutricional, respeitando a cultura alimentar local.

Além de ampliar o acesso à alimentação saudável, essa ação contribui para a autonomia econômica de famílias e comunidades vulneráveis, criando mecanismos de sensibilização e participação social. O investimento em bancos de sementes crioulas, em produção agroecológica e na promoção do consumo de alimentos sustentáveis fortalece a resiliência territorial e consolida práticas locais de solidariedade, tornando-a uma iniciativa fortemente aderente à SAN.

- **4320 – Distribuição de leite adquirido da agricultura familiar para beneficiários em insegurança alimentar**

A distribuição de leite proveniente da agricultura familiar representa uma ação direta de SAN, pois garante o acesso imediato a alimentos nutritivos para famílias em situação de vulnerabilidade, reduzindo a insegurança alimentar e fortalecendo a cadeia produtiva do leite. Essa iniciativa gera renda aos produtores familiares, incentiva a permanência no campo e integra estratégias de alimentação adequada para comunidades locais.

Além do impacto nutricional, a ação promove inclusão social e econômica ao conectar produção familiar com necessidades alimentares locais. Ao articular municípios, instituições e produtores, contribui para a construção de redes de solidariedade, reforçando a segurança alimentar de forma sustentável e territorialmente contextualizada.

- **2101/2102 – Programa Estadual e Nacional de Alimentação Escolar (PEAE/PNAE)**

A atuação dos programas de alimentação escolar é uma ação direta de SAN, pois garante o acesso de estudantes da rede estadual a alimentação saudável e adequada, adquirida preferencialmente da agricultura familiar, conforme a Lei Federal nº 11.947/2009. Essa iniciativa promove formação de hábitos alimentares saudáveis, articula cadeias produtivas locais e integra políticas de educação, saúde e agricultura.

Além disso, o PNAE e o PEAE fortalecem a economia local, estimulando a produção familiar e o fornecimento de alimentos para escolas. Ao combinar segurança alimentar com educação nutricional e apoio à agricultura familiar, essas ações configuram um instrumento de enfrentamento à fome e à vulnerabilidade social, com elevado potencial de replicabilidade e impacto territorial.

5.5.2 Análise

Tabela 11: Ações orçamentárias com impacto direto na macrotendência “Redes de Solidariedade: iniciativas territoriais e o debate conceitual na SAN”

Código	Título	Classificação	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Executada (R\$)	Unidade	Meta Física Reprogramada	Realizado
2033	Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais – SISAN MG	Ação de fomento à SAN	R\$ 39.281,00	R\$ 31.969,56	Ação	85	91
4196	Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de SAN sustentável	Projeto apoiado	R\$ 2.548.143,60	R\$ 1.527.732,22	Projeto apoiado	17	22
4320	Distribuição de leite adquirido da agricultura familiar para beneficiários em insegurança alimentar	Leite entregue	R\$ 24.853.006,74	R\$ 19.984.724,96	Litro	2.318.078	2.812.342
2101	Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)	Estudante atendido	R\$ 520.493.583,28	R\$ 519.971.890,05	Estudante	1.891.649	1.891.649
2102	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Estudante atendido	R\$ 245.648.301,00	R\$ 186.178.265,00	Estudante	1.690.308	1.690.308

A análise das ações orçamentárias vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) evidencia que, além das iniciativas de caráter direto, voltadas ao fornecimento de alimentos, existe um conjunto significativo de ações estratégicas que reforçam as redes de solidariedade e a articulação territorial no estado de Minas Gerais. Programas como o Desenvolvimento do Sistema de SAN – SISAN MG (2033) e o Apoio, fomento e articulação de ações relativas à temática de SAN sustentável (4196) exemplificam

iniciativas que não apenas executam serviços e projetos, mas também fomentam a integração entre os diferentes atores locais, municipais e estaduais, fortalecendo o sistema de SAN como um todo. Essa atuação contribui para consolidar a participação social, a intersetorialidade e a cooperação entre municípios, organizações da sociedade civil e equipamentos públicos, promovendo uma abordagem territorializada e sustentável.

As ações de distribuição direta de alimentos, como a Distribuição de leite adquirido da agricultura familiar (4320), embora tenham caráter emergencial, também integram-se às redes de solidariedade ao apoiar famílias em situação de vulnerabilidade e estimular a agricultura familiar, gerando vínculos de reciprocidade entre produtores rurais e beneficiários. Da mesma forma, os programas de alimentação escolar, PEA (2101) e PNAE (2102), ao atenderem milhões de estudantes, fortalecem a presença do estado em territórios estratégicos e promovem inclusão social por meio da alimentação adequada.

Em termos conceituais, o fortalecimento das redes de solidariedade representa um deslocamento do foco exclusivo em políticas assistenciais para uma abordagem que integra direito humano à alimentação, soberania alimentar, equidade territorial e participação social, elementos centrais no debate contemporâneo de SAN. A execução orçamentária, que mostra cumprimento ou superação das metas físicas e, em alguns casos, subutilização de recursos financeiros, sugere que essas redes têm potencial de amplificação e multiplicação, atingindo um maior número de beneficiários e fomentando processos de cooperação interinstitucional.

Portanto, a análise evidencia que as iniciativas territoriais de SAN em Minas Gerais não apenas garantem acesso imediato a alimentos, mas também estruturam mecanismos de solidariedade, articulação social e fortalecimento do sistema público, promovendo integração entre políticas, programas e equipamentos públicos, em consonância com o debate conceitual que sustenta a SAN como um campo intersetorial, participativo e territorializado.

ANÁLISE DOS INDICADORES

6. Análise dos Indicadores das Ações Orçamentárias e Perspectiva de Monitoramento da Caisans-MG

Os indicadores vinculados às ações orçamentárias analisadas possuem, fundamentalmente, caráter de acompanhamento da execução física e financeira dessas iniciativas. É importante destacar que tais ações não foram concebidas originalmente como políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Dessa forma, os indicadores atualmente disponíveis refletem apenas o cumprimento das metas operacionais das ações, como quantidade de recursos aplicados, número de equipamentos implantados ou pessoas atendidas, sem permitir aferição direta dos efeitos sobre a SAN, incluindo dimensões centrais como acesso regular e suficiente a alimentos, diversidade alimentar, adequação cultural e impacto sobre populações vulneráveis. Para a avaliação de resultados e impactos sobre a SAN, torna-se, portanto, necessária a construção de instrumentos e indicadores específicos, capazes de refletir a complexidade multifatorial do fenômeno e das transformações sociais a ele associadas.

A Caisans-MG compreende que os indicadores sociais já existentes — relacionados a fenômenos socioeconômicos, percepção da fome, características da pobreza, condições de habitação, entre outros — são extremamente relevantes para o acompanhamento da (in)segurança alimentar e nutricional. Entretanto, devido à complexidade do tema, torna-se necessário estudar esses indicadores, avaliar lacunas, propor novos instrumentos e compreender que sua leitura não pode ser simplificada. Mudanças significativas em segurança alimentar e nutricional são resultados de processos multifatoriais e, muitas vezes, só são perceptíveis ao longo do tempo. Nesse sentido, o monitoramento do Plano constitui tanto uma atividade interna da Secretaria Executiva da Caisans-MG quanto uma atividade externa dos representantes da sociedade civil no Consea-MG, permitindo acompanhar a execução das ações, verificar o atingimento de objetivos e metas e identificar problemas que interfiram direta ou indiretamente na consecução das metas previstas.

O Estado de Minas Gerais possui instrumentos legais estruturantes para o monitoramento de políticas públicas, com destaque para o Decreto Estadual nº 48.298, de 12 de novembro de 2021, que institui o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Sapp-MG). O decreto estabelece diretrizes como a efetividade das políticas públicas, gestão para resultados, qualidade do gasto público, transparência e articulação com os objetivos estratégicos do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Define ainda o Plano Anual de

Monitoramento e Avaliação, o Relatório Anual de Compromisso com o Valor Público e o Ciclo Avaliativo, constituindo a base institucional para a avaliação sistemática de políticas públicas em Minas Gerais.

Outro instrumento relevante é a Lei Estadual nº 14.172, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro a partir de dados fornecidos por municípios e órgãos estaduais. O IMRS considera dimensões como assistência social, educação, saúde, emprego, segurança alimentar, segurança pública, habitação, saneamento, transporte, lazer e renda, contemplando variáveis de gênero, etnia, orientação sexual, idade e condição de deficiência. O relatório do IMRS, publicado bienalmente, oferece uma perspectiva estruturada e integrada da responsabilidade social do Estado, podendo subsidiar a análise de políticas públicas de SAN, embora não substitua indicadores específicos do setor.

No âmbito da SAN, a Lei Estadual nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, que institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Pesans-MG) e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no Estado, define diretrizes para monitoramento, avaliação, intersetorialidade e participação social. Entre outros aspectos, a lei prevê que o Plesans deve conter estratégias, ações, metas e fontes orçamentárias intersetoriais, bem como mecanismos de monitoramento que permitam avaliar impactos das políticas e propor ajustes. Compete à Caisans-MG criar instrumentos de gestão e indicadores de monitoramento, consolidando a articulação entre setores, órgãos e sociedade civil, especialmente nos primeiros anos de implementação do plano.

O monitoramento do VI Plano Estadual de SAN Sustentável será realizado pela Secretaria Executiva da Caisans-MG, pelo Grupo de Apoio e pelo Consea-MG, com apoio da SEPLAG, utilizando informações do Sapp-MG e do IMRS. A sistematização de dados sobre insumos, produtos, atividades, resultados e impactos permitirá avaliar o progresso da implementação, identificar gargalos e propor ajustes, garantindo que metas programadas sejam alcançadas ou adaptadas conforme necessidade. O Relatório Anual de Monitoramento será instrumento central para que a sociedade civil acompanhe a execução do Plano, possibilitando análise crítica do alcance dos objetivos, da efetividade das ações e da adequação das estratégias intersetoriais, respeitando a complexidade multifatorial da SAN e a temporalidade necessária para perceber seus efeitos.

Dessa forma, os indicadores orçamentários, embora limitados para aferir diretamente a SAN, constituem insumos importantes, quando articulados a instrumentos específicos de monitoramento e avaliação, para subsidiar decisões, ajustes e aprimoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais. A Caisans-MG, portanto, atua de forma a integrar, analisar e interpretar essas informações, buscando a efetividade das ações e a promoção do direito à alimentação adequada e saudável de forma contínua, sistemática e baseada em evidências.

6.1 Indicador da Ação e Relatório Físico-Financeiro e o Monitoramento da SAN

Os indicadores das ações orçamentárias, juntamente com os Relatórios de Ações Físico-Financeiras, constituem instrumentos centrais para o acompanhamento da execução das políticas públicas, fornecendo informações detalhadas sobre insumos empregados, recursos financeiros alocados, produtos entregues e atividades realizadas. Esses instrumentos permitem verificar se as ações foram implementadas conforme planejado, assegurando transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

É importante ressaltar, entretanto, que os indicadores da ação orçamentária refletem apenas a execução da ação em si, não sendo suficientes para aferir diretamente os efeitos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população de Minas Gerais. Ou seja, eles indicam se os recursos foram aplicados e as atividades realizadas, mas não mensuram diretamente mudanças na situação de vulnerabilidade alimentar ou nas condições socioeconômicas dos beneficiários.

Para compreender os efeitos sobre a SAN, é necessário considerar indicadores socioeconômicos e de vulnerabilidade, como EBIA, CadÚnico, SISVAN e IDHM/IVS. Esses instrumentos oferecem uma visão mais ampla das condições sociais, da pobreza, do acesso a serviços e das desigualdades territoriais, permitindo identificar tendências e lacunas que impactam a segurança alimentar. Contudo, esses indicadores não podem ser atribuídos a uma única ação ou conjunto específico de ações, pois refletem múltiplos fatores estruturais e contextuais que influenciam o fenômeno da insegurança alimentar.

Dessa forma, o acompanhamento da SAN requer uma leitura integrada e complementar: enquanto o Relatório Físico-Financeiro e os indicadores da ação permitem verificar a execução e o cumprimento das metas estabelecidas, os indicadores socioeconômicos contextualizam a situação da população e fornecem subsídios para identificar necessidades de ajustes estratégicos e aprimoramentos nas políticas públicas. Esse enfoque permite um monitoramento mais sólido e informado, sem pressupor causalidade direta entre a execução de uma ação específica e os resultados observados, reconhecendo a complexidade multifatorial que caracteriza a insegurança alimentar e nutricional.

6.2 Principais Gargalos Identificados quanto aos Indicadores das Ações Orçamentárias e a Expectativa do Conselheiro em Perceber Mudanças na População

A análise dos indicadores das ações orçamentárias revela limitações importantes quando se trata de avaliar os efeitos concretos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população. Por se tratarem de instrumentos voltados principalmente para o acompanhamento da execução — insumos utilizados, recursos aplicados, produtos entregues e serviços realizados —, esses indicadores fornecem informações detalhadas sobre a implementação das ações, mas não capturam de forma direta as mudanças sociais ou a evolução da vulnerabilidade alimentar nos territórios.

Dessa forma, surge um desafio para os conselheiros do Consea-MG: a expectativa de perceber, a partir do Relatório de Ações Físico-Financeiras, alterações concretas na situação da população, como redução da fome ou melhoria das condições de acesso a alimentos, nem sempre pode ser atendida. Os indicadores orçamentários não são desenhados para medir impactos socioeconômicos, como variações na pobreza, desigualdades territoriais ou acesso a serviços básicos, elementos que estão diretamente relacionados à SAN.

Outro gargalo identificado refere-se à dispersão e à heterogeneidade das fontes de dados. Indicadores socioeconômicos relevantes, como EBIA, CadÚnico, SISVAN e IDHM/IVS, fornecem panorama abrangente das condições de vida da população, mas nem sempre estão disponíveis de forma atualizada ou territorializada no nível municipal ou local, dificultando a correlação direta com ações específicas. Além disso, a complexidade multifatorial da insegurança alimentar implica que mudanças significativas na população só podem ser percebidas ao longo do tempo e mediante análise integrada de diversos indicadores.

É importante destacar que a segurança alimentar e nutricional em uma família ou em um território específico pode não ser visível sem a realização de pesquisas e levantamentos detalhados, como entrevistas domiciliares, questionários de consumo alimentar, visitas de campo ou estudos de percepção local. Esses instrumentos são essenciais para compreender a realidade concreta das famílias, identificar os determinantes locais da insegurança alimentar e avaliar se as ações orçamentárias estão realmente contribuindo para a melhoria da SAN.

Portanto, o Conselheiro do Consea-MG deve compreender que a interpretação dos relatórios exige uma leitura complementar e contextualizada. O Relatório Físico-Financeiro e os indicadores da ação fornecem informações sobre a execução das políticas, enquanto os indicadores socioeconômicos e pesquisas de campo ajudam a identificar tendências, lacunas e necessidades de ajustes. Essa integração permite que o acompanhamento das ações orçamentárias seja significativo, mesmo que não possibilite aferir isoladamente os efeitos diretos sobre a segurança alimentar, reforçando a importância de um monitoramento intersetorial, interdisciplinar e contínuo para subsidiar decisões estratégicas e aprimorar a efetividade das políticas públicas de SAN.

DIFERENÇA ENTRE RELATÓRIOS

7. Diferenças entre Relatório Físico-Financeiro, Monitoramento do Plano e Avaliação da Política de SAN

No presente capítulo serão examinadas as diferenças conceituais e operacionais entre os principais instrumentos utilizados para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais, com foco em sua efetividade e impactos no território. Serão abordados o **7.1. Relatório Físico-Financeiro**, que registra a execução das ações, recursos aplicados e eventuais pendências; o **7.2. Monitoramento do Plano Estadual de SAN**, processo contínuo que integra dados de execução e indicadores estratégicos para identificar lacunas e orientar ajustes; a **7.3. Avaliação da Política de SAN**, voltada à análise dos efeitos concretos das ações sobre a segurança alimentar e nutricional, considerando determinantes socioeconômicos, territoriais e ambientais; o **7.4. Avaliar a SAN no território mineiro**, discutindo os desafios de aferir impactos em famílias e comunidades e a necessidade de dados locais e pesquisas de campo; e, por fim, a **7.5. Conexão entre execução, monitoramento e avaliação**, que evidencia como esses instrumentos se articulam para subsidiar decisões estratégicas, promover ajustes nas políticas públicas e garantir o alcance das metas estabelecidas pelo Plesans e Pesans.

7.1. Relatório Físico-Financeiro

Conforme previsto na Lei Estadual nº 22.806/2017 (Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional) e regulamentado pelos instrumentos do Plesans e Pesans, o Estado deve encaminhar ao Consea-MG relatórios e análises quadrimestrais da execução física e financeira das ações que compõem a política.

Esses relatórios têm como objetivos centrais:

- **Verificar a execução das ações:** assegurar que os recursos públicos foram aplicados conforme o planejamento e que as atividades programadas foram efetivamente realizadas;

- **Registrar resultados imediatos:** documentar quantitativamente os insumos distribuídos, serviços prestados, produtos entregues, cursos realizados, entre outros resultados tangíveis;
- **Justificar pendências ou não execução:** quando uma ação não é realizada, o relatório deve explicitar as causas, como atrasos contratuais, limitações orçamentárias ou decisões administrativas.

É importante destacar que o relatório físico-financeiro não mensura diretamente os impactos sociais ou a efetividade da política em termos de redução da insegurança alimentar ou melhoria das condições de vida da população. Ele constitui um instrumento de acompanhamento da execução, respondendo especificamente à pergunta: *“A ação prevista foi realizada conforme o planejado?”*. Dessa forma, fornece elementos essenciais para a transparência e a prestação de contas, mas não substitui instrumentos de monitoramento e avaliação mais amplos que considerem os efeitos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no território mineiro.

7.2. Monitoramento do Plano Estadual de SAN

O monitoramento do Pesans/Plesans consiste em um processo contínuo conduzido pela Caisans-MG, pelo Grupo de Apoio e pelo Consea-MG, com suporte técnico da SEPLAG, que visa acompanhar a implementação das ações previstas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse processo envolve:

- **Coleta e sistematização de dados** sobre a execução das ações, incluindo informações extraídas dos relatórios físico-financeiros, garantindo um registro detalhado de insumos, atividades e produtos entregues;
- **Acompanhamento de indicadores estratégicos** definidos pelo Plano, que refletem metas de maior alcance, como o acesso a alimentos adequados, a redução da fome e a promoção da intersetorialidade das políticas públicas;
- **Identificação de problemas e lacunas** na implementação das ações, permitindo ajustes na execução e readequação das metas de forma ágil e fundamentada em evidências.

Em síntese, o monitoramento busca verificar se as ações estão sendo realizadas conforme planejado e se estão alinhadas às estratégias do Plano, oferecendo subsídios para ajustes operacionais. No entanto, é importante ressaltar que este processo não avalia diretamente os efeitos concretos da política sobre a população, limitando-se à análise da execução e da aderência às metas estratégicas.

7.2. Monitoramento do Plano Estadual de SAN

O monitoramento do Pesans/Plesans consiste em um processo contínuo conduzido pela Caisans-MG, pelo Grupo de Apoio e pelo Consea-MG, com suporte técnico da SEPLAG, que visa acompanhar a implementação das ações previstas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Segundo o Plano, o monitoramento será realizado anualmente, garantindo uma análise sistemática e periódica da execução das ações.

Esse processo envolve:

- **Coleta e sistematização de dados** sobre a execução das ações, incluindo informações extraídas dos relatórios físico-financeiros, garantindo um registro detalhado de insumos, atividades e produtos entregues;
- **Acompanhamento de indicadores estratégicos** definidos pelo Plano, que refletem metas de maior alcance, como o acesso a alimentos adequados, a redução da fome e a promoção da intersetorialidade das políticas públicas;
- **Identificação de problemas e lacunas** na implementação das ações, permitindo ajustes na execução e readequação das metas de forma ágil e fundamentada em evidências.

Em síntese, o monitoramento busca verificar se as ações estão sendo realizadas conforme planejado e se estão alinhadas às estratégias do Plano, oferecendo subsídios para ajustes operacionais. No entanto, é importante ressaltar que este processo não avalia diretamente os efeitos concretos da política sobre a população, limitando-se à análise da execução e da aderência às metas estratégicas.

7.3. Avaliação da Política de SAN

A avaliação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um processo mais amplo e estratégico, que se realiza em ciclos periódicos, geralmente alinhados aos períodos de governo, ou seja, a cada quatro anos, conforme definido pelo Plesans. Seu propósito central é verificar a efetividade das estratégias e ações implementadas, ou seja, se estas resultaram em avanços concretos na segurança alimentar da população de Minas Gerais.

A avaliação abrange múltiplas dimensões:

- **Abrangência:** considera impactos, resultados, eficiência, pertinência e adequação das ações no contexto social, econômico e territorial, reconhecendo a complexidade e a intersetorialidade da SAN;
- **Método:** combina dados quantitativos (como EBIA, CadÚnico, SISVAN, IDHM/IVS), informações qualitativas (percepção da população, entrevistas e estudos de campo) e análise documental (planos, relatórios, programas e instrumentos de monitoramento);

- **Resultado esperado:** fornece recomendações para ajustes de políticas, proposição de novos instrumentos, definição de metas futuras e fortalecimento da intersetorialidade, assegurando que os objetivos do Plano Estadual sejam alcançados de forma integrada e consistente.

Portanto, a distinção entre os instrumentos é clara: enquanto o relatório físico-financeiro responde à pergunta “O que foi feito?”, o monitoramento do Plano verifica “Estamos implementando conforme o planejado e seguindo as estratégias?”, a avaliação da política analisa de forma sistêmica e fundamentada “As ações implementadas geraram os efeitos desejados na SAN do Estado?”. Essa abordagem integrada permite não apenas acompanhar a execução, mas também compreender os impactos concretos das políticas sobre a população e orientar decisões estratégicas futuras.

7.4. Avaliar a SAN no território mineiro

A avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Minas Gerais, seja no nível estadual, municipal ou territorial, requer informações detalhadas e contextualizadas sobre famílias, comunidades e territórios. Esse processo vai além da simples verificação da execução de ações, demandando a combinação de dados quantitativos e qualitativos para compreender a efetividade das políticas públicas.

- **Limitação dos relatórios físico-financeiros:** embora forneçam informações sobre a quantidade de recursos aplicados e as atividades realizadas, esses relatórios não permitem identificar diretamente mudanças na insegurança alimentar ou na qualidade de vida das famílias. Eles são instrumentos de acompanhamento da execução das ações, mas não aferem os efeitos sociais concretos sobre a população.
- **Necessidade de pesquisas e indicadores socioeconômicos:** para avaliar efetivamente a SAN em um território, é imprescindível realizar levantamentos de campo, pesquisas domiciliares e estudos locais, integrando indicadores como EBIA, CadÚnico, SISVAN e IDHM/IVS. Esses dados refletem fatores determinantes da SAN, como pobreza, acesso a serviços, desigualdades territoriais, insegurança alimentar e condições de habitação, fornecendo uma visão mais ampla do contexto social e econômico.
- **Complexidade da análise territorial:** deve-se considerar que, em qualquer território, múltiplas políticas públicas podem incidir simultaneamente, em níveis federal, estadual e municipal, abrangendo áreas como saúde, educação, cultura, assistência social e segurança alimentar. Dessa forma, mesmo com pesquisas de campo detalhadas e indicadores socioeconômicos, muitas vezes é impossível determinar com precisão qual política, ou quais combinações de políticas, exerceram influência direta ou indireta sobre a SAN.

- **Integração com avaliações federais:** o governo federal, no âmbito do SISAN, realiza avaliações abrangentes da SAN, consolidando dados nacionais e regionais. No entanto, para análises detalhadas e contextualizadas em Minas Gerais, é necessária complementação local, considerando especificidades territoriais, condições socioeconômicas e a capilaridade das ações implementadas.
- **Recursos e estratégias necessários:** a avaliação efetiva da SAN exige estudos estruturados e recursos significativos, incluindo: equipes técnicas qualificadas em análise de indicadores socioeconômicos e nutricionais; levantamentos domiciliares e comunitários para mensurar acesso a alimentos, hábitos alimentares e percepção da fome; mapeamento territorial para identificar desigualdades e cobertura de políticas públicas; integração de sistemas de informação e bases de dados existentes; metodologias capazes de lidar com a intersectorialidade das ações e distinguir efeitos diretos e indiretos; além de financiamento adequado para viabilizar a coleta, análise, sistematização e disseminação das informações para gestores e sociedade civil.

Apenas com esse conjunto de estratégias será possível realizar um monitoramento e avaliação da SAN que forneça subsídios robustos para ajustes estratégicos nas políticas públicas, permitindo compreender de forma contextualizada os determinantes sociais, econômicos e territoriais da insegurança alimentar em Minas Gerais.

7.5. Conexão entre execução, monitoramento e avaliação

A relação entre execução, monitoramento e avaliação constitui a base para compreender de forma integrada o funcionamento e os impactos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais:

- **Execução / Relatório Físico-Financeiro:** verifica se as ações planejadas foram efetivamente realizadas, conferindo a aplicação dos recursos, a entrega de insumos, produtos ou serviços e a execução das atividades previstas. Este instrumento responde à pergunta: *“A ação ocorreu conforme o planejado?”*, mas não fornece informações sobre os efeitos concretos da política na população.
- **Monitoramento do Plano Estadual:** acompanha de forma contínua a implementação das ações, avaliando se a execução está alinhada aos objetivos e estratégias do Plesans/Pesans, identificando eventuais problemas, lacunas ou necessidade de ajustes. O monitoramento permite ajustes tempestivos na execução e na gestão das metas, garantindo aderência ao planejamento estratégico, mas ainda não mede diretamente os impactos sobre a SAN.
- **Avaliação da Política:** realiza uma análise mais ampla e aprofundada, considerando os efeitos concretos das ações sobre a segurança alimentar e nutricional. Esta etapa envolve múltiplos

determinantes socioeconômicos, ambientais e territoriais, combinando dados quantitativos e qualitativos para verificar se as políticas e programas implementados estão alcançando os resultados esperados e promovendo avanços reais na SAN.

Os relatórios físico-financeiros, o monitoramento do Plano e a avaliação da política possuem funções distintas, mas complementares. A aferição direta da SAN não pode ser realizada apenas com base na execução das ações; é necessária a integração sistemática dos três instrumentos, com apoio de pesquisas de campo e indicadores socioeconômicos, para compreender de forma robusta os efeitos das políticas públicas e subsidiar ajustes estratégicos que aprimorem a efetividade da SAN em Minas Gerais.

CONCLUSÃO

8. Considerações Finais

O presente relatório evidenciou a complexidade e a abrangência da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Minas Gerais, destacando as distinções conceituais e práticas entre execução, monitoramento e avaliação das ações que compõem o Plesans e o Pesans. Os Relatórios Físico-Financeiros fornecem informações detalhadas sobre a aplicação de recursos, a realização de atividades e a entrega de produtos ou serviços, sendo instrumentos fundamentais para verificar se as ações foram implementadas conforme o planejamento. Contudo, tais relatórios não permitem aferir diretamente os impactos sociais nem a efetividade das políticas em termos de redução da insegurança alimentar ou melhoria das condições de vida da população.

O monitoramento contínuo do Plano Estadual, realizado pela Caisans-MG, pelo Grupo de Apoio e pelo Consea-MG, com apoio da SEPLAG, permite acompanhar a execução das ações, identificar lacunas e necessidades de ajustes, garantindo aderência às estratégias definidas no Plano. Já a avaliação da política representa um processo mais amplo, realizado em ciclos, que busca compreender os efeitos concretos das ações sobre a SAN, integrando indicadores socioeconômicos, dados de campo, percepções da população e informações documentais. Este processo considera a intersectorialidade e a diversidade de determinantes sociais, econômicos, institucionais e territoriais que influenciam a insegurança alimentar, refletindo a complexidade dos sistemas alimentares e das políticas públicas.

A análise da SAN em território mineiro evidencia que diversos fatores simultâneos — políticas públicas de diferentes níveis e áreas, condições socioeconômicas, desigualdades territoriais, características específicas das comunidades e vulnerabilidades climáticas — dificultam a identificação isolada dos efeitos de cada ação. Assim, a efetiva avaliação da SAN exige recursos técnicos, metodológicos e financeiros, incluindo pesquisas de campo, integração de bases de dados, indicadores complementares e metodologias capazes de lidar com a intersectorialidade e os efeitos diretos e indiretos das políticas.

Dessa forma, a combinação entre execução, monitoramento e avaliação proporciona uma visão mais robusta sobre a implementação e os impactos da política estadual. Embora a aferição direta da SAN por meio de relatórios físico-financeiros seja limitada, o uso articulado desses instrumentos, aliado à análise de indicadores socioeconômicos e à pesquisa territorial, possibilita identificar tendências, orientar ajustes estratégicos e subsidiar decisões para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais.

Em síntese, o presente estudo reforça a importância de consolidar a intersetorialidade, a integração de dados e o planejamento baseado em evidências como pilares para a efetividade da política estadual de SAN, garantindo que os esforços governamentais e da sociedade civil resultem em avanços concretos na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

A partir da legislação analisada neste relatório, assim como da literatura do campo da SAN, foi possível estabelecer cinco tipos de relações que orientam o enfoque estratégico da política:

- (i) SAN e meio ambiente;
- (ii) SAN, saúde e hábitos alimentares;
- (iii) SAN e condições de acesso aos alimentos;
- (iv) SAN, democracia e políticas públicas; e
- (v) SAN, assistência social e redes de solidariedade.

Cada uma dessas relações está amplamente discutida na literatura especializada, refletindo determinantes estruturais e condicionantes sociais da insegurança alimentar. A partir dessas relações, identificaram-se cinco macrotendências em curso nos territórios mineiros, que não devem ser compreendidas de forma linear nem restrita a uma única consequência observável.

Por exemplo, a relação entre SAN e meio ambiente vai muito além da “piora da qualidade ambiental”, envolvendo múltiplas dimensões — ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas — que influenciam a produção, o consumo, a distribuição de alimentos e os modos de vida das populações. Analogamente, a eventual melhora em determinadas condições ambientais não representa, por si só, a reversão das vulnerabilidades relacionadas à SAN, dada a complexidade e interdependência dos fatores envolvidos.

É importante destacar também que os indicadores utilizados para acompanhar as ações orçamentárias das políticas públicas não cobrem diretamente os indicadores dos ODS. Estes últimos são construídos a partir de metodologias específicas e pesquisas detalhadas, com periodicidade e abrangência próprias, refletindo dimensões sociais, econômicas e ambientais mais amplas do que aquelas monitoradas pelas ações orçamentárias. Assim, embora ambos os conjuntos de indicadores sejam instrumentos de avaliação, eles possuem objetivos, origens e níveis de detalhamento distintos, sendo complementares, mas não substituíveis.

Além disso, a classificação das macrotendências a partir das ações orçamentárias não é imediata nem trivial: ela exige tempo, metodologia rigorosa e estudo abrangente, de modo a evitar interpretações subjetivas ou arbitrárias. Esse processo deve considerar a complexidade dos sistemas alimentares e das políticas públicas, incluindo eventos climáticos e estruturais — como secas, chuvas intensas ou crises econômicas — que impactam diretamente a produção, a distribuição e o acesso a alimentos.

Com base nesse entendimento, as macrotendências identificadas nos territórios mineiros incluem:

- SAN e meio ambiente: Alterações significativas nas condições ambientais, decorrentes de padrões predominantes de apropriação e utilização dos recursos naturais, com impactos sobre biodiversidade, cultura, saúde coletiva, produção agroalimentar e agricultura familiar, refletindo transformações complexas em ecossistemas sociais e naturais.
- SAN, saúde e nutrição: Mudanças nos hábitos alimentares e efeitos na saúde, resultantes da concentração estrutural do abastecimento alimentar, combinada com desigualdades no acesso a recursos naturais, trabalho, renda, educação e informação.
- SAN e condições socioeconômicas: Agravamento do acesso a alimentos e ampliação da vulnerabilidade social, em função de fatores estruturais como desemprego, inflação, concentração de mercados e dificuldade de acesso à terra, que afetam a segurança alimentar de forma sistêmica e interdependente.
- SAN e política/instituições: Enfraquecimento da política e comprometimento da democracia, decorrente do fechamento ou reorganização de espaços de concertação entre Estado e sociedade civil, reduzindo a participação social e a capacidade de organização comunitária para a definição e implementação de políticas públicas efetivas.
- SAN, redes de solidariedade e vulnerabilidade social: Fragilização das redes públicas de solidariedade, aumento da incerteza quanto à efetividade da assistência social e mobilização da sociedade civil em caráter substitutivo, muitas vezes marcada pelo voluntarismo e filantropia, sem corresponder a uma perspectiva estruturante de políticas públicas, refletindo a complexidade das vulnerabilidades sociais.

Essa abordagem converge com a perspectiva apresentada por Kate Schneider et al. (2023), no artigo *“The state of food systems worldwide in the countdown to 2030”*, que propõe 50 indicadores para monitoramento dos sistemas alimentares considerando os ODS. Os cinco temas inter-relacionados indicados pelas autoras — (1) dietas, nutrição e saúde; (2) meio ambiente, recursos naturais e produção; (3) meios de subsistência, pobreza e equidade; (4) governança; e (5) resiliência — dialogam diretamente com as macrotendências aqui identificadas, reforçando que os sistemas alimentares são complexos, interdependentes e estruturantes para a SAN.

Portanto, a análise robusta da SAN exige instrumentos complementares de monitoramento e avaliação, estudos metodologicamente consistentes, integração de dados e abordagem intersetorial, garantindo que a classificação das macrotendências e a interpretação dos indicadores reflitam efetivamente a realidade social, ambiental e econômica dos territórios mineiros.

ANEXOS

ANEXO I

ANEXO I - Manifestação da CAISAN-MG sobre o Relatório do GT Monitoramento e sua Articulação com o VI Plano Estadual de SAN

I. Reconhecimento da relevância do Relatório e do papel do Consea-MG

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CAISAN-MG) manifesta seu reconhecimento à elevada relevância técnica, política e metodológica do Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG).

O documento representa uma importante contribuição ao fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no âmbito estadual, ao oferecer um referencial analítico consistente para o acompanhamento das condições de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos territórios mineiros. Ao propor uma leitura estruturada a partir de dimensões e macrotendências, o Relatório amplia a capacidade de compreensão dos determinantes estruturais da insegurança alimentar, dialogando com o marco legal do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da Soberania Alimentar e com os princípios da intersectorialidade e da territorialização das políticas públicas.

A CAISAN-MG reafirma, nesse contexto, o papel estratégico do Consea-MG enquanto instância de formulação, diálogo, acompanhamento e controle social das políticas públicas de SAN, assegurando a participação ativa da sociedade civil na gestão e fiscalização das ações governamentais. Nos termos da legislação que rege o Sistema Nacional e o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, compete ao Consea atuar na elaboração, monitoramento e avaliação da Política de SAN, bem como promover a articulação entre poder público e sociedade civil.

O funcionamento do Conselho, por meio de reuniões ordinárias, deliberações coletivas, recomendações, resoluções e exposições de motivos encaminhadas ao Poder Executivo, constitui elemento essencial da governança democrática da SAN, especialmente no enfrentamento da fome, na promoção da agricultura familiar, na defesa dos povos e comunidades tradicionais e na efetivação do DHAA.

O Relatório do GT Monitoramento qualifica o debate público e contribui para o aprimoramento da atuação institucional do SISAN em Minas Gerais. Para que esse potencial seja plenamente alcançado, torna-se necessário que todas as ações orçamentárias relacionadas à SAN sejam sistematicamente estudadas, identificando-se:

1. A relação direta e indireta de cada ação com os objetivos do VI PESAN-MG;
2. Quais ações podem ser consideradas “guarda-chuva” — aquelas que abarcam múltiplas iniciativas — e quais requerem monitoramento específico;
3. A possibilidade de mensurar o quantitativo real do curso orçamentário, permitindo avaliação precisa da execução física e financeira das políticas;
4. A identificação de lacunas ou ações não contempladas atualmente, de modo a orientar ajustes, aprimoramentos e a implementação de novas estratégias que aumentem a efetividade do sistema.

Dessa forma, a CAISAN-MG reforça que os Grupos de Trabalho (GTs) estabelecidos para cada linha temática do VI Plano Estadual de SAN-MG constituem instâncias estratégicas capazes de promover uma reflexão abrangente sobre a política, proporcionando aos gestores uma compreensão ampla e integrada das perspectivas da Segurança Alimentar e Nutricional. Essa articulação fortalece a política pública, permitindo que seja planejada e executada de forma sistêmica, intersetorial e territorializada, garantindo maior efetividade na implementação das ações e o alcance dos objetivos do plano.

ANEXO II

ANEXO II – Arquivo contendo as planilhas das ações orçamentárias

O presente anexo integra o relatório, disponibilizando o arquivo contendo as planilhas das ações orçamentárias conforme solicitado pelo Consea-MG. As planilhas foram estruturadas a partir do modelo (máscara) elaborado pelo Conselho, contemplando os campos e indicadores necessários ao monitoramento e à análise das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Destaca-se que a organização das informações por macrotendência seguiu a metodologia definida pelo Consea-MG, permitindo a leitura analítica das ações orçamentárias em consonância com os eixos estruturantes e as dinâmicas temáticas do VI Plano Estadual de SAN-MG.

O preenchimento das planilhas foi realizado pelo gestor responsável por cada ação orçamentária, assegurando a fidedignidade das informações relativas à execução física e financeira, metas e público-alvo. O processo foi acompanhado pela Secretaria Executiva da CAISAN-MG e pelo Grupo de Apoio da CAISAN-MG, garantindo a consistência, padronização e confiabilidade dos dados apresentados.

O arquivo constitui instrumento fundamental para a transparência, sistematização e qualificação do monitoramento, possibilitando a análise das ações orçamentárias sob a perspectiva de sua relação direta e indireta com a SAN, bem como sua aderência às macrotendências e objetivos estratégicos do Plano.

Link de acesso ao arquivo das planilhas: https://cecad365-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/m15521891_ca_mg_gov_br/IQBHWH-STSNhR51pNqJic5ckAe_3qRXcJQR-Vfw-VeiQcVI?e=nRxdY

